



**GOVERNO FEDERAL
MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE**

1
2
3
4
5
6
7
8
9
10
11
12
13
14
15
16
17
18
19
20
21
22
23
24
25
26
27
28
29
30
31
32
33
34
35
36
37
38
39
40
41
42
43
44
45
1
2

**113ª Reunião Plenária do Conselho Nacional
de Meio Ambiente, Conama.**

Brasília/DF.
19 de Março de 2014.
(Transcrição ipso verbo)
Empresa ProixL Estenotipia

46 **SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário-Executivo do Conama)** – Pessoal,
47 bom dia. Nós vamos dar início aos nossos trabalhos. A Ministra está a
48 caminho, ela pediu para nós começarmos as discussões, não sei se haverá
49 uma pendência maior, mas a princípio nós vamos continuar aguardando a
50 participação dela, mas vamos começando a nossa Reunião Ordinária enquanto
51 ela não chega. O quórum nós vamos aguardar a contagem para depois que ela
52 chegar porque tem uma série de questões que não dependem de quórum e
53 nós vamos dar avanço a essas questões antes de começar. A primeira coisa
54 eu queria declarar aberta nossa sessão, é a 113ª Reunião Ordinária do
55 Conama e a primeira de 2014. Queremos começar pela apresentação dos
56 novos Conselheiros. Nós temos uma renovação não tão grande quanto a do
57 Congresso Nacional, que se espera a cada eleição, mas vamos... Você está
58 rindo, Vizentin, mas o negócio... Ainda. Em geral o Congresso tem tido uma
59 renovação de 50% em cada eleição, esse ano se estima uma renovação maior.
60 A vida está dura para a classe política. Vamos lá, vamos começar os nossos
61 Conselheiros. Adriana.

62

63

64 **SRª. ADRIANA SOBRAL BARBOSA MANDARINO (Diretora do**
65 **DConama)** – Bom dia a todos. Nós temos uma relação dos novos
66 Conselheiros. Comando da Marinha, Capitão de Fragata, Tereza Cristina
67 Cavalcante Soares, na posição titular, muito bem vinda ao Conselho. Capitão
68 de Mar e Guerra, Carlos Frederico Freitas de Abreu, suplente; Demétrio
69 Florentino de Toledo Filho, de também suplente. Governos Estaduais, pelo
70 Governo do Amapá, Sônia Solange Martins Maciel, pergunto se está aí. Não?
71 Suplente. Nilvo Luiz Alves da Silva, pelo Governo do Rio Grande do Sul, já
72 esteve presentes em algumas plenárias, nessa não está, quem está é o Neil.
73 Governo de Santa Catarina, Cristiano Lopes de Oliveira, suplente. Pelos
74 Governos Municipais nós temos algumas mudanças por troca de entidade
75 entre Anammas Nacionais e Regionais. O nosso Pedro Wilson Guimarães
76 aparece como Conselheiro novo porque troca, ele está agora efetivado na
77 Anamma Nacional. Na posição de titular, não está aqui presente. Eduardo Lima
78 Matos, suplente pela Anamma Nacional. Pedro Camargo pela Anamma,
79 Centro-Oeste. Fábio Camargo, bem vindo. Roberto Maia pela Anamma
80 Nordeste. Anamma Norte Itamar de Oliveira Mar, suplente. Anamma Sudeste
81 Renan de Nardi Crignis, suplente. Anamma Sul, Fernando Araújo Nunes.
82 Titular. Jean Carlos Nauman, suplente. E pelas ONGs nós temos a Apromac
83 com uma mudança grande, Zuleica Nycz que retorna ao Conama, bem vinda
84 de volta, Zuleica. Juliano Bueno de Araújo, suplente e Paulo Brack também
85 suplente, retornando ao Conama. Sócios da Natureza Ana Maria Daitx Valls
86 Atz, suplente. E pelo Ministério Público Federal nós temos o Doutor Fábio Nezi
87 Veson, muito bem vindo. Nós aproveitamos para fazer um pedido especial a
88 todos os Conselheiros que nos encaminhem a foto, é uma coisa simples, mas
89 que nos ajuda enormemente a ter disponível no site uma foto dos senhores.

90

91

92 **SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário-Executivo do Conama)** – É uma
93 ameaça, quem não providenciar as fotos no celular e vai ficar aquela foto da
94 hora. Sejam todos muito bem vindos. Os reincidentes que bom que vocês
95 continuam conosco. Vamos agora então, para aprovação da transcrição da ata

96da 112ª Reunião Ordinária. Alguma questão em relação à ata? Alguma objeção
97em relação à redação? Todos receberam? Podemos considerar aprovada?
98Todos, por favor, permaneçam como estão se consideram aprovados. Os que
99forem contrários à ata. Então, está aprovada a ata. Vamos dar início enquanto
100a Ministra não chega à tribuna. Quando ela chegar nós vamos interromper a
101tribuna livre para termos aqui o pronunciamento da Ministra. Então, está aberta
102a tribuna livre.

103

104

105**A SRª. ADRIANA SOBRAL BARBOSA MANDARINO (Diretora do**
106**DConama)** – Nós temos algumas inscrições feitas anteriormente, eu gostaria
107de ler quem já está inscrito para saber quem mais se inscreve. Zuleica Nicz,
108Carlos Bocuhy, Poliano, Tadeu Santos, Miguel Scarcello, o Tadeu Venson, que
109é pelo Ministério Público Federal. Agostinho, pela CNM. E eu pergunto se mais
110alguém gostaria de se inscrever. Agostinho eu inscrevi Sant Clair.

111

112

113**O SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário-Executivo do Conama)** – Vamos
114começar então com a nossa velha nova Conselheira, nova experiente
115Conselheira, perdão. Cadê a Zuleica?

116

117

118**A SRª. ZULEICA NICZ (Apromac)** – Bom dia. Questão de ordem, o que se
119pode e o que não se pode fazer quando não tem quórum na reunião. Porque
120nós acabamos de aprovar a ata sem quórum.

121

122

123**O SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário-Executivo do Conama)** – Você
124tem toda razão, nós não podemos aprovar. Temos quórum? Então, perfeito.
125Temos quórum.

126

127

128**A SRª. ADRIANA SOBRAL BARBOSA MANDARINO (Diretora do**
129**DConama)** – Quantos nós temos. Nós tínhamos 54 antes de eu subir para cá,
130nós tínhamos 54, o quórum é 53 e já deve ter chegado um pouquinho mais,
131Zuleica. Nós conferimos e damos a informação.

132

133

134**A SRª. ZULEICA NICZ (Apromac)** – Então, eu posso começar?

135

136

137**O SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário-Executivo do Conama)** – Sim,
138lembrando o prazo, nós tínhamos combinado um prazo de três minutos para o
139pessoal da tribuna livre.

140

141

142**A SRª. ZULEICA NICZ (Apromac)** – É difícil falar em três minutos o tema que
143vou falar. Vou falar sobre o *Fracking*, que é fraturamento químico, chamado
144fraturamento hidráulico, porém é um fraturamento químico. Muita gente aqui
145conhece, principalmente o pessoal de ANP, do Ministério de Minas e Energia,

146sabe muito bem do que eu estou falando. A 12ª rodada de visitaço feita NP,
147feita no ano passado cedeu gentilmente os nossos territórios para empresas
148multinacionais e nacionais, para elas explodirem o subsolo em busca de gás de
149xisto. É uma técnica medonha, de explosão embaixo dos aquíferos, dos lençóis
150freáticos, injeção a altíssima pressão de água misturada com substâncias
151tóxicas na faixa de mais ou menos 600 a 700 substâncias tóxicas, que é o
152chamado fluido hidráulico. Essa substância, muito pouco dessa água volta, se
153voltar sabemos que ela vai ser descartada, com os licenciamentos que nós
154temos visto ambientais e a falta de capacitação dos órgãos ambientais, nós já
155podemos imaginar como que vai ser o licenciamento dessas atividades. Para
156você terem uma ideia na Bacia do Paraná onde fica a maior aquífero do
157mundo, o Sistema Serra Geral, o Aquífero Guarani que pega 4 países,
158Paraguai, Uruguai, Argentina e Brasil, foi cedido gentilmente a Bacia do Paraná
159sem Consulta Pública, sem nada, a escolha dessas bacias foi dada sem
160qualquer Consulta Pública e o órgão ambiental, inclusive do Paraná não
161apresentou nenhuma restrição, ele nem menciona na sua resposta à ANP que
162existe um aquífero lá, como se não existisse. Então assim, nós vemos a
163fragilidade dos órgãos ambientais perante o poder econômico, e a indiferença,
164inclusive a riqueza do nosso Estado, porque nós temos naquela região Oeste
165que foi cedida gentilmente pela ANP para as grandes corporações, existem
166atividades locais extremamente importantes, que são agricultura, pecuária, e
167outras atividades importantíssimas para a economia paranaense. Então, eu
168quero fazer uma proposta, nós sabemos que temos aqui simplificar aqui a
169minha fala, porque três minutos para falar sobre *Fracking* é um desafio que eu
170acho que poucas pessoas poderiam suportar. A Sociedade Brasileira de
171Pesquisa Ciência, SBPC, a Abes, o Ministério Público Federal, as ONGs, os
172Asibamas, que é a Associação dos Analistas do Ibama, fizeram um documento
173importantíssimo, técnico, requerendo ANP que cancelasse essa loucura e
174repensasse o modelo que nós queremos do desenvolvimento para o País. E a
175ANP simplesmente não ouviu, passou por cima, inclusive de recomendações
176do GTPEG, que é o Grupo de Trabalho de Petróleo e Gás do Ibama que tem a
177função de orientar a ANP nessas questões, a ANP não quis ser orientada pelo
178Asibama. Então, a minha proposta de encaminhamento dessa questão aqui é
179fazermos um painel na próxima reunião do Conama convidando, eu vou fazer a
180seguinte proposta, eu acho que ANP, o Ministério de Minas e Energia tem que
181logicamente vir e explicar aqui como que foi esse processo, qual foi o grau de
182transparência que deu e porque escolheu as áreas extremamente sensíveis
183para oferecer para qualquer empresa, podia ser nacional ou internacional, qual
184é o capital dessas empresas? Essas empresas têm capital suficiente para dar
185conta de uma tragédia de acontecer? Cadê a fortalecimento dos órgãos
186ambientais para serem capacitados minimamente para fazer uma licença desse
187tipo. E quem vai pagar e quem vai se responsabilizar pelas perdas que virão? E
188quem vai ganhar? Interessante saber quem vai ganhar, meia dúzia de
189empresas? Queremos que esteja na mesa também o Ministério da Saúde, o
190Ibama, que fez um parecer, e eu gostaria de estar na mesa porque eu venho
191da Bacia do Paraná, é meu Estado, eu estou aqui representando as pessoas
192que vão ser afetadas, a Abes, acredito que a Abes que tem um parecer, uma
193recomendação deve participar desse debate, a SBPC que enviou uma carta
194para o Presidente sem resposta até hoje. E talvez mais alguém. Não consigo
195lembrar uma instituição que os senhores achem que seja importante para

196 debate do *Fracking*. Tem alguma ideia? Não. Eu acho que está boa assim a
197 mesa. Ficou bem legal. Essa é a nossa proposta. Um debate e não um
198 monólogo. Monólogo não vai funcionar, tem que ser um debate com grandes
199 possibilidades de todos os Conselheiros buscarem informações,
200 esclarecimentos e tomarem conhecimento desse assunto que é gravíssimo. E
201 rapidamente eu queria dizer o seguinte, nós precisamos trabalhar
202 urgentemente no Conama em dois Grupos de Trabalho, lâmpadas de mercúrio,
203 a gestão e os níveis permitidos de mercúrio nas lâmpadas no Brasil, que está
204 saúde fora de controle, o Conama já deveria ter terminado esse grupo, já
205 deveria ter feito uma Resolução há muitos anos. E eletroeletrônico que são
206 resíduos tóxicos que estão sendo tratados como se fosse garrafa PET. Havia
207 um Grupo de Trabalho no Conama que foi suspenso por força da Política
208 Nacional de Resíduos Sólidos, mas qualquer pessoa minimamente informada
209 sabe que os acordos setoriais não vão nunca substituir uma Resolução do
210 Conama que estabeleça regras e obrigações a todos os agentes da cadeia,
211 porque nem todos os agentes da cadeia vão participar dos acordos setoriais.
212 Então, não dá para confundir as coisas. Então, nós queremos, vem aí o
213 Tratado Internacional do Mercúrio, e o Brasil precisa se antecipar ao marco
214 regulatório. Não precisamos esperar a ratificação do tratado para fazer
215 qualquer coisa que seja necessário fazer para proteger a saúde pública e o
216 meio ambiente. Obrigada.

217

218

219 **SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário-Executivo do Conama)** – Antes de
220 passarmos ao próximo, só um esclarecimento, nós fizemos uma reunião com
221 os representantes do Ministério e estiveram representantes do Ministério de
222 Minas e Energia para ouvirmos posição sobre o *Fracking* e nós estamos
223 atrasados aqui no Conama em relação a trazer para cá esse debate, essa
224 informação. Quanto ao formato, o formato de debate que a Zuleica colocou nós
225 vamos avaliar. Não sei se nós vamos fazer aqui, mas em algum momento nós
226 devemos fazer uma discussão mais qualificada e mais aprofundada em relação
227 à sistemática das explorações com base no *Fracking*, nos termos que você
228 coloca e nós pretendemos discutir isso com mais profundidade este ano. Com
229 relação a lâmpadas e eletroeletrônicos eu vou tomar a liberdade de já
230 acrescentar uma proposta para que na próxima reunião seja dado andamento
231 dos trabalhos pelo Secretário de Meio Ambiente e Recursos Hídricos, Ambiente
232 Urbano como estão indo as discussões desses dois grupos setoriais. São duas
233 Câmaras, dois acordos que estão sendo negociados e acho que nós podemos
234 pelo menos socializar informações. A socialização da informação não é
235 suficiente, mas pelo menos melhora e informa o debate. Bocuhy.

236

237

238 **SR. CARLOS ALBERTO HAILER BOCUHY (Proam)** – Bom dia a todos.
239 Senhor secretário, Doutora Adriana, eu gostaria de dar um informe sobre uma
240 iniciativa que vai ocorrer no dia 13 de abril no Congresso Nacional, é uma
241 Audiência Pública sobre qualidade do ar, nós estamos trazendo o professor
242 Paulo Saudiva e outros especialistas para falarem sobre a necessidade de uma
243 política por ar limpo, urgente no Brasil, em função da morbidade de centros
244 urbanos, como, por exemplo, na região metropolitana de São Paulo que chega
245 a 4. 000 pessoas por ano, no Estado de São Paulo 18. 000 pessoas por ano.

246Esse é um assunto que se grava a cada ano com a frota veicular cada vez
247mais intenso, devido ao sistema de mobilidade que nós estamos adotando,
248sem nenhuma restrição praticamente. Essa é uma discussão que tem que ser
249feita com urgência. E a outra questão, não menos importante, no dia 23 de abril
250nós também no Congresso Nacional teremos a apresentação de um
251economista jurista americano chamado Bruce Rich, que o Banco Mundial, o
252dinheiro do Banco Mundial alimenta 30% do dinheiro da corrupção que circula
253em países em desenvolvimento, e que 65% dos recursos do Banco Mundial,
254em alguns anos foram alocados para projetos insustentáveis, por exemplo, as
255alternativas de energia fóssil, de matriz de energia fóssil. E nesse trabalho que
256é pioneiro, chamado as *Foreclosing The Future*, as política de destruição do
257Banco Mundial, é a primeira vez que um especialista, um jurista, um jurista, um
258economista faz uma análise das diferentes gestões do Banco Mundial, com
259bastante profundidade, com dados científicos e etc. . Então, é um momento de
260reflexões porque nós passamos por uma situação no Brasil em que o estudo de
261impacta ambiental não é salvaguarda suficiente para o os empreendimentos
262que são apresentados, na maioria das vezes, e as salvaguardas dos agentes
263financiadores também não dão conta da realidade biofísica e bioquímica da
264vulnerabilidade das nossas populações, principalmente por uma questão da
265tropicalização necessária para modelos anglo-saxão. Então, ouvir o Bruce Rich
266é uma experiência notável pela experiência que ele tem com o Banco Mundial
267e de certa forma retrata um pouco da realidade do BNDES, do Banco Central,
268de algumas outras linhas de créditos que nós temos. Eu falei com o Secretário-
269Executivo e ele já garantiu um espaço na Secretaria-Executiva para que nós
270tragamos o Bruce Rich para falar para a Secretaria-Executiva do Ministério do
271Meio Ambiente, o que nos agrada muito porque realmente é uma área, é um
272setor de decisão que tem que tomar conhecimento dentro desse olhar crítico do
273Bruce. E no dia 25 de abril, nós faremos um evento grande em São Paulo, no
274Ministério Público Federal, na sede de 3ª Região que vai ser um seminário
275sobre responsabilidade de agentes financiadores, responsabilidade direta e
276indireta frente ao dano ambiental. É um momento importante para discussão de
277economia e meio ambiente, e gostaria de convidar a todos para esses eventos.
278Obrigado.

279

280

281 **SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário-Executivo do Conama) –**
282 Obrigado, Bocuhy. Poliano.

283

284

285 **SR. POLIANO –** Bom dia a todos. Meu tema principal é a questão da crise
286 da água. Mas antes de entrar propriamente nela, eu quero situar duas
287 preocupações, quando nós vemos o Conama no caminho da sustentabilidade
288 parece que nós estamos indo bem porque temos uma pauta, a meu ver,
289 extremamente frágil para uma reunião que reúne setores e pessoas desse País
290 todo, que gastam um volume razoável de recursos e que seria o momento para
291 debater realmente as questões fundamentais que estão comprometendo a
292 sustentabilidade e a viabilidade desse País. Então, me preocupa muito a pauta.
293 Eu já externei isso na reunião que tivemos sobre essa questão com a Adriana,
294 eu acho que é um sentimento que já fica todo mundo pensando provavelmente
295 uma hora da tarde essa pauta se esgotou, sendo que, na verdade, não

296tenhamos tomado decisões importantes em referência à questão da
297sustentabilidade. Outra preocupação, e aí colocando o certo, a certa perda na
298discussão que fizemos na sociedade civil, da falta de representatividade da
299sociedade nesse órgão, porque como evidentemente o Governo foi criando
300mais Ministérios, e a Resolução permite que se insira membros a partir de
301Ministérios, isso provocou uma distorção muito grande. Então, eu acho que
302uma questão que o movimento reivindica é a rediscussão, inclusive dessa
303composição Conama, porque praticamente nós ficamos com 22 membros da
304sociedade civil dentro de um universo de mais de 108 membros, alguma coisa
305perto disso. Então, isso cria uma defasagem, uma discrepância muito grande
306de poder aqui dentro do próprio Conama, e evidentemente que isso prejudica o
307processo de discussão interna do Conama. Reivindicamos também uma
308questão em relação à criação e nós estamos cobrando do Ministério para que
309nós possamos fazer o Encontro Nacional de Entidades Ambientistas, porque
310o movimento ambientalista é um movimento voluntário, nós não temos
311consultores, nós não temos recursos, nós disponibilizamos de tempo nosso
312para dedicarmos às questões ambientais. Então, nós precisamos também de
313uma compreensão por parte do poder público no sentido de viabilizar a
314participação da sociedade. Eu acho que é um pedido mais do que justo e nós
315queremos colocar essa questão. E para situar a questão que eu queria focar, o
316problema da crise da água. Nós ficamos pensando em crise de energia, em
317crise de água de abastecimento para São Paulo e outras cidades, mas na
318verdade nós temos uma crise que é sistêmica porque a água que abastece a
319cidade e abastece as hidroelétricas, na verdade, são bacias hidrográficas que
320estão sendo mal geridas. O nosso Sistema Nacional de Recursos Hídricos está
321praticamente sendo desmobilizado e desmontado e com isso nós não temos
322verdadeiramente gestão de bacias, nós estamos realmente empurrando isso
323com a barriga. Para vocês terem uma ideia é o terceiro ano consecutivo que a
324ANA impõe ao Comitê do São Francisco, a redução da vazão final do rio para
3251. 100 metros por segundo lá na divisa de Alagoas com Sergipe. Quem tiver
326oportunidade de ir lá para ver como está o São Francisco hoje vai cair para
327trás. O São Francisco ele está a problemas de navegabilidade porque assoreou
328com essa pouca quantidade de água, tem problemas de abastecimento em
329várias comunidades porque a vazão do rio é muito baixa. Enfim, nós estamos
330comprometendo a viabilidade de um rio, e a viabilidade de um rio do porte do
331São Francisco. Então, eu acho que uma das coisas que eu queria propor é que
332se tivermos uma pauta dessas e preferível que tenhamos também todo o nosso
333encontro nessa Plenária, um painel em que nós pudéssemos discutir temas
334importantes. E um deles seria a questão da água. Nós precisamos fazer um
335pacto pela águas no Brasil, olha a contradição de São Paulo, São Paulo não
336tem água para abastecer, está praticamente no osso para distribuir água para a
337população e tem o Rio Tietê passando dentro da cidade e não pode pegar uma
338gota porque nós temos problemas nesse País de quantidade e qualidade de
339água. Esse Conselho mesmo já fez Resoluções importantes a respeito da
340deliberação sobre qualidade de água e que não são obedecidos. Então, nós
341temos que fazer e promover um pacto das águas dentro do próprio Sisnama
342para que nós possamos avançar nesse processo. Então, a minha proposta é
343que nós avancemos também na criação de painéis e fórum a respeito dessa
344questão da gestão e da crise das águas desse País por uma questão muito
345seria, nós estamos trocando a precaução e a razoabilidade pela exaustão. Isso

346é o caos, administrar o caos da energia elétrica da falta de água, isso não tem
347saída. A verdade é essa. Obrigado.

348

349

350O SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário-Executivo do Conama) –
351Obrigado, Poliano. Robis... Tadeu.

352

353

354O SR. TADEU SANTOS (Sócios da Natureza) – Bom dia a todos. O primeiro
355mandato, em 2009, nós encaminhamos uma proposta para a realização Enea,
356no qual Poliano comentou ali. É o Encontro Nacional de Entidades
357Ambientalistas. Foi apresentado um projeto e o Governo, o MMA disse que ia
358apoiar, ia realizar, e passou 2009, passou 2010, 2012, 13 e agora nós estamos
359reapresentando essa proposta desse projeto, desse evento que não vai falir o
360Ministério do Meio Ambiente porque com R\$ 500. 000, 00 promove esse
361encontro aqui em Brasília. Na nossa ONG nós temos conseguido na nossa
362batalha de 32 anos no Sul de Santa Catarina, muitos inimigos. E também
363muitos amigos. Por quê? Esses índices eram muito altos no início das nossas
364atividades. Nós nos últimos tempos temos adotado a questão do equilíbrio. O
365equilíbrio seria ser totalmente contra qualquer radicalismo, seja ele esquerda
366ou direita, se bem que hoje ninguém mais pode definir essa questão, seja ele
367qualquer tipo de radicalismo, seja para o ambientalismo, seja para o setor
368produtivo. Essa proposta do Enea é de uma certa maneira uma forma de nós
369darmos oxigênio para o Conama. O mais antigo Conselho da República. Não
370adianta apenas o setor privado deste País crescer, ter possibilidade, é preciso
371que com a contraponto que são as ONGs tenham e sejam fortalecidas, para o
372próprio, para manter o índice de desenvolvimento do País. E imagina se não
373tivesse ninguém, nenhuma ONG atuando no País? O Governo seria suficiente?
374O Ibama seria suficiente? As fundações estaduais são seriam suficientes para
375controlar às vezes as irregularidades cometidas nos licenciamentos? Imagina
376se não existisse setor produtivo, só as ONGs e que a lei maior seria as ONGs?
377Não se poderia construir nada. O que nós estamos procurando na realização
378do Enea é esse equilíbrio. Bom dia Ministra. Apesar de ser Gremista, mas
379gostei de blusa vermelha do Colorado. Então, Ministra, o Enea é um evento
380que nós estamos propondo para o Governo, para o Ministério do Meio
381Ambiente tornar esse projeto para o ano que vem, já que é um ano eleitoral,
382como uma meta prioritária em termos de sociedade civil, bancada
383ambientalista. Concluindo, a questão do licenciamento, o Ministério promoveu
384ano passado um seminário sobre licenciamento; vieram *experts* no assunto, o
385Ex-Ministro José Carvalho fez um discurso histórico. O melhor discurso que
386nós ouvimos aqui na Plenária foi do mesmo Ministro José Carvalho, da questão
387dos licenciamentos. Quando ele disse, deu um exemplo de o que Ibama não
388tem que estar dando licença para quiosque em beira de praia, isso tem que ser
389coisa de Fundação Municipal. O Ibama tem que se preocupar com obras de
390grande impacto. E que o Ibama tem cometido ao longo dos últimos anos várias
391irregularidades como no caso do licenciamento, dado agora para o Mar Azul e
392Babitonga, não sei se o Eugênio está aqui, mas nós tentamos aprovar uma
393moção na reunião anterior, e não passou por causa dessa questão de conflito
394entre os interesses do Município e do empreendedor. Como o nosso amigo
395falou ali, era para nesse momento, hoje como vai terminar a Plenária à uma

396hora, duas horas da tarde, era para ter em continuidade com alguém falando
397sobre licenciamento, sobre EIA/Rima, sobre Audiência Pública, quer dizer, o
398assunto esgotou. Então, nós rogamos à Ministra para que a questão do
399licenciamento volte à tona ainda este ano para que seja discutida essa questão
400que vai resolver uma série de conflitos gerados, pelo mau licenciamento, a
401legislação brasileira é muito boa, mas na questão do licenciamento deixa muito
402a desejar.

403

404

405**O SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário-Executivo do Conama) –** Nós
406vamos fazer uma interrupção... Vamos lá. Então, Miguel.

407

408

409**O SR. MIGUEL SCARCELLO (Entidades Ambientalista Região Norte - SOS**
410**Amazônia) –** Bom dia senhoras e senhores do plenário. Eu quero nessa
411tribuna livre inicialmente reivindicar ao Ministério, mas especificamente à
412senhora Ministra, o senhor Secretário-Executivo, o Doutor Francisco que o
413Conama paute a discussão e a avaliação das políticas ambientais e
414implementação no País e pelo Governo Federal. Este Conselho não pode
415deixar de cumprir essa competência, em especial por estar havendo várias
416evidências negativas para o meio ambiente, que merecem conhecimento mais
417aprofundado, e em posicionamento e respeito. Não tratar essas questões, não
418se posicionar, como também não indicar os caminhos para superar as falhas
419ou equívocos, é uma omissão nossa. O Conama não pode ser responsável pela
420inércia de não discutir e avaliar essas políticas. Outro ponto que eu quero
421colocar é informar que o ICMBio continua a demonstrar dificuldades para
422acessar recursos, e os poucos recursos investidos ainda não promovem o
423melhor funcionamento das Unidades de Conservação. Dessa vez eu estou
424trazendo aqui uma incapacidade de receber recursos de emenda parlamentar
425para apoiar o trabalho de proteção de espécies ameaçadas. O Deputado
426Federal Taumaturgo Filho, do PT do Acre conseguiu disponibilizar R\$ 200. 000
427via emenda para o ICMBio, ao Parque Nacional da Serra do Divisor, porém
428mesmo tendo sido empenhado em agosto de 2013 até hoje os recursos não
429foram acessados. Peço explicações sobre o fato. Qual o motivo do
430desinteresse? Porque a não execução dos recursos. Será que é a destinação
431para uma ONG executar seja algo inaceitável pelo ICMBio? Infelizmente esse
432tipo de descaso demonstra o quanto ainda as nossas Unidades de
433Conservação estão no segundo plano. Que desentendimento interno existe
434para que os recursos sejam deixados de lado. Por favor, Ministra, peça as
435explicações para nós, se possível na próxima reunião a respeito desse ponto.
436Tudo bem, mas quanto a esse ponto aqui nós estamos até agora esperando.
437Dessa aqui. Estou trazendo especificamente esse número.

438

439

440**A SR^a. MINISTRA IZABELLA MÔNICA VIEIRA TEIXEIRA (Presidente do**
441**Conama) –** Nós pedimos para esclarecer.

442

443

444**O SR. MIGUEL SCARCELLO (Entidades Ambientalista Região Norte - SOS**
445**Amazônia) –** Aproveitando sobre essa temática das Unidades de

446Conservação, eu trago uma carta aberta do Grupo de Trabalho Amazônico, do
447GTA de Rondônia, encaminhada à Assembleia Legislativa de Rondônia, que
448aprova o fim da Reserva Extrativista Jaci Paraná, e vai se consolidando o
449processo de destruição das florestas de Rondônia. Em afronta a uma decisão
450judicial para retirar invasores no dia 11/02/2014, a Assembleia Legislativa de
451Rondônia aprovou, a toque de caixa, o Projeto Decreto Legislativo 143/2014
452acabando com a Reserva Extrativista Jaci Paraná, de 199. 000 hectares. Isso
453de fato vem consolidar toda a política de extinção de Unidades de Conservação
454ao longo do Madeira e em Rondônia que já estava sendo desenhada na época
455da construção, para construção das duas usinas e nós estamos de fato vendo
456a situação hoje, o que está acontecendo. É importante que aqui o Governo de
457Rondônia e o próprio Governo Federal, principalmente de Rondônia, explique
458por que esse motivo, por que essa decisão e por que esses encaminhamentos.
459Que isso fique mais claro porque da maneira que vai, essas Unidades de
460Conservação em Rondônia, em outras áreas do País, e primeiramente na
461Amazônia estão sofrendo, estão sendo extintas por conta de iniciativas de
462grandes empreendimentos que nós temos falado o tempo todo aqui e nada
463disso esclarecido ou não existe nenhuma atitude para que isso não continue.
464Muito pelo contrário, a tendência é avançar cada vez mais sobre as Unidades
465de Conservação extinguindo elas. A respeito da fiscalização ambiental, é um
466outro assunto, eu quero afirmar que ausência do Ibama tem causado um dano
467muito sério ao meio ambiente O primeiro motivo da ausência deve ser o
468repasso das responsabilidades para os Estados. Parece que o repasse não
469veio acompanhado de algum complemento, de algum recurso. No Acre, nas
470regiões do Juruá a exploração da fauna e das espécies florestais está sem
471controle. Aproveito para solicitar que o Ibama e os Estados apresentem o
472quanto esta transferência de responsabilidade está funcionando, para
473avaliarmos qual o grau de eficácia dessa polícia. Para finalizar, eu trago aqui,
474eu vou entregar para a mesa, um documento elaborado pelo Grupo de
475Trabalho Amazônico de Rondônia, formado por mais de 600 organizações da
476região, denominado avaliação, monitoramento e compensação de impactos e
477em usinas hidrelétricas do complexo Madeira. O qual vou deixar com a
478Presidência para ver a possibilidade de ter providência ao que eles têm
479reclamado. Em resumo, esse documento requisita das empresas responsáveis
480pelas usinas de Giral e Santo Antônio e do Ibama a apresentação para a
481sociedade local e a opinião pública, relatórios e detalhes sobre o quanto as
482empresas têm atendido as condicionantes estabelecidas para garantir a
483minimização de impactos ao meio ambiente e as populações locais, como
484também como se dá o acompanhamento do cumprimento das condicionantes e
485as avaliações dos órgãos fiscalizadores. Por sinal, essas informações prévias
486relacionados a efeitos advindos da construção das usinas, haviam sido
487reivindicadas por este Conselho, neste Conselho ao aprovar a moção 83 de 18
488de maio de 2007, e também o requerimento de informação em 2008, que foi
489encaminhado à Presidente do Ibama solicitando que fossem complementadas
490todas as lacunas de informação verificadas na análise ambiental realizada para
491a construção das usinas. Bom, esse documento também, continuando, esse
492documento informa ainda que no site do Ibama, onde essas informações
493deveriam estar disponíveis, o que existe está desatualizado e confuso, e de
494difícil acesso. Em consulta feita no referido site em 14 de março deste ano
495sobre os documentos do licenciamento, do empreendimento de Santo Antônio,

496foi observado que o último documento disponível é o parecer número de 6.
497103/2013, sem dada de postagem. Esse trata da análise do terceiro relatório
498semestral de acompanhamento dos programas ambientais de Santo Antônio,
499após a emissão da LO, da Licença de Operação, encaminhado por meio de
500carta, da Carta Santo Antônio Energia, Porto Velho número 204/2013, de 15 de
501abril de 2013, ou seja, com pelo menos um ano de atraso. O empreendimento
502de Giral tem um ano que não é postada nenhuma análise ou o próprio relatório
503de análise dos programas ambientais. Ou se estiver lá não está claro para que
504a população possa ou consiga localizar. Por fim, isso tem impossibilitado o
505acompanhamento e a participação da sociedade. Outro fato apontado nesse
506documento relata que dentre as inúmeras condicionantes de LI e LO,
507instruções técnicas do Ibama, desculpa, dentre as inúmeras condicionantes
508das Licenças de Instalação e Licenças de Operação, e instruções técnicas do
509Ibama, está a obrigação das empresas de apresentar os resultados dos
510estudos para a discussão com a população atingida. Dentre elas a informação
511técnica número 260/2008, do Ibama, que trata diretamente do monitoramento
512pesqueiro, indicando que as empresas deveriam apresentar e discutir os dados
513obtidos nos relatórios com os pescadores e os seus representantes, bem como
514discutir com eles um Plano de Apoio à Atividade Pesqueira. De acordo com os
515pescadores locais foram somente apresentados os dados dos dois primeiros
516anos de estudo, 2010 e 2011, porém os resultados dos dois últimos anos, após
517o barramento, nunca foram apresentados. O GTA confirma que isso gerou
518enorme desconfiança dos pescadores sobre o motivo desse segredo e porque
519os órgãos competentes não cobraram que tais condicionantes fossem
520cumpridas. Quer dizer, nós temos um vácuo de informação seriíssimo e nós
521temos informação de que isso á está afetando a pesca local e tem alterado
522muito a dinâmica natural dos recursos pesqueiros na região. Provavelmente
523acima das barragens também. O documento traz também aspectos do
524licenciamento que devem fazer parte das nossas reflexões para o futuro
525aperfeiçoamento aqui no nosso Plenário. Basicamente trata da
526responsabilidade dos empreendedores por diagnosticar os impactos que lhes
527causam, em função dos quais serão arbitradas ações com vistas a minimizá-los
528ou compensá-los, cujos custos eles arcarão. São também responsáveis por
529repensar e discutir esses dados com a sociedade determinando o que, quando
530e onde apresentar. O estudo chama atenção de que não há garantia deque
531haja uma produção científica de qualidade, compromete-se à transparência que
532a nossa sociedade necessita e a possível adoção de medidas para
533minimização dos impactos. Para finalizar, diante do exposto solicito que o
534Ministério do meio Ambiente e o Ibama analisem a carta enviada e as
535denúncias feitas, e cobrem à instituição ou responsável, ou as empresas que
536apresentem esclarecimentos sobre as questões relacionadas como ausência
537de informação sobre o cumprimento das compensações, a não disponibilização
538dos dados sobre o andamento das atividades no site do Ibama e dados sobre o
539monitoramento da atividade da pesca dos últimos dois anos, após a
540implantação das barragens. Aproveito para reivindicar que o Conama, no
541âmbito de alguma Câmara Técnica ou independente disso, crie um GT ou
542realize um seminário com representantes nacionais e da Bolívia, e do Peru, no
543caso específico sobre a bacia do Madeira, para que acompanhar os efeitos
544desses grandes empreendimentos, como está acontecendo hoje. O que está
545acontecendo em Rondônia, em Porto Velho, a relação sobre alagação, o

546quanto as usinas têm responsabilidade sobre isso, isso tem que ser aferido e
547esse Plenário tem que discutir, tem que saber sobre isso, tem que se
548posicionar a respeito disso. E que se possível, se discuta os outros
549empreendimentos que nós temos na região amazônica, a Bacia do Tapajós
550está na mesma situação. E que possam depois aqui relatar a situação e
551apresentem outras informações sobre o andamento da implementação dos
552empreendimentos e cumprimentos das medidas mitigatórias. Finalizei e
553entrego aqui aos senhores, vou deixar a carta aqui na mesa para que vocês
554possam ler com mais detalhes e possam, se possível, gostaria muito que
555pudéssemos ter alguma resposta a respeito disso o mais breve possível, ou ao
556menos na próxima reunião. Muito obrigado.

557

558

559**O SR. FÁBIO NESI VENZON (MPF)** – Senhora Ministra, em nome de quem eu
560saúdo todos os presentes. O Ministério Público Federal traz aqui uma
561preocupação com a interpretação que o Conama deu ano passado em relação
562ao conceito do que seria uma atividade agrosilvipastoril, ou seja, a
563interpretação que o Conama está dando para o Art. 61A do Código Florestal, o
564dispositivo à anistia que foi dada. É sabido que o Ministério Público Federal tem
565posição no sentido da inconstitucionalidade desse dispositivo, tanto que ajuizou
566uma Ação Direta de Inconstitucionalidade, pois parte do pressuposto de que
567anistia significa autorizar alguém a não recuperar enquanto a Constituição
568Federal diz que quem cometer uma degradação ambiental tem a obrigação de
569reparar o dano. Então, entendemos que é uma inconstitucionalidade, mas não
570é disso que se trata a minha fala porque essa questão está para ser decidida
571no Supremo Tribunal Federal. Parto do pressuposto de que o Supremo
572entenda constitucional, digamos, que ele entenda constitucional, mesmo assim
573nós temos que ver qual a extensão desse Art. 61A. E o Art. 61A da forma que
574foi redigido parece que realmente quis permitir essa anistia para atividades
575menos impactantes. E ele fala em turismo rural, ele fala em ecoturismo e ele
576fala em atividades agrossilvipastoris. Esse termo agrosilvipastoril ele
577normalmente é utilizado para um sistema consorciado, para atividades
578consorciadas em que a pecuária está ligada com a agricultura, que pode estar
579ligada com a silvicultura, ou pelo menos dois dessas atividades ligadas em
580conjunto. O Código Florestal quando quis mencionar as atividades
581isoladamente, ele assim o fez. O Art. 41, por exemplo, ele fala em agropecuária
582e florestal. Ele menciona exatamente essa conjunção de palavras,
583agropecuária e florestal. Ora se agropecuária e florestal isoladamente o Código
584quando mencionar... Agrosilvipastoril tivesse se referido às atividades
585isoladamente nesse dispositivo Art. 41 ele faria referência à atividade
586agrosilvipastoril. Mas não, nesse dispositivo ele mencionou agropecuária e
587florestal, como estamos acostumados a ouvir quando se quer falar das
588atividades isoladamente. O próprio Ibama em Nota Técnica, em março ou abril
589menciona o mesmo entendimento, que agrosilvipastoril está se referindo às
590atividades consorciadas. Uma lei recente, também não tenho o número dela
591aqui, mas também de abril, também relacionados às atividades
592agrossilvipastoris, tem o mesmo, adota com o mesmo entendimento conceitual.
593O Conama, contudo, no ano passado, quando estava regulamentando a
594questão do licenciamento de assentamentos rurais, ele menciona quando faz
595referência às atividades agrossilvipastoris ele menciona isoladamente, ele

596 menciona, por exemplo, que a aquicultura isoladamente seria uma atividade
597 agrosilvipastoril. Então, é claro, essa interpretação ela é uma interpretação que
598 segundo entendemos está indo além do que quis o legislador. E essa anistia é
599 gravíssima porque nós estamos falando em anistiar quem até 2008 se
600 encontrava em APP, margem de rio, margem de lagoa, desmatou manguezal
601 antes de 2008, todo esse pessoal estaria em princípio, anistiado, veja bem que
602 menciona APP, ele não menciona só margem de rio, ele menciona que tem
603 recuperar uma parte, mesmo quem está anistiado vai ter que recuperar uma
604 pequena parcela, mas o manguezal, por exemplo, desmatado, grandes áreas
605 de manguezal desmatadas, essas terão sido anistiadas. Então, uma lei de
606 anistia como essa, se for constitucional, no mínimo tem que ser interpretada
607 restritivamente e essa Resolução do Conama ela parte de uma premissa que
608 depois vai ser aplicada para todas as demais situações, mesmo que não em
609 assentamentos do Incra, que é de que atividade agrossilvipastoris são
610 atividades isoladamente. E entendemos que não foi o que o legislador quis, ele
611 quis se referir especificamente para aquelas atividades mais ecológicas, que
612 são aquelas atividades consorciadas. Por isso o Ministério Público vem aqui á
613 tribuna pedindo que o Conama reflita sobre esse aspecto, inclusive, se for o
614 caso, alterando a Resolução que foi editada no ano passado. Obrigado.

615

616

617 **O SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário-Executivo do Conama) –**
618 Obrigado. Rodrigo, da Confederação Nacional de Municípios.

619

620

621 **O SR. RODRIGO ANTÔNIO DE AGOSTINHO MENDONÇA (CNM) –** Eu
622 gostaria de repassar a palavra ao André, da Adeafi, de Foz do Iguaçu.
623 Obrigada.

624

625

626 **O SR. ANDRÉ ALIANA (Adeafi) –** Obrigado pela gentileza. O meu André
627 Aliana, eu já fui membro titular desse Conselho, representando a Anamma Sul
628 no passado, mas hoje aqui falo como Presidente da Adeafi, a Associação de
629 Defesa e Educação Ambiental de Foz do Iguaçu. Entidade que 1986 ajuizou a
630 ação que provocou o fechamento da Estrada do Colono no Parque Nacional do
631 Iguaçu. Então, nós temos uma luta antiga na região de Foz do Iguaçu, mas
632 hoje a minha fala aqui não vem se tratar da Estrada do Colono, mas sim de
633 uma outra área que pode ser preservada e que está faltando, na verdade, o
634 diálogo. Nós recentemente ajuizamos uma ação que suspendeu em dezembro
635 uma licitação de uma segunda ponte entre Brasil e o Paraguai. E na verdade o
636 que nós provocamos não é que nós não achamos que a ponte não é
637 necessária, sim, ela é a necessária, mas a localização dela, ela impede a
638 construção ou a criação de um Parque Trinacional que é um sonho da região,
639 um parque onde nós temos 200 hectares preservados em Foz do Iguaçu, nós
640 temos 55 hectares preservados Porto Iguaçu, Argentina, e nós temos 2500
641 hectares preservados no lado paraguaio, e existe toda uma articulação e
642 inclusive uma vontade do Governo do Paraguai em criar esse Parque
643 Trinacional, mas como a ponte é construção unilateral do Brasil, financiada
644 pelo Brasil, o Governo Paraguaio obviamente não vai se opor se ela vai
645 estarem um canto ou no outro. Nós estamos falando, na verdade, de uma

646mudança de 720 metros de localização de uma ponte, nós não estamos
647querendo impedir uma ponte, nós queremos discutir, nós queremos um diálogo
648com DNIT, com o Ministério do Trabalho dos Transportes, um diálogo que
649possa apontar o seguinte, tecnicamente está mais do que comprovado que não
650há problema nenhum em você deslocar essa ponte para um canto dessa área
651e não ao meio dessa área. São coisas que, às vezes, os técnicos que se
652preocupam único e exclusivamente do ponto de vista da logística, da criação
653de uma rodovia, da criação de um aponte, não tem um olhar um pouco mais
654sustentável para o local. E aí cabe à sociedade organizada local fazer essa
655provocação, nós já conseguimos em algum momento essa suspensão, nós
656estivemos ontem ainda com o Ministro Carrero do TCU discutindo esse
657assunto, mas, na verdade, nós não queremos provocar, paralisar, porque,
658senão cada vez nos chamam dos 'Eco chatos', os 'biodesagradáveis' e tudo
659que nós queremos é uma visão um pouquinho mais holística de toda a
660situação, do quanto é fácil você mudar a construção de uma ponte 720 metros
661e com isso possibilitar a criação de um Parque Trinacional. Então, é esse
662diálogo que nós buscamos, nós trazemos aqui um manifesto do Iguazu, na
663verdade, um manifesto feito por entidades mais ligadas ao ramo do turismo da
664cidade, porque, na verdade, além desse parque, uma série de entidades de
665turismo de Foz do Iguazu sonham com a construção de um teleférico que ligue
666com o marco das três fronteiras brasileiras, com o marco das três fronteiras do
667Paraguai, com o marco das três fronteiras da Argentina e da Argentina para ao
668Brasil. Imaginemos senhores e senhoras quantas pessoas vão para Foz do
669Iguazu e visitam as cataratas, e quantas dessas pessoas deixariam ou não
670deixariam de fazer um teleférico pelas três fronteiras, é um novo grande
671atrativo turístico, que levaria essas pessoas para mais uma área de
672conservação e para mais um grande atrativo turístico na nossa fronteira. Então,
673esse diálogo nós estamos, na verdade, fazendo um pedido para que esse
674Plenário, e em especial através do Ministério do Meio Ambiente, tente
675encontrar os caminhos para um diálogo, nós não enxergamos qual a
676dificuldade de você discutir uma ponte 720 metros do ponto em que ela está
677projetada. Nós não conseguimos enxergar isso. O que, na verdade, está
678pautado é que os Governos, desde o Governo Lula já pautou, já prometeu essa
679ponte, agora o Governo Dilma prometeu na sua eleição a ponte, e agora
680chegamos à beira de uma eleição em que não querem paralisar a ponte porque
681senão o discurso eleitoral fica prejudicado. Nós não podemos ficar e eu que
682sou do PT e faço esse questionamento ao nosso Governo, nós não podemos
683ficar refém desse tipo de discurso eleitoral e impedir que nós tenhamos um
684espaço ambiental adequado, um grande projeto de desenvolvimento do turismo
685na nossa região. Então, eu faço esse apelo à Ministra de Meio Ambiente que
686se puder nos ajudar nos ajude a buscar esse canal de diálogo que nós estamos
687com dificuldade, já fizemos judicialmente a paralisação da ponte, a licitação da
688ponte em dezembro, tem novo sempre licitatório agora dia 27, e nós, na
689verdade, queríamos buscar o canal do diálogo e não só o canal da justiça e
690com isso impedir, atrasar e depois ser questionado na nossa região como
691quem quer atravancar, como quem quer atrapalhar o desenvolvimento. Nós
692não queremos isso, nós não queremos suspender ponte nenhuma, nós só
693queremos que ela seja colocada em um local onde ela atrapalhe um pouco
694menos o desenvolvimento sustentável da nossa região. Muito obrigado a todos
695vocês e muito obrigado pela oportunidade.

696

697

698O SR. SAINT CLAIR HONORATO SANTOS (Ministérios Públicos
699Estaduais)–Bom dia senhora Ministra. Bom dia senhores Conselheiros e
700senhoras Conselheiras. Acabamos que temos que retornar essa discussão,
701parece que foi pautada pelos demais que nos sucederam aqui. As intempéries
702estão aí, nós estamos numa situação um pouco esquizofrênica, no Sul nós
703temos a questão da seca, e no Norte nós temos a questão das inundações. E
704isso nos remete à discussões mais profundas, porque numa cidade como São
705Paulo essa é uma situação que não é grave, é gravíssima porque não temos a
706possibilidade de dar o devido atendimento, dar qualidade da água para aquela
707população que necessita para a sua sobrevivência. De outro lado nós temos a
708criação, a expansão da população, a criação de novas cidades que nós temos
709aí a expansão da vida humana permanente em nossos territórios. Quando o
710Código Florestal vem e diz para nós que as Áreas de Preservação Permanente
711não devem ser pela sua maior extensão, quando das cheias dos rios, nós
712vamos propiciar que as cidades continuem sendo construídas nas zonas de
713alagamento. E novamente quem vai pagar por isso é a própria população
714porque as inundações virão e aqueles bens que lá estarão situados serão
715perdidos. E nós continuamos, me parece que aí é um erro da sociedade, nós
716continuamos contando isso como perdas, como prejuízos, e não estamos
717trabalhando lá na prevenção. Então, ver a seca o Sul, nós temos a nossa
718fábrica de água que são as florestas. O Sul, o Sudeste é completamente
719degradado pela atividade humana. Então, o nosso trabalho de recuperação
720dessas áreas de mata ciliar, das águas inundáveis, fazendo a devida contagem
721da metragem adequada é o que é mais importante. Então, nós não tivemos a
722oportunidade, ou não conseguimos levar isso ao legislador quando da
723mudança do Código Florestal, por questões de interesse, por questões
724momentâneas, mas a reflexão deve ser permanente. Eu acho que o Conama é
725a caixa da ressonância dessa discussão. Nós não devemos estar omissos em
726relação a isso porque o Norte do Brasil continua se expandindo e o que nós
727escutamos é que essa expansão é continuada e permanente. Então, fazer com
728que as populações venham a sofrer futuramente e não tenhamos a
729preservação adequada, técnica, dessas áreas, significa uma irresponsabilidade
730com a sociedade brasileira que nós não devemos ter. Então, se nós não
731tivermos naquele momento a oportunidade de nos manifestamos, acredito que
732o Conama deve retomar essa discussão exatamente para dizer que as áreas
733inundáveis não devem ser ocupadas de forma nenhuma. A lei não vai superar
734a realidade, a lei não vai superar as questões ambientais, a questão climática
735está posta, nós estamos vivendo esses momentos permanentemente, as
736chuvas com intensidade e as perdas estão aí, nós estamos tendo não só
737perdas econômicas, como perdas de vida que nós temos visto aí no caso das
738enxurradas e das inundações. Então, esse é um apelo que eu faço à senhora
739Ministra para que nós retomemos essas discussões desses temas que são aí
740candentes e permanentes na nossa sociedade. Muito obrigado.

741

742

743O SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário-Executivo do Conama) – Marcelo.
744CNCG.

745

29

15

30

746

747 O SR. CAP MARCELO ROBIS FRANCISCO NASSARO (CNCG) – Bom dia
748 Ministra. Bom dia Doutor Gaetani, Adriana e Conselheiros. Na verdade,
749 Ministra, nós gostaríamos de pedir alguma explicação sobre o
750 encaminhamento da Lista PET. Eu faço explicação do por que. Esse Conama
751 aprovou em junho do ano passado a Resolução 457 que trata do Depósito
752 Doméstico Provisório e da Guarda de Animais Silvestres. Uma aprovação
753 unânime nessa casa, mas muito responsável no sentido de que sem a Lista
754 PET aqueles animais que ali não estiverem relacionados não poderão entrar
755 em uma relação de depósito ou guarda. É assim que está escrito no Parágrafo
756 Único do Art. 4º da Resolução, ou seja, a Resolução não é eficaz sem a Lista
757 PET. Exatamente porque é um assunto complexo, que já vinho sendo discutido
758 há algum tempo, pelo que nós temos informações junto ao Ministério, o grupo
759 de consenso antes da deliberação do Conama propôs 180 dias de prazo.
760 Então, nós tivemos em *vacatio legis* de 180 dias, a contar do dia 26 de junho,
761 que terminou no dia 26 de dezembro. Então, a partir do dia 26 de dezembro,
762 em tese a Lista PET deveria ter sido editada para que a Resolução pudesse
763 ser eficaz, para que ela possa ser aplicada. Porém passados os 180 dias e
764 hoje 81 dias dos 180 dias, a Lista PET não está publicada. Então, o Conselho
765 Nacional de Comandantes Gerais das Polícias Militares do Brasil e Corpos de
766 Bombeiros Militares gostariam de pedir uma explicação do encaminhamento,
767 se possível uma ideia de prazo para que nós possamos aplicar a Resolução,
768 seguir a ordem deste Conselho que determina ao Sisnama algumas regras de
769 destinação para aqueles animais que, com certeza não têm locais de
770 destinação adequados. Muito obrigado.

771

772

773 O SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário-Executivo do Conama) – Wilson.

774

775

776 O SR. PEDRO WILSON GUIMARÃES (Anamma Nacional) – Bom dia a todos
777 e a todas. Mais uma vez lembrando que é dia 08 de março, uma salva de
778 palmas a todas as mulheres, Ministra, Adriana, Marília, Regina, Zilda,
779 Jaqueline. A participação da mulher na luta do meio ambiente, na participação
780 na política é fundamental. Então, a minha lembrança de que cada vez mais o
781 País promova a participação da mulher, reconheça a sua presença não só
782 demográfica, mas de todos os setores da Ciência, da Educação, da Cultura, e
783 principalmente da política. Hoje, e a mulher com água, hoje é o dia da
784 Enchente de São José. Parece que São José andou mais por Rondônia que
785 pelo Rio Grande do Sul. Talvez o pessoal de Rondônia tenha rezado demais e
786 pessoal do Sul, Doutora Zilda, de menos. O dia 22 é o dia mundial da água e
787 nós vimos aqui que quase todas as falas aqui repetem a questão dramática da
788 produção, da conservação, do uso da água no Brasil e no mundo. Agora
789 mesmo estivemos em São Paulo no seminário, e começamos a discutir, falei
790 agora com o Doutor Vicente Andrew e também lá com a prefeitura de São
791 Paulo, uma coisa que eu acho que a Constituição Federal colocou no âmbito
792 dos Estados a chamada água subterrânea e principalmente dos aquíferos,
793 essas águas estão sendo cada vez mais utilizadas e nós não temos uma
794 política Nacional ou Regional. Porque, inclusive essa água dos aquíferos
795 envolve até outros países. Então, eu acho que é hora de nós fazemos um

796 estudo para nós possamos ver essa política pública das águas subterrâneas no
797 Brasil. Se bem que nós temos também que ver as águas de superfície. Eu
798 quero comunicar à Ministra e a esse colegiado que nós juntos com o Conama
799 está uma reunião da Diretoria Regional da Anamma, da Associação Nacional
800 de Órgãos e Secretarias Municipais de Meio Ambiente, na luta de que o
801 Município é onde acontecem as coisas. É onde as pessoas moram. Alagadas
802 ou não, com falta de água ou não, ou a questão de lixo, da drenagem, ou a
803 questão do saneamento básico, ou a questão da coleta seletiva. Então, a
804 Anamma está reunida, estão aqui todos também membros do Conselho
805 Nacional do Meio Ambiente, participamos e outros dirigentes do passado, e
806 essa luta do Município, e mais uma vez eu parablenizo a instalação da tripartite,
807 mas é preciso que nós avancemos nos papéis e na distribuição dos deveres e
808 dos direitos dos Municípios junto com os Estados, e a União principalmente
809 com o Ibama. Não é possível que muitas vezes um convênio do Ministério do
810 Meio Ambiente ou do Ibama com o Estado, não se coloca a participação do
811 Município. É importante o Município não só como lugar de buscar voto, onde os
812 eleitores votam, na cidade, no distrito, mas também que haja uma
813 responsabilização de que nós tenhamos uma coparticipação nos deveres, mas
814 também nos haveres. E muitas vezes os Conselhos Estaduais paralisam a
815 participação de entidades municipalistas nos Conselhos Estaduais ou na
816 participação, na distribuição de recursos que são redistribuídos a partir da
817 União para os Estados e nenhum para os Municípios. Gostaria também de
818 informar que a Anamma, juntamente com a Semai, juntamente com Abes, com
819 a Confederação Nacional dos Municípios, com a Frente Nacional de Prefeitos e
820 com a Associação Brasileira de Municípios, que nesse momento realiza um
821 grande encontro municipalista aqui em Brasília, que é a entidade mais antiga
822 do municipalismo brasileiro e essa discussão nossa com essas entidades, com
823 a Semai e a outras diz respeito à questão da logística reversa das embalagens
824 em geral, que representa um terço do resíduo que se produz na cidade na área
825 de papel, de papelão. Então, é preciso que nós possamos, nós estamos nessa
826 discussão com a Secretaria Nacional de Recursos Hídricos e Ambiente Urbano
827 com a Doutora Zilda e o Doutor Nei Maranhão, para nós vermos o *locus* e ver a
828 participação do Município nesse processo que todo Brasil está querendo
829 realizar, que é a Política Nacional de Resíduos Sólidos, ao lado da Política de
830 Saneamento Básico e ao lado da questão da drenagem e ao lado da coleta
831 seletiva, para tornar as nossas cidades cada vez mais saudáveis. Então, eu
832 gostaria de dizer à Ministra, o apelo no sentido que a Anamma e outros
833 organismos vinculados, os Comitês de Bacias de Rios Federais e estaduais,
834 que nós possamos fazer essa discussão da participação da sociedade, das
835 populações ribeirinhas, das associações locais, dos Municípios, porque como é
836 que nós vamos construir isso? Para isso na área do saneamento nós vamos ter
837 uma grande reunião da Semai em Uberlândia, no começo de maio próximo
838 agora e certamente as entidades como a Anamma, como a Abes, como as
839 Confederações e Federações, de Associações de Municípios, não só no nível
840 nacional, mas no nível local, possam trabalhar para Política Nacional e resgatar
841 o nosso interesse. Por isso a nossa saudação a essa reunião e a expectativa
842 da Anamma de que todos nós possamos juntos com outras entidades, com o
843 Fórum de Entidades Comunitárias da Área de Água ou com as ONGs, e com
844 também com os Estados, com as universidades, que nós devemos e tudo mais.
845 Por isso mais uma vez saúdo o mês de março, as águas de março,

846imortalizada na grande música, extraordinária música de Tom Jobim, e nós
847estamos aqui nesse mês de março e o Brasil discutindo essa questão. Seja da
848ausência de água, seja a água em excesso. Seja a questão da energia, seja a
849questão de Unidades de Conservação, seja a questão de uma ponte, seja
850todas as questões. O que nós não podemos concluir, Ministra, e contado por
851um técnico do Tribunal de Contas que ele foi verificar uma emenda parlamentar
852que foi destinada ao Município. Ele chegou lá e viu que a ponte tinha sido
853construída, aí ele já ia assinar o relatório certificando que o Município tinha
854aplicado bem as obras da ponte, aí falou: “espera aí, a ponte está pronta,
855senhor Prefeito, mas cadê o córrego”? Ele falou assim: “Uma obra de cada
856vez”. Muitas vezes nós pensamos na ponte, mas não pensamos no córrego
857que vai encher o rio, o rio que vai abastecer os grandes lagos de energia do
858Brasil. Cada coisa ao seu lugar, mas todas elas integradas. A nossa saudação
859mais uma vez ao mês de março, mês das águas, mês das mulheres, mês da
860vida que nós queremos cada melhor nesse planeta e eu quero aqui registrar
861com satisfação, Ministra, a nossa membro do nosso colegiados que era
862Secretária-Executiva e agora é Secretária Estadual do Meio Ambiente, Doutora
863Jaqueline Vieira, que agora se torna Secretária Estadual e que certamente vai
864ouvir esse apelo junto com os outros Secretários que estão aqui, para que haja
865uma interação maior entre os Municípios a Anamma e a Abema dos Estados.
866muito obrigado.

867

868

869(*Palmas!*).

870

871

872**O SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário-Executivo do Conama) – Hélio.**

873

874

875**O SR. HÉLIO GURGEL CAVALCANTI (Abema) –** Bom dia a todos e todas.
876Senhora Presidente do Conama, Izabella Teixeira, Doutor Gaetani, Doutora
877Diretora do Conama, companheira Adriana Mandarino, demais Conselheiros,
878saudando inclusive os Conselheiros novos que foram empossados hoje. Nós
879vimos aqui trazer uma preocupação e um aviso da Abema, Associação
880Brasileira de Entidades Estaduais de Meio Ambiente que ontem realizou a sua
881166ª Reunião Ordinária, e que discorreu sobre a pauta do Conama de hoje, a
882pauta da Reunião Ordinária do Conama. Nós percebemos que, embora não
883haja uma maior explicação sobre o item 5, especificamente o item 5. 2 da pauta
884ele tratará de matérias em andamento nas Câmaras Técnicas e Grupos de
885Trabalho do Conama. E tivemos notícia de que haverá um encaminhamento
886onde se deva retirar de pauta aquelas matéria que estão sendo tratadas por
887Grupos de Trabalho e por Comissões, que tratem de dispositivos já obsoletos,
888vencidos e que não vigem mais. A exemplo quando há uma superveniência
889agora tanto do Código Florestal quando da Lei Complementar 140 e outras que
890vêm se colocando recentemente. Nós temos aí em andamento algumas que
891estão em tramitação de dois, três anos atrás e algumas outras que estão sendo
892propostas ainda dentro dessa mesma visão legal. Mas foi aí que nessa
893discussão da Abema nos aprofundamos um pouco mais e vimos aqui nessa
894tribuna livre já dar a notícia de que vamos encaminhar a solicitação formal da
895criação de um Grupo de Trabalho amplo, que deva ser formado, no sentido de

896fazer uma revisão geral dos normativos do Conama, para que se possa extrair
897e extirpar desse, inclusive daquele grosso volume que temos aí de normas, de
898todas as Resoluções, aquelas já não se coadunam com o novo ordenamento
899jurídico que estamos vivenciando. São essas as colocações iniciais, porque
900daremos aí o prosseguimento a essa solicitação, mas, sobretudo, alertando a
901todos os Conselheiros, a todos os senhores Conselheiros porque foi uma
902discussão já havida no âmbito dos Estados, que queremos compartilhar com os
903demais Conselheiros do Conama. Muito obrigado.

904

905

906**O SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário-Executivo do Conama)** – Vamos
907ouvir agora, encerrada a tribuna livre, o pronunciamento de abertura da
908Ministra, após ter tido a oportunidade de poder ouvir a manifestação de vários
909Conselheiros aqui presentes. Obrigado.

910

911

912**A SR^a. MINISTRA IZABELLA MÔNICA VIEIRA TEIXEIRA (Presidente do**
913**Conama)** – Vamos lá então. Bom dia a todos. Eu peço desculpas porque eu
914não pude estar no momento inicial dessa Plenária porque eu estava fazendo a
915abertura do Seminário Internacional do Programa Bolsa Verde. Os números
916são muito positivos, do ponto de vista da erradicação da extrema pobreza em
917áreas protegidas no Brasil, como os senhores sabem o Bolsa Verde é um
918programa que é parte do Programa Brasil Sem Miséria e é uma iniciativa do
919Ministério do Meio Ambiente junto com o Ministério do desenvolvimento Social
920para identificar nas Unidades de Conservação de Usos Sustentável, a situação
921das populações que lá vivem. E o primeiro trabalho que nós tivemos que fazer
922para lidar com extrema pobreza e depois pobreza, que são duas coisas
923distintas, dois perfis distintos inclusive de transferência de renda foi aproveitar
924as tecnologias e o apoio do Ministério do Desenvolvimento Social para fazer o
925cadastro das Unidades de Conservação dessas populações que lá vivem. Nós
926estamos falando das Unidades de Conservação Federais e que o Instituto
927Chico Mendes, cadê o Miguel, eu vou lhe responder sobre o Instituto Chico
928Mendes, sequer sabia o número real das populações que vivem nas Unidades
929de Conservação de Uso Sustentável que foram criadas para proteger essas
930populações também. Então, vamos falar a verdade sobre a área ambiental, que
931se criou Unidades de Conservação no passado sem saber quem estava lá
932dentro. Estimava-se. E para eu fazer um programa dessa envergadura eu
933tenho que contar uma um. Então, hoje eu sei que o meu universo esperado de
934extrema pobreza é cerca de 31. 000 famílias e de pobreza soma para dar 65.
935000 famílias. Então assim, ponto um, para fazer política pública com seriedade
936tem que ter o dado de realidade. Então, nós estamos mudando o momento
937nesse País de tratar a Unidade de Conservação com Política Pública com P
938maiúsculo para poder ter acesso a tudo que são todas as políticas públicas
939desse País que beneficiam os cidadãos brasileiros. E eu gostaria muito que as
940pessoas de populações de população tradicional que vivem nas Unidades de
941Conservação Federais sejam beneficiados com isso. E por isso nós temos um
942programa com o Governo Federal, não só com o Ministério do Meio Ambiente,
943com seis outros Ministérios, que alocou esse programa, alocou setecentos
944milhões de reais para populações tradicionais, extrativistas das áreas
945protegidas no País, para poder trabalhar desde a regularização fundiária,

37

19

38

946quando eu recebi o Ministério de Meio Ambiente, Miguel, eu tinha de
947regularização fundiária para famílias em Unidade de Conservação, menos de
9484000 famílias. Eu vou entregar com quase 70. 000. Então assim, eu acho que é
949importante que as pessoas tenham uma dimensão do que significa implantar
950área protegida no Brasil, e o Bolsa Verde é muito interessante porque não é só
951transferência de renda, é você melhorar as condições das pessoas, e
952chegando a educação, nós estamos lançando o Minha Casa Minha Vida na
953floresta agora para dar casa para essas pessoas, para dar saneamento para
954essas pessoas, para dar luz para essas pessoas, mas também para que nós
955possamos de fato entender quais são os requisitos na gestão de áreas
956protegidas, e eu acho que esse Conselho deve se debruçar sobre isso, para
957que nós possamos tirar as pessoas da pobreza. Porque transferir renda é um
958passo para você identificar, mas você tem que ter atividade econômica para
959que essas pessoas não fiquem dependentes na transferência de renda. Na
960cidade isso já está acontecendo, no campo é um desafio que nós temos.
961Então, está tendo um seminário internacional agora, inclusive é uma
962experiência da Bolívia, de outros países em torno da Cooperação Sul/Sul,
963discutindo esses aspectos em relação as áreas protegidas. Então, eu não vejo
964nenhuma dificuldade que o Conama possa se debruçar sobre política de
965conservação etc. , agora, nós vamos ter que reconhecer muitos problemas do
966passado. E esses problemas são vigentes. E aí eu vou fazer um comentário, eu
967não sei, vou pedir realmente o que o Presidente do Chico Mendes, ele estava
968aqui, mas acho que saiu, para identificar, vou pedir ao Secretário-Executivo,
969para identificar essa questão da emenda parlamentar, mas a experiência que
970nós temos no Ministério não é porque não quer acessar, ou que não quer
971repassar, porque muito das ONGs que se candidatam, não se qualificam para
972os requisitos que hoje o Governo Federal exige, requisitos mínimos para
973acessar essa transferência de recursos. Então, muitas vezes as nossas
974emendas não são “cumpridas”, não porque nós não queiramos fazer, mas
975porque quem vai, que é o beneficiário da emenda não são só as ONGs não,
976muitas prefeituras também, não estão qualificados para acessar isso. Ou uma
977situação que também é muito sensível e ontem mesmo eu estava assinando,
978eu tenho assinado termos aditivos de prorrogação de projetos com entidades
979ambientalistas, 3, 4, 5 vezes, quinto termo aditivo porque não tem condição de
980execução. Então, na realidade eu começo a ter dificuldades em função das
981regras de acesso ao recurso público de execução de avisos dos prazos e
982projetos que são propostos. E isso um trabalho imenso que os Secretários do
983Ministério têm que fazer para evitar que essas entidades entrem no cadastro
984negativo do Governo Federal. Então, eu acho que se nós, o Secretário-
985Executivo pode falar de recursos de Instituto Chico Mendes, não procede a
986afirmação de que o Instituto Chico Mendes está sem recursos, não procede, eu
987posso lhe provar por A mais B o que está acontecendo, e vou lhe dizer só um
988dado, em um ano de Câmara de Compensação Ambiental Federal, o trabalho
989do Ibama disponibilizou para o Instituto Chico Mendes ano passado
990quatrocentos e treze milhões de reais de compensação ambiental. Só que por
991decisão do Tribunal de Contas da União esse dinheiro tem que ser via
992orçamento, e o Instituto Chico Mendes terá que ter todos os projetos para
993gastar orçamentariamente esse dinheiro só um ano, a partir do trabalho da
994Câmara de Compensação Ambiental, que quando recebi era zero de recurso
995disponibilizado para isso. E o Ibama ano retrasado disponibilizou duzentos e

996trinta milhões, anos passado quatrocentos e treze, dos quais 25% vão para os
997Estados. E esses dados estão disponíveis em uma coisa chamada Câmara de
998Compensação Ambiental Federal, no site do Ibama. De qualquer maneira você
999deixou aqui as suas colocações e eu posso dizer que o site do Ibama todas as
1000informações do Rio Madeira estão lá, talvez não esteja acessível com a
1001facilidade que deve estar. Então, pedir ao Instituto Chico Mendes, o Presidente
1002o Ibama que providenciasse, tornar isso mais evidente. Toda as rotinas de
1003licenciamento do Ibama tem fiscalização. Quando eu recebi o Ibama, o Ibama
1004tinha no licenciamento menos de 80 funcionários, mas nós vamos entregar o
1005Ibama com 500, 600 funcionários concursados só no licenciamento. Então, eu
1006não aceito, aí é a minha manifestação, qualquer crítica de que nós não
1007estejamos cumprindo todos os procedimentos de licenciamento ambiental,
1008inclusive com fiscalização e acompanhamento trimestral das condicionantes
1009ambientais. Talvez as pessoas desconheçam as rotinas de monitoramento e de
1010avaliação do Ibama. Está aberto, o Ibama está acessível para qualquer
1011interlocução a respeito disso. E tanto isso é verdade que nas disputas judiciais
1012o Ibama tem sempre reafirmando o licenciamento ambiental. E mais do que
1013isso, na minha gestão eu tirei uma Diretoria de Licenciamento que tinha dentro
1014do Ministério. licenciamento ambiental é dentro do órgão técnico, não é do
1015Ministério do Meio Ambiente. Então, eu vou pedir para avaliar a sua carta,
1016todas as informações serão tornadas disponíveis, eu não vejo nenhum
1017problema. Só saliento que não existe, não há condições de, em minha opinião,
1018de fazer relação de causa e efeito sobre madeira, chuvas e etc. , até porque
1019nós estamos tendo a maior chuva, o Governador da Bolívia, da Província de
1020Panda estava comigo agora no outro evento, exatamente onde está chovendo
1021e é a maior nova de todos os tempos. Numa corredeira descendo. Então,
1022afirmar que existe relação de causa e efeito, com todas as salvaguardas de
1023modelagem, se estão protegidas, dos projetos, lembrando que o licenciamento
1024do Madeira foi feito em 2007, 2008, não foi na minha gestão. Então assim, eu
1025acho que as pessoas devem ser serenidade e entendera avaliação dos órgãos
1026técnicos, e entender o debate, quem tem competência para fazer isso vai
1027colocar na mesa e obviamente se tiver algo que tenha que ser corrigido será
1028corrigido com toda a transparência do mundo, mas eu não estou considerando
1029uma relação de causa e efeito sem poder fazer avaliação técnica, e para isso
1030tem que baixar as águas, porque eu estou inundando na BR 230, não é área de
1031influência, mas eu estou inundando no Sul de Rondônia, não é área de
1032influência do empreendimento. Então assim, não deveria... Se as hidroelétricas,
1033se Porto Velho está jusante não deveria estar inundando. Montante sim porque
1034eu tenho o remanso. Então, sabe, assim, as pessoas especulam muito e eu
1035acho que o licenciamento ambiental é uma matéria técnica, extremamente
1036complexa e que eu respeito a avaliação técnica dos funcionários do Ibama.
1037Então, eles vão avalizar como a Agência Nacional de Águas, como da Aneel e
1038etc. . Obviamente eu vou passar para o Ibama e o Ibama vai conversar com
1039você e enfim, dar o retorno daquilo que quer. Mas de qualquer maneira eu
1040queria responder o Miguel, porque eu gosto muito dele, eu gosto de todos, mas
1041em função de que algumas colocações eu ouvi aqui que é em caráter de quase
1042uma verdade em relação à causa e efeito, quando você não consegue
1043comprovar isso imediatamente. Então, e é uma matéria extremamente
1044complexa, não acho que seja, eu acho que tem que se entender o fenômeno
1045da chuva, os números do Semaden são impressionantes. E só para você ter

1046um dado de realidade, a segurança das barragens é para 90. 000 metros
1047cúbicos, nós estamos em menos de 60. 000 metros cúbicos. Vamos lá que o
1048debate é de outra natureza, da nossa expectativa pelo menos o Ibama está
1049atento a essa questão. Bom, mais eu fui informada que houve uma colocação
1050aqui a respeito do esvaziamento da pauta do Conama. Eu não sei quem foi que
1051fez na tribuna livre essa colocação, não sei se foi o Tadeu, foi o senhor, é
1052absolutamente oportuno que o senhor tenha colocado isso, porque eu não
1053chamo de esvaziamento, talvez isso dialoga com o que o Doutor Hélio Gurgel
1054acabou de falar. O senhor é Conselheiro novo, então, talvez o senhor não
1055tenha... Seja bem vindo, boa sorte, e juízo. Mas o senhor não participou de
1056outras reuniões, em que eu como Presidente do Conselho tenho afirmado
1057recorrentemente duas questões a respeito do Conselho. Aliás, três questões.
1058Primeiro que o Conselho tem que circunscrever a sua ação política à
1059excelência do Conselho, ou seja, o Conselho não tem que estar tratando de
1060matérias secundárias, ou matérias anacrônicas ou extemporâneas. Segundo
1061eu tenho que colocado a necessidade, isso o Doutor Hélio Gurgel apontou aqui
1062com propósito da Abema, do Conselho se debruçar sobre uma revisão das
1063suas Normativas ou em face dos novos regulamentos federais, ou de leis
1064nacionais que são aprovadas nesse País. Obviamente não só a questão do
1065Código Florestal, mas particularmente a LC 140, que não é só de licenciamento
1066não, é de fiscalização, é fauna, descentralização para o Município, tem uma
1067série de coisas numa relação muito maior do meu entendimento dos Estados
1068para os Municípios, do que da União para os Estados. E terceiro, eu também
1069disse que nós iríamos fazer no Ministério do Meio Ambiente uma avaliação das
1070matérias em carteira. E que como, vou falar como um ex-parlamentar, um
1071parlamentar o Doutor Pedro Wilson, para a tramitação das novas matérias.
1072Elas travam. Então, eu pedi à Diretoria Executiva do Conama que fizesse uma
1073avaliação dos últimos 10 anos do que estava em tramitação e que não andou,
1074que não anda que perdeu a validade e é isso que eu vou apresentar para os
1075senhores daqui há pouco. O Regimento não fala nada sobre isso. Dá ao
1076Presidente do Conselho deliberar sobre isso. E eu acho que para você poder
1077colocar tornar em evidência o que é estratégico para esse Conselho discutir,
1078nós temos que tirar aquilo que é extemporâneo ou anacrônico, não estou
1079falando do tema, eu estou falando da maneira como o tema muitas vezes foi
1080abordado, o tema é licenciamento ambiental, nunca vai ser anacrônico discutir
1081licenciamento ambiental no Conama, mas falar de questões que estão
1082propostas em 2007, 2006, cuja formulação o foi do próprio Ministério do Meio
1083Ambiente e do próprio Ibama a motivação e isso não cabe mais, tira, arquiva e
1084começa tudo de novo naquilo que o Plenário entender que é estratégico. E aí
1085as Câmaras Técnicas se reorganizam em função dos Grupos de Trabalho e de
1086identifica as prioridades em relação a esses Grupos de Trabalho, e aí a
1087Plenária terá condição de saber como é que está o andamento de cada matéria
1088e qual é a expectativa de apreciação pela da Plenária dessas matérias. Eu
1089insisto que não se trata de tema, se trata da formulação da proposição e muitos
1090desses temas ainda estão na Câmara Técnica de Assuntos Jurídicos. Então,
1091se estão em tramitação de assuntos jurídicos, vamos aguardar a manifestação
1092da Câmara Técnica de Assuntos Jurídicos a respeito. Porque foi pedido que se
1093fizesse uma avaliação em função de que o Conama tem matérias que
1094realmente não vão ser apreciadas e isso tem por precedência deliberar sobre
1095isso. Então, isso será o que eu vou passar em seguida, mas eu vou fazer três

1096ou quatro comentários aqui a respeito do que identifico como pontos de
1097interesse comum, das falas de tribuna livre e dos encontros preparatórios com
1098a Secretaria-Executiva, com a Diretoria Executiva do Conama. A respeito da
1099questão da água, que eu acho que é o primeiro ponto que as pessoas se
1100inquietam e com razão, mas eu acho engraçado que ninguém nesses últimos
1101dois anos quis discutir a questão da seca no Nordeste e suas implicações, e é
1102o mesmo drama da seca em São Paulo. Então assim, é muito interessante
1103essa... Quando bate na Amazônia todo mundo se mobiliza, quando bate no
1104Sudeste todo mundo se mobiliza, mas qual de vocês aqui conhece os arranjos
1105de combate à questão da seca e a acessibilidade quando (...) está entrando no
1106terceiro ano sobre isso? Quantos de vocês já discutiram isso do ponto de vista
1107ambiental? Quem sabe? Sabe por quê? Eu monitoro diariamente isso na minha
1108mesa, diariamente eu recebo cenários do Semaden sabendo o que está
1109acontecendo. Então, é muito fascinante as pessoas começarem e a discussão
1110não é falta d'água, acesso d'água, a discussão é segurança hídrica das
1111cidades brasileiras, das regiões em um País com 85% da população vivendo
1112em áreas urbanas e o impacto disso nas atividades econômicas. E eu tenho
1113dito também da necessidade do Conama ter uma integração com o Conselho
1114Nacional de Recursos Hídricos e vice versa. Eu acho que vou deixar o
1115Ministério e essa integração não vai acontecer. Aí o Pedro Wilson levanta
1116saneamento, levanta as coisas na perspectiva do Município, que o
1117representante do Ministério das Cidades poderia debater sobre essa questão.
1118Então, há que se ter uma postura inovadora sobre isso no Conama. A
1119discussão de água no Brasil é uma discussão estratégica enquanto segurança
1120hídrica, e não está somente no eixo de São Paulo/Rio, não está, muito pelo
1121contrário, quem está o Paraná aqui? Paraná tem demanda de aumento de...
1122Cenários de demanda de... Aumento de demanda de capitação sabe onde,
1123Saint Clair? No Vale do Ribeira, em São Paulo, com a transposição no Oeste
1124do Paraná e ninguém discute isso aqui. Eu acho muito interessante. Eu vou
1125falar... Calma. Vou fazer um *Fracking* seu. Calma. Com todo respeito. Na
1126realidade, há que se entender como discutir, esse é o encaminhamento que o
1127Ministério do Meio Ambiente está dando por intermédio da Agência Nacional de
1128Água, além das questões pontuais, enfim, pontuais que eu digo deste ano, uma
1129visão mais estratégica sobre segurança hídrica no País. O Ministério do Meio
1130Ambiente em 2009 nós fizemos pela Ana, eu não sei se os senhores conhecem
1131isso, uma avaliação da situação de recursos hídricos em todas as regiões
1132metropolitanas do País. Alguém aqui já leu esse estudo? Não. Um ou dois que
1133conhece. Vocês conhecem a avaliação de 5. 600 Municípios sobre a questão
1134de recursos hídricos, todos os Municípios do País que nós fizemos? Então
1135gente, sabe, nós temos que sentar e discutir os temas do ponto de vista
1136estratégico. Essas informações estão todas disponíveis. Todas colocadas aí,
1137com uma visão de criticidade a respeito da segurança hídrica nas nossas
1138cidades. Esse eu acho que é o grande debate, os estudos são não fáceis, a
1139situação de São Paulo é sensível porque é abaixo da maior... Do evento mais
1140crítico de seca do País que é de 53, o regime de chuva é muito abaixo do
1141mínimo histórico. E tem lá uma complexidade, eu estou olhando para o paulista
1142ali enviesado, que todo mundo sabe, não só da questão da Cantareira, mas da
1143própria segurança hídrica do Estado como um todo, em função das projeções
1144de crescimento econômico e lá o estudo, o famoso estudo da macro metrópole
1145de São Paulo, mostra essa demanda em torno de 60 metros cúbicos até 2035.

1146Quais os Estados têm visão de planejamento e segurança hídrica até
11472035/2040? Quem trabalhou isso? Não é o geral, nós temos na região
1148metropolitana também a perspectiva dos Estados e Municípios, qual é a leitura
1149estratégica de água? Ou seja, veio para mesa aquilo que eu já falei aqui neste
1150Plenário, que esse século será marcado por uma discussão a respeito de
1151vulnerabilidade em torno de temas estratégicos como energia, alimento, água,
1152urbana, e que ou a sociedade brasileira começa a trabalhar isso nessa
1153perspectiva e nós nos incluímos nisso, ou então como foi dito, eu acho que foi
1154o rapaz do Paraná, vão continuar nos chamando de 'bio-históricos',
1155'biodesagradáveis', tem de tudo que chamam, ameaçados de extinção. Tem
1156vários. Eu coleciono. Mas enfim, é preciso que nós possamos recolocar esse
1157debate de um amaneira que amplie a capacidade de diálogo e de formulação
1158de proposta em torno do chamado guarda-chuva, agora vem a brincadeira, da
1159segurança hídrica. Isso entrará na pauta. Então, eu sugeriria que esse
1160Conselho pudesse trabalhar talvez numa reunião, um seminário com o
1161Conselho Nacional de Recursos Hídricos sobre a segurança hídrica no País, e
1162se debruçassem sobre os fatos reais e sobre os números, conheçam os
1163números, vocês não conhecem. Ou conhece o número para discutir ou então,
1164desculpe, é uma projeção de algo que vocês sente a ameaça, mas você não
1165sabe dar todos os passos necessários. Se não conhecer a realidade não vai
1166conseguir definir estratégia e terá interlocução política. Então, talvez o melhor
1167caminho seja fazer uma reunião com vocês sobre a relação dos recursos
1168hídricos, nas áreas especializadas e discutir. Eu peço a Agência Nacional de
1169Água para fazer uma apresentação da criticidade em relação às regiões
1170metropolitanas do País, e os órgãos ambientais que têm ligação junto, que tem
1171muitos que água está junto com meio ambiente, outros estão separados, outros
1172está com Planejamento, os órgãos proponham. Eu proponho á Abema, Hélio,
1173que vocês façam uma proposta de pauta de natureza estratégica para dialogar
1174essa questão de segurança hídrica. E nós fazemos um debate. Eu acho
1175importante que os Conselheiros do Conama tenham uma dimensão do significa
1176discutir segurança hídrica, não estou falando de águas subterrâneas, eu acho
1177que águas subterrâneas têm o papel, tem dois temas que precisam ter o papel
1178específico, reuso de água, e aí cabe, inclusive *Guidelines* ou diretrizes para os
1179órgãos ambientais. E a questão de águas subterrâneas. Não eu sei o que tem
1180que fazer, vocês vão ter que discutir e buscar os caminhos para isso, eu não
1181gosto de pré-receitas. Eu gosto do debate e a construção a partir do que é
1182factível. Então, é absolutamente importante entender, porque nós estamos
1183vivendo do ponto de vista da envergadura política do tema, da escassez à
1184abundância. Se choveu, o que está chovendo no Madeira durante 6 horas
1185enche o Cantareira. Só para vocês terem noção da chuva no Madeira.
1186Segundo dados da Agência Nacional de Águas. 6, 7 horas, caiu ali, encheu.
1187Então, é importante que nós façamos essa discussão de natureza estratégica e
1188é absolutamente relevante que o Conama se prepare para isso. Então, eu
1189sugeriria o que ponto focal fosse a Abema, se vocês estiverem de acordo,
1190tornamos isso disponível, colocamos o pessoal da ANA com vocês mostrando
1191os estudos que existem do País como um todo e vamos discutir segurança
1192hídrica com as variáveis ambientais associadas a esse processo. E eu acho
1193que aí isso que é a ambição de todos nós do Conama ter novos contornos
1194políticos, você muda de patamar a relação do Conama com o diálogo e com as
1195políticas prioritárias. Outro aspecto que eu gostaria de chamar atenção, que

1196também foi objeto, embora eu não tenha visto a fala da Zuleica, mas ela me
1197entregou aqui o material e eu vou ler, tem a ver com a questão do *Fracking*.
1198Está sendo proposta uma discussão sobre isso e aí eu sei que você tem
1199vírgula, um foco também nas águas dos aquíferos, particularmente dos
1200Guaranis, e a visão estratégica do País. Está sendo proposta uma discussão
1201no âmbito da retomada do Prominp, a própria indústria do petróleo quer discutir
1202isso. Indústria de petróleo não é indústria só, os órgãos ambientais que
1203trabalham com petróleo e todo mundo, então, se você concordar eu vou pedir o
1204pessoal para avaliar suas propostas aqui e verificar se nós podemos gerar uma
1205pauta para debate das questões em relação a *Fracking*, de águas
1206subterrâneas, o próprio *Fracking Químico* que nos Estados Unidos tem 50
1207anos de experiência e o Brasil não sei qual é a experiência acumulada no
1208Brasil considerando a demanda, mas eu sei que o Brasil tem experiência em
1209*Fracking*. O que nós temos que entender é *Fracking* associado a Shale Gas.
1210São duas coisas distintas. O fraturamento no sistema de fraturamento químico,
1211eu sei que nós temos larga experiência. Chamando atenção que isso não é
1212uma coisa tão trivial aí no caso recepcionado pelo próprio acesso a
1213licenciamento ambiental. O que nós esperamos é que esse licenciamento
1214ambiental deve ser, deverá ser federal. Então, terão que ter procedimentos, já
1215mandei gente do Ibama para ser qualificada, o pessoal está indo para o IPA
1216para aprender a saber quais são os requisitos, porque é algo novo para o Brasil
1217do ponto de vista da exploração do recurso energético. Então, nós teremos que
1218fazer esse aprendizado e o próprio Ministério de Minas e Energia está
1219sugerindo esse encaminhamento de retomada dentro do Prominp, onde todos
1220os órgãos sentam e todo mundo discute e etc. poderá discutir, agora tem que
1221discutir com base. O Conam poderá discutir sempre que ele quiser discutir.
1222Estou apenas te dizendo o seguinte, vai haver uma aproximação dos órgãos
1223ambientais, junto com a indústria de petróleo, os empreendedores, mais o
1224Ministério de Minas e Energia para trabalhar a questão do Shale Gas. Isso é
1225uma visão estratégica, o Governo está fazendo esse movimento. Então, agora,
1226discutir aqui, é discutir, chama especialista, apresenta. O Prominp também,
1227querida, agora não tem nenhum empecilho, eu não tenho pessoalmente
1228nenhuma restrição que o Conama discuta, pode discutir quando quiser. Isso
1229não é problema. Nós organizamos, chamamos a ANP aqui, mandamos
1230mostrara exploração de *Fracking* no Brasil, em que situação, qual o tipo de
1231geologia. O que não posso me deparar é com alguém me escrevendo, como eu
1232recebi de um advogado, que eu pudesse responder o que eu estava fazendo
1233para evitar os abalos sísmicos. Realmente eu não tenho como, quase que eu
1234respondi conversando com Deus, mas eu não tenho como. Eu sequer sei
1235como, não está disponível isso, há uma questão de pesquisa. Então, nós
1236temos, se for o caso que chamar o pessoa da ANP para explicar o que é o
1237Shale Gas no Brasil. O que seria o Shale Gas no Brasil, até para preparar os
1238debates. Enfim, o Secretário-Executivo poderá ver a melhor maneira de
1239encaminhar, mas de qualquer maneira eu vou olhar isso aqui que você me
1240entregou. Também foi dito aqui a respeito da questão das Unidades de
1241Conservação, foi o Miguel falou, a questão da flota Jaci Paraná e eu adiciono,
1242tenho a mesma impressão no Amapá. E para sua informação a decisão de
1243Assembleia Legislativa de Rondônia foi por unanimidade. E há um movimento,
1244o Governador me telefonou, nós fizemos o movimento com o Governo do
1245Estado, a Secretária de Meio Ambiente veio aqui e eles entraram com uma

1246ação junto com o Ministério Público e etc. , alegando a inconstitucionalidade
1247desse processo. Agora, unanimidade é uma ação política articulada. Ok? É
1248inacreditável, essa é uma área já de conflito por conta da madeira que está lá.
1249E nós temos que disputar, nós temos que ir para a sociedade disputar dizendo
1250que isso é inaceitável. Agora lembro que no Congresso Nacional tem mais de
1251300 Projetos de Lei mexendo em Unidade de Conservação, não exterminando
1252as Unidades de Conservação, mas alterando as Unidades de Conservação.
1253Então, isso é um debate que nós precisamos saber fazer. E muito
1254sinceramente que nós não estamos suficientemente preparados para fazer
1255esse debate. Várias situações no Congresso Nacional nós temos conseguido
1256evitar com o Instituto Chico Mendes e o Ministério para resolver problemas
1257legítimos. Não estou dizendo que o problema seja legítimo, e evitar isso
1258proteger a Unidade de Conservação. Agora são soluções extremamente
1259complexas, como, por exemplo, comprar terra para alocar quilombolas, família
1260de quilombolas para evitar desafetações. Ou equacionar conflitos da zona de
1261entorno, ou regularizar do ponto de vista fundiário gente que espera há 20 anos
1262uma indenização. Isso é fato. Eu tenho um POAC criado há 70 anos que não
1263tem indenização. Então, tem que ter uma visão crítica sobre quais são as
1264ameaças, o Instituto Chico Mendes fez esse trabalho, eu tenho um grupo
1265regularização fundiária criado há três anos no Instituto Chico Mendes, tem uma
1266estratégias do Instituto Chico Mendes para unidades federais, por aonde nós
1267vamos para tirar essa pressão e regularizar. Parte dos recursos da cooperação
1268ambiental está indo e desses recursos irão para a regularização fundiária,
1269daquilo que pode ser feito. Então, ou seja, o Instituto Chico Mendes tem um
1270caminho construído para fazer um trabalho que eu disse a eles, vão ter que
1271fazer em cinco anos no máximo, não pode esperar mais 20 anos. E isso nas
1272federais que nós temos área pública, e áreas publicas estão sendo
1273regularizadas, isso é mais fácil, é um acordo com a SPU, mas aquela diária
1274privada de indenização, levantamento dominial, cartorial, valor, isso é de uma
1275complexidade monumental e eu acho que nós vamos ter que discutir sim com
1276todo mundo para dar segurança jurídica ao gestor público que toma a decisão
1277sobre isso. E esse será um enfrentamento. Nós temos segundo o governador
1278ameaça para desmatamentos, pressão por isso e temos por outro uma
1279sociedade querendo soluções para áreas que estão lá há 20, 30 anos e que
1280não tiveram regularização fundiária e que vão ter que ter. Então, nós vamos
1281nos extremos, teremos que construir esses caminhos e acho que seria um belo
1282debate que o Conama deveria fazer sobre regularização fundiária em áreas
1283protegidas no Brasil. Sobre a questão específica que foi dito aqui sobre a
1284ponte, a segunda ponte, eu conheço a demanda... Cadê o rapaz da CNM? Eu
1285conheço a demanda da segunda ponte, não conheço o projeto porque não foi
1286apresentado a nós o licenciamento, que deverá ser do Ibama, não sei como é a
1287zona de fronteira, mas têm alguns requisitos de segurança que estão sendo
1288discutidos, segurança de fronteira que discutem a proposição da ponte. Eu não
1289tenho nenhum problema de nós pedirmos uma reunião com o Dnit e vocês
1290terão interlocução com o Dnit a respeito disso. Eu só acho absolutamente,
1291aliás, um dos esforços que eu estou tentando conseguir é exatamente a
1292criação do Parque Binacional, tem tratativas dentro do próprio Ministério das
1293Relações Exteriores sobre isso. O Humberto Cavalcante está aqui, o esforço
1294com corredores de proteções de onça, mas eu acho que não há dificuldade,
1295nós podemos pedir o pessoal do Dnit para ter um encontro com e vocês

1296poderem discutir os 720 metros, como foi colocado aqui. O desenho é bastante
1297ilustrativo, quais são as razões. E por outro lado nós temos que nos informar,
1298Volney, como isso não chegou para nós ainda, porque desse traçado. Eu só
1299digo que têm outras variáveis que levam à decisão de ter a segunda ponte, não
1300é só a ligação entre os dois Países. E finalmente a questão da Lista PET. O
1301Ibama está finalizando com o Ministério, Tadeu, da Polícia Militar, está
1302finalizando uma revisão jurídica em função dos acordos de fauna que o Ibama
1303fez com os Estados. Nós esperamos concluir, até a próxima reunião do
1304Conama isso deve estar resolvido. Que é instituir um grupo de fauna no
1305Ministério, para rever toda a política de fauna em função da LC 140 e da
1306descentralização. O Ibama teve que fazer acordo com todos os Estados. E a
1307mesma coisa da fiscalização. Eu não financio o Estado, aliás, eu recepcionei a
1308LC 140 que foi deixada, não fui que fiz aquela lei, eu não faria daquele jeito, eu
1309Izabella, mas ela está lá, tem coisas muito boas e outras coisas que precisam
1310um olhar estratégico para consolidar a participação dos Estados. Agora, eu
1311defendo antes de qualquer coisa o Sisnama. O Sisnama foi concebido com as
1312três instâncias do poder público. O Sisnama não é o SUS, Pedro Wilson, antes
1313que você comece a fazer a sua analogia. Então, eu acho que nós temos que
1314discutir a questão da fiscalização com os Estados. Eu sugeriria que a Abema
1315pautasse isso com muita objetividade, da mesma maneira que todo mundo
1316quer pautar que descentralização do licenciamento do Estado para os
1317Municípios. Então, eu acho que é estratégico que seja feito porque nós do
1318Ibama temos hoje, inclusive limitações de atuar em situações que são
1319competência do Município, e trazer para nós só a nação de supletividade com
1320todos os requisitos colocados, embora possamos agir sempre, mas eu tenho
1321que priorizar aquilo também que é da União. Então, eu digo assim, não há...
1322Durante toda a minha gestão eu priorizei os recursos de fiscalizações do
1323Ibama. Nunca em um forte orçamentário o Ibama foi penalizado em relação
1324nem a licenciamento nem a fiscalização. Foi completamente preservado, não
1325só o Ibama como o Instituto Chico Mendes. Na questão da Prev-Fogo e etc. ,
1326etc. . Então, eu acho que cabe uma discussão, talvez a Abema possa fazer
1327uma avaliação a respeito dos recursos financeiros como é se organizam as
1328Polícias Militares, nós temos uma Força Nacional de Segurança com a Polícia
1329Militar dos Estados, eu tenho uma companhia específica de fiscalização
1330ambiental para a Amazônia da Força Nacional de Segurança, exclusiva que
1331nós constituímos. Então, há um investimento enorme do Governo Federal, e
1332digo também, verifiquem o que nós estamos repassando de recurso via Fundo
1333Amazônia para órgãos da Amazônia na área de controle e fiscalização. O Acre
1334é o maior beneficiário disso. Então, vejam os números, chequem os números.
1335Mato Grosso, Rondônia. Todo mundo está recebe dinheiro. Então, os Estados,
1336pelo menos os Estados da Amazônia estão recebendo recursos para trabalhar
1337a agenda de controle ambiental. Está lá combate a incêndio, queimada, está
1338tudo lá financiado. Conheçam os números e eu me coloco à disposição para o
1339diálogo. Então é isso, acho que do ponto de vista dos comentários gerais eu...
1340Obviamente se o Conama quiser rever coisas, quiser... façam a fundamentação
1341técnica e jurídica, há sempre espaço para dialogar. E entendo que o upgrade, a
1342mudança de escala do Conama requer um saneamento dessas medidas em
1343tramitação. Eu concordo em submeter ao Plenário, que nós possamos ter um
1344grupo para avaliar tematicamente as Resoluções que estão parcialmente
1345comprometidas. Muitas delas estão vencidas no prazo de validade, muitas

1346delas, nós temos um levantamento do que não foi cumprido, tem Resoluções
1347que o Conama dá um ano de prazo e ninguém fez nada. E para nós podermos
1348trabalhar isso com maior objetividade dentro desse Conselho. E o outro lado é
1349exatamente esse que eu vou entrar agora que diz respeito às matérias em
1350tramitação. O Ministério do Meio Ambiente, fez uma avaliação dessa carteira,
1351os assuntos do Conama em março de 2014. E Câmara Técnica por Câmara
1352Técnica. E nós temos uma avaliação extremamente interessante considerando
1353as seguintes categorias, matérias que estão em tramitação, ou seja, elas estão
1354nos Grupos de Trabalho e virão para o Plenário vai dar uma ideia para todos
1355nós do que vai entrar em Plenário, que eu acho que a maioria aqui não sabe,
1356porque todo mundo tem uma visão fragmentada nos Grupos de Trabalho.
1357Matérias que estão para arquivamento, porque arquivamento perdeu o seu
1358sentido de ser como elas foram propostas, não quer dizer que elas não
1359possam, o tema não possa ser proposto considerando o novo contexto. Há, por
1360exemplo, situações relacionadas a um portal nacional de licenciamento
1361ambiental que o Ibama propôs em 2006, é completamente anacrônico o que
1362está sendo feito hoje em função da LC 140 e dos próprios investimentos.
1363Então, o próprio Ibama pede para retirar e encerrar e nós discutimos se esse
1364tema caberia uma Resolução Conama para tratar desse assunto. E matérias
1365que estão em análise técnica e jurídica, com retorno previsto ao Plenário, ou
1366seja, o Ministério retiraria, avaliaria isso e informaria aos senhores qual a
1367tramitação que nós sugerimos. Então assim, a Plenária teria que apreciar se
1368vai manter ou se não vai manter essa matéria. E vocês, eu vou Dar em
1369exemplo, são duas situações nesse caso que têm a ver com que foi escrito na
1370Resolução Conama e que não necessariamente nós entendemos que se aplica
1371hoje. Então, vou ter que fazer uma avaliação jurídica e técnica e a Plenária
1372deliberar porque foi proposta como Resolução. Posso dar prosseguimento ao
1373entendimento? A ideia é que passe Câmara Técnica por Câmara Técnica, diga
1374as matérias e diga as medidas que nós estamos, que eu estou adotando, se
1375haver alguma recomendação, obviamente eu avaliarei a recomendação em
1376função do item específico, pode ser assim? É uma maneira muito objetiva, mas
1377vocês vão ter uma avaliação geral. Câmara Técnica de Controle Ambiental.
1378Nós fizemos... A Câmara Técnica de Controle Ambiental hoje tem uma única
1379matéria em tramitação, que chama-se Licenciamento Ambiental de Parques
1380Eólicos. Essa matéria eu apresentei em regime de urgência e não houve
1381consenso no debate que eu queria definir os procedimentos, que eu acho
1382importante que o Conama defina os procedimentos de licenciamento ambiental
1383para eólica e para solar. Isso para atender os Estados, ter uma padronização
1384dos requisitos mínimos. Não houve consenso, essa matéria continua em
1385debate técnico, por essa razão vocês não estão apreciando a matéria hoje. É
1386uma matéria que segue em tramitação. Então, ela é válida, ela está
1387contextualizada, há uma divergência da abordagem do próprio setor produtivo
1388os órgãos licenciadores. Então, a sugestão, quer dizer, a sugestão não, é uma
1389informação nesse caso, ela está tramitando deverá ser objeto de apreciação na
1390próxima reunião deste Plenário. Depois eu tenho uma matéria, isso é Câmara
1391de Controle Ambiental, aguardando orientação jurídica, ou seja, tem uma
1392proposta de recomendação referente à apresentação prévia de avaliação
1393ambiental integrada e estratégica, dos processos de licenciamento ambiental
1394de usinas hidrelétricas. Bom, não é só avaliação jurídica, também é técnica,
1395mas de qualquer maneira nós estamos fazendo um parecer jurídico sobre isso,

1396 para entender se o Conama pode se manifestar sobre essa sempre matéria. E
1397 trabalhar uma Resolução, ou seja, adotar essa recomendação. Qual é a força e
1398 isso voltará à Plenária párea apreciação. Matérias para arquivamento na
1399 Câmara Técnica de Controle Ambiental. O processo proposto em 2001 sobre
1400 convocação e realização de audiências públicas, a proposta está
1401 completamente anacrônica, ela não dialoga com nada que nós estamos hoje
1402 vivendo, não só porque evoluiu nos últimos 13 anos de licenciamento
1403 ambiental, mas também sobre o próprio disciplinamento da LC 140, o que os
1404 Estados estão fazendo, lei nos Estados e etc. . Como a proposta de
1405 informações mínimas que devem constar de licenças ambientais emitidas no
1406 âmbito do Sisnama divulgação no Portal Nacional de Licenciamento. Essas
1407 duas matérias são originárias do próprio Ministério do Meio Ambiente. Uma é
1408 de 2008 e a outra é de 2001. E o Ministério do Meio Ambiente entende que
1409 elas não devem seguir tramitando, embora os temas possam ser objeto de
1410 novas propostas, o Portal de Licenciamento do Ministério do Meio Ambiente
1411 não dialoga com isso aqui e a questão das Audiências Públicas, tampouco o
1412 texto que está proposto ela está parada, ela está literalmente sobrestada.
1413 Então, arquiva-se e começa o novo rito se for necessário, se a Plenária assim
1414 entender. Então isso é o que tem hoje na Câmara de Controle Ambiental. Não
1415 existe mais nada e aqui observo, alguns dos senhores fizeram intervenções
1416 sobre licenciamento, não tem propostas de procedimentos para licenciamento
1417 além de eólicas. Estou dizendo claro aqui para depois não falar que tem que
1418 esvaziamento da pauta. Ok? Câmara de Controle é isso. Tem algum
1419 comentário? Posso passar a para Câmara Técnica de Qualidade Ambiental e
1420 Gestão de Resíduos? A Câmara Técnica de Gestão Ambiental e Gestão de
1421 Resíduos tem as seguintes matérias em tramitação, ou seja, a Plenária...

1422

1423

1424 *(Intervenções fora do microfone. Inaudível)*

1425

1426

1427 **A SR^a. MINISTRA IZABELLA MÔNICA VIEIRA TEIXEIRA (Presidente do**
1428 **Conama)** – Vai voltar para Plenária na próxima.

1429

1430

1431 *(Intervenções fora do microfone. Inaudível)*

1432

1433

1434 **A SR^a. MINISTRA IZABELLA MÔNICA VIEIRA TEIXEIRA (Presidente do**
1435 **Conama)** – Essa é minha preocupação também, agora, vamos fazer que os
1436 órgãos ambientais cheguem a um consenso. Quando eu propus o regime de
1437 urgência era exatamente para isso. Eles esperam entregar para a próxima
1438 reunião. Vamos ver na próxima reunião. A Câmara Técnica de Qualidade
1439 Ambiental e Gestão de Resíduos. Matéria em tramitação, gestão adequada e
1440 eliminação dos PCBs. Então, é uma matéria proposta em 2012. O processo
1441 proposto em 2013 sobre revisão da Resolução Conama 340, que dispõe sobre
1442 a utilização de cilindros para envasamento de gases que destroem a camada
1443 de ozônio. O processo proposto em 2011, revisão da Resolução Conama 307
1444 sobre reclassificação de resíduos de tintas. Processo proposto em 2011,
1445 revisão da Conama 314, que dispõe sobre registro de produtos destinados à

1446remediação. Projeto também de 2011 GT relativo ao controle da utilização de
1447produtos, processos de operação de Hídricos. GT para revisão da Resolução
1448Conama que dispõe sobre os padrões de qualidade do ar. Isso aqui é revisão
1449do Pronar. E GT proposto em 2014 para discutir a viabilidade de alteração do
1450fator de deteriorização de equipamento de controle de emissão de gases
1451poluentes, ciclomotores motocicletas, veículos e similares novos, previsto na
1452Resolução 432/2011 que fala do Promot, motocicletas. Essas matérias todas
1453estão tramitando, continuarão tramitando e deverão recheiar ou fazer parte ao
1454longo desse ano, a recomendação é que se encerre a discussão em 2014 para
1455que o Plenário possa apreciar isso em 2014. Então, o Presidente da Câmara
1456Técnica de qualidade Ambiental, o Márcio Freitas, está aqui o Márcio? Está lá.
1457Márcio se vira nos 30. Está bom? Porque teremos, eu acho que um
1458compromisso de coisas de 2011, estamos em 2014, eu acho já dá para
1459encerrar? Então, matéria para Plenária avaliar. Matéria para arquivamento, no
1460caso da Câmara Técnica de Qualidade, nós só temos uma matéria que é de
146193. Pois não, Zuleica, qual é o problema?

1462

1463

1464**A SR^a. ZULEICA NICZ (Apromac)** – Um comentário. Eu, na minha fala a
1465senhora não estava presente, um dos itens que eu falei foi sobre a questão dos
1466GTs de lâmpadas e eletroeletrônicos, que estava em andamento, o GT
1467Eletroeletrônico ele foi aberto e fechado duas vezes no Conama. E nós não
1468temos hoje nenhum parâmetro para licenciamento de recicladoras de lâmpada
1469de mercúrio. E o GT foi fechado no Conama é eu até pergunto tecnicamente
1470quantos anos levaria se eu entregasse um ofício solicitando a abertura do GT,
1471quantos anos levaria para esse GT ser aberto no Conama, porque pelo novo
1472Regimento Interno leva de uma dois anos, só a nossa recomendação da
1473avaliação ambiental estratégica está desde 2008 tramitando no Conama.
1474Então, não é nossa culpa que não tem Resolução de licenciamento, é que o
1475novo Regimento Interno engessou a possibilidade nossa, da sociedade civil,
1476ela tem que apresentar documentos muito bem... Nós temos que contratar uma
1477série de consultores para entregar um documento extremamente técnico, esse
1478documento tem que ser aprovado pelo Conama, pelo Ibama, pelo MMA, por
1479uma série de instituições, leva anos. Então, eu acredito que nós não vamos ter
1480um marco regulatório para lâmpadas tão cedo nos próximos 3, 4 anos e já são
14814 anos que o último GT foi suspenso por causa da Política Nacional de
1482Resíduos Sólidos que ontem foi bem esclarecida para nós pela Doutora Zilda,
1483que de fato os acordos setoriais não vão dar conta da necessidade de uma
1484Resolução Conama para níveis máximos permitidos de, por exemplo, mercúrio
1485nas lâmpadas e as regras do licenciamento ambiental para essa cadeia de
1486logística da vida útil desse produto, principalmente no que concerne as
1487recicladores. E por causa dessa falta de marco regulatórios estão acontecendo
1488coisas gravíssimas no Brasil, como é o caso da lei de São Paulo, recém-
1489publicada, da Assembleia Legislativa de São Paulo que visou banir
1490termômetros de mercúrio em São Paulo, dizendo que as pessoas poderão
1491jogar no lixo. Porque é permitido o descarte em aterro público ou privado ou em
1492recicladoras devidamente cadastradas no Ibama. Acontece que eu fiz uma
1493pesquisa e recebi ontem a resposta, a única recicladora cadastrada no Ibama
1494no Brasil é a Pliquin, em São Paulo, que pode, que talvez possa reciclar
1495termômetros. Então, se você vê o mapa dos lixões no Estado de São Paulo, eu

1496acho que 90% das cidades paulistas são lixões, não têm aterro. Então assim, e
1497as pessoas poderão jogar no lixo. Porque está escrito na lei. Então, esses
1498equivocos vão acontecer em todo o País porque nós não temos uma regra do
1499Conama estabelecendo isso. Já é o primeiro e pior efeito que já estamos tendo.
1500Então, quantos anos leva se hoje eu protocolar um ofício pedindo a abertura
1501GT? Dois anos? Qual à previsão?

1502

1503

1504A SR^a. MINISTRA IZABELLA MÔNICA VIEIRA TEIXEIRA (Presidente do
1505Conama) – Deixa-me dizer uma coisa para você Zuleica. Primeiro, o elemento
1506interno do Conama foi objeto de debate com todos os Conselheiros e foi
1507aprovado por unanimidade nesse Plenário. Segundo, eu estou dizendo por que
1508mudou, ou foi feita uma avaliação e essa avaliação se fundamenta exatamente
1509em quê? Na necessidade de que o Conama tivesse ritos e justificativas
1510técnicas porque muito das propostas que tramitavam aqui não se
1511fundamentavam tecnicamente. Então, o que você tem que fazer é apresentar
1512um pedido, fundamentar tecnicamente, inclusive com proposta de Resolução,
1513porque a pessoa jogava o tema e depois ficava o tema livre e ficava discutindo.
1514Isso tem um custo para o erário público porque eu pago as passagens para
1515você virem discutir aqui. Não estou falando especificamente, estou dizendo
1516apenas do fechamento. Se um Conselheiro do Conama entende que o Conama
1517deve, e o Grupo de Trabalho que foi arquivado por decisão do Presidente da
1518Câmara. Dentro dos ritos. Se entende que tem que discutir isso com rito de
1519procedimento de licenciamento, discutir com a Abema e fazer uma proposta de
1520Resolução e apresentar à Plenária. Eu não tenho nenhum problema com isso.
1521Agora, tem que ter rito, não pode ser só o tema, tem que ter o que você quer, o
1522que a sociedade civil quer, o que os órgãos licenciadores querem. Porque aí é
1523ágil, aí não leva tanto tempo. Você quer apresentar na próxima reunião,
1524apresenta, você consegue fazer um texto pactuado com a Abema? De
1525Resolução? Nós abrimos o Grupo de Trabalho para você, querida. Agora, o
1526que não dá é abrir só o tema porque aí vai ficar exatamente, eu estou
1527arquivando matéria de 2003, de 93, porque a pessoa coloca o tema e vai
1528embora. Então, nós temos que ter foco, a eficiência do Conselho. E isso foi
1529debate, uma das questões do debate da mudança do Regimento. Então, não é
1530questão de quanto tempo vai levar, é como é que a proposta entra consistente
1531te e como é que você pode avaliar uma proposta consistente. Nós já
1532aprovamos Resoluções aqui em 6 meses, que a proposta estava consistente te
1533tecnicamente. Então, faça uma proposta de texto de Resolução, sugiro, a
1534minha sugestão converse com Abema, se não o faça só pela sociedade civil e
1535apresente, vai ser feito um grupo e vai se discutir. Agora, o que não dá, isso é
1536uma recomendação explícita, que o Conama funcione só com temas. Se vai
1537apresentar, vai apresentar proposta com texto, com justificativa, qual é a linha
1538de trabalho, qual é a abordagem para que as pessoas possam se debruçar,
1539porque aí nos Grupos de Trabalho você tem foco. E aí você pode convergir
1540com os resultados. Eu vou seguir adiante. Querida, se você me colocar um
1541texto de resolução eu vou acolher a proposta de criação do grupo. Agora, eu
1542quero um texto de Resolução na mesa. Eu não vou mais discutir tema solto. Eu
1543quero texto de Resolução. Sabe o que é Zuleica? Eu não entrego. Eu não
1544entrego Resolução. Eu tenho Resolução de 93 parada, isso é contra o
1545Conama. Me dá um texto, uma proposta de Resolução de Licenciamento, eu
1546tenho certeza que a Plenária vai concordar em criar um Grupo de Trabalho,
1547plena certeza disso. Traga a sua proposta, submeta na próxima Plenária e eu
1548tenho certeza que a Plenária vai falar “vamos criar o grupo e vamos discutir”.
1549Agora, a minha sugestão para ser célere, converse com a Abema e com os
1550órgãos licenciadores, a minha sugestão, com o Ministério o que seria esse rito
1551de licenciamento, que é isso que você em última instância está dizendo. Com
1552recicladoras e etc. , senão, criar tema por tema, me desculpe, mas isso é uma
1553orientação minha, que eu não quero o Conama sendo esvaziado tema por

1554tema. Eu posso lhe contar... Vamos lá. Eu virei a página. Você me tirou do ar.
1555Matéria para arquivamento. É isso? é uma Resolução de 2009 do Conama,
1556uma proposta feita pelo próprio Ministério do Meio Ambiente e que fala sobre
1557resíduos sólidos gerados nos porto, aeroportos e terminais. A ideia de arquivar
1558isso é porque o que está colocado no texto da proposta não dialoga com o que
1559está disposto na Lei Nacional de Resíduos Sólidos. Saiu do escopo. Então, não
1560quer dizer que nós não vamos trabalhar uma Resolução disso, mas nós vamos
1561trabalhar considerando novo guarda chuva legal do País. Então, nós estamos
1562tirando a proposta e vamos apresentar uma nova em função do novo desenho.
1563Zuleica, por favor, a minha deliberação é que você me apresente uma
1564proposta. Pode ser? Então, matéria para arquivamento é arco é essa em
1565relação a portos, aeroportos e resíduos. Câmaras Técnicas de Gestão
1566Territorial e Unidades de Conservação e demais áreas protegidas. Matéria sem
1567tramitação. GT relativo a recomendação sobre critérios para avaliação e
1568monitoramento de Unidades de Conservação, uma proposta de 2010 e normas
1569para padronização de procedimentos e elaboração de relatórios de qualidade
1570ambiental em zona costeira. RQZ é zona costeira. Essas duas Resoluções
1571estão... Quem é o Presidente dessa Câmara Técnica?

1572

1573

1574A SR^a. **ADRIANA SOBRAL BARBOSA MANDARINO (Diretora do**
1575**DConama)** – Essa Câmara tem eleição agora, o Presidente está em aberto
1576porque era do ICMBio e quem está como Vice-Presidente em exercício é o
1577João Carlos Di Carli, CNA.

1578

1579

1580A SR^a. **MINISTRA IZABELLA MÔNICA VIEIRA TEIXEIRA (Presidente do**
1581**Conama)** – Cadê o João Carlos? Está lá. Você, João Carlos, consegue
1582entregar isso tudo até antes do final do ano? Se está se candidatando, se é sim
1583ou não, se está se candidatando eu estou te dando o dever de casa...

1584

1585

1586(*Intervenções fora do microfone. Inaudível*)

1587

1588

1589A SR^a. **MINISTRA IZABELLA MÔNICA VIEIRA TEIXEIRA (Presidente do**
1590**Conama)** – Se eleito, Vossa Excelência, Vossa Excelência então tem a missão
1591de tomar pé e apresentar ao Plenário do Conama. Pode ser? Então, está bem,
1592nós teremos condição de apreciar duas matérias em 2014. Então, está bom.
1593Matéria para arquivamento. Diz respeito à revisão da 303/2002, em função do
1594novo Código Florestal. E o Regimento impede, o regimento da lei impede o
1595exame da matéria pelo Conama. E também a questão da Resolução, do
1596processo de 2010 sobre a revisão da Resolução 303. Está repetido. São duas
1597Resoluções. Dois processos distintos para a mesma Resolução. Aliás, essa
1598Resolução já foi discutida aqui em Plenário que ela deveria ser... É uma
1599Resolução aprovado. Então, são dois deveres de casa, aquilo que o Hélio
1600Gurgel, se a Plenária recepcionar de olhar as Resoluções do Conama que
1601precisam ser arquivadas ou revistas, aprimoradas, 237, 00186, não quantas,
1602como do ponto de vista dos Grupos de Trabalho para mexer nessa Resolução.
1603Mas se a própria Resolução está anacrônica nós estamos arquivando, a

1604 proposta era do próprio Ministério e com isso nós abrimos para as discussões
1605 em relação de novos regramentos associados ao Código Florestal. A mesma
1606 coisa diz respeito a um Grupo de Trabalho para monitorar a análise dos efeitos
1607 da Resolução 369/2006, que dispõe sobre os casos excepcionais de utilidade
1608 pública e interesse social em APP e isso segundo a avaliação jurídica do
1609 Ministério está superado pela questão do regramento do Código Florestal Novo
1610 e impede o exame da matéria pelo Conama. Então, Câmara Técnica da
1611 Biodiversidade. Quem é o Presidente dessa Câmara?

1612

1613

1614 **SR^a. ADRIANA SOBRAL BARBOSA MANDARINO (Diretora do**
1615 **DConama) –** Marcelo Marcelino, do ICMBio.

1616

1617

1618 **SR^a. MINISTRA IZABELLA MÔNICA VIEIRA TEIXEIRA (Presidente do**
1619 **Conama) –** Que não está em plenário. ICMBio. Matéria para arquivamento,
1620 complementação da Resolução Conama 417, referente ao Estado de São
1621 Paulo, referente à lista de espera de espécie de vegetação e restinga. É uma
1622 matéria originária inicialmente do MMA, paralisada por solicitação do próprio
1623 Governo do Estado de São Paulo e, simplesmente, nós já fizemos várias
1624 consultas ao Governo do Estado de São Paulo quanto ao interesse na matéria
1625 e ele não se manifesta. Não tem interesse. Então, como não há interesse e
1626 estando em vigor a Resolução 7/96, convalidada pela 388/2007, com listas
1627 específicas para São Paulo, o Ministério do Meio Ambiente entende que essa
1628 matéria tem que ser arquivada. O representante de São Paulo conhece essa
1629 matéria? Então, está arquivada a matéria. Depois tem também para
1630 arquivamento, proposta de Resolução que dispõe e introdução, reintrodução e
1631 translocação de espécies exóticas em ambientes aquáticos. Isso é uma
1632 proposta do Ibama, anterior a Lei 1111958/2009 que rege a questão com o
1633 Ministério da Pesca e Ministério do Meio Ambiente. Então, a proposta como
1634 está colocada ela não dialoga com a norma legal do País. Informo que eu criei
1635 um Grupo de Trabalho para espécies invasoras e espécies exóticas no
1636 Ministério do Meio Ambiente para rever toda essa questão no País. Então,
1637 desse Grupo de Trabalho nós teremos novas recomendações que o próprio
1638 Conama deverá se debruçar. Foi instituído há cerca de... Esse mês. Bom,
1639 matérias para apreciação da Plenária. Agora que... Nessas Câmaras Técnicas
1640 é isso que existe. Não tem mais nada e eu tenho duas matérias aqui que eu
1641 preciso submeter à apreciação dos senhores. Que na realidade eu tenho que
1642 decidir se tramita, se eu arquivar, ou se eu peço a avaliação técnica e jurídica
1643 do Ministério e retorno ao Plenário. A primeira matéria diz respeito a uma
1644 Resolução de 2009 que propõe o procedimento de perda e suspensão de
1645 crédito em financiamento pelas entidades oficiais de fomento, aqueles que
1646 descumpriram as normas ambientais. Há um conflito, foi identificado
1647 juridicamente entre atribuição do Conama e do próprio sistema financeiro
1648 nacional, por intermédio do Conselho Monetário Nacional, que é o único que
1649 tem competência expressa para restrições de créditos. Então, para que nós
1650 possamos tratar disso, segundo a minha Assessoria Jurídica na primeira
1651 avaliação nós teríamos que fazer uma regulamentação do dispositivo legal
1652 antes da sua aplicação pelo Conama. O nosso entendimento é que essa
1653 matéria deveria ser retirada de pauta. Isso e ter eventualmente como nós

1654temos um exercício do Ministério do Meio Ambiente de interação com o
1655Conselho Monetário Nacional, que tem sido parceiro em várias políticas na
1656área ambiental, inclusive em relação à suspensão de crédito, por exemplo, ao
1657desmatamento, tem Resoluções do CNM falando sobre isso. Então, o nosso
1658entendimento é que nós deveríamos conversar com o Conselho, o Ministério
1659do Meio Ambiente e verificar com o Conselho que regramento nós podemos
1660dar em relação ao isso e eles terem uma Resolução tratando do assunto, que é
1661competência deles. Ok? Pois não, Doutor Pedro Wilson.

1662

1663

1664**O SR. PEDRO WILSON GUIMARÃES (Anamma Nacional) – (Intervenção**
1665**fora do microfone. Inaudível).** O Ministério do Meio Ambiente tem uma Portaria
1666que veta financiamento para o trabalho escravo.

1667

1668**A SR^a. MINISTRA IZABELLA MÔNICA VIEIRA TEIXEIRA (Presidente do**
1669**Conama) –** Sim. Para trabalho, mas aqui é para crédito, mas não temos...
1670Financiamento de crédito, nós não temos competência no Conama para
1671deliberar sobre isso. Entendeu? O Ministério do Trabalho pode ter para
1672trabalho escravo, mas nós não temos para isso.

1673

1674

1675*(Intervenção fora do microfone. Inaudível).*

1676

1677

1678**A SR^a. MINISTRA IZABELLA MÔNICA VIEIRA TEIXEIRA (Presidente do**
1679**Conama) –** Sim, mas nós não temos competência no Conama. Que o
1680Ministério do Meio Ambiente possa até fazer uma Portaria conjunta, mas o
1681Conama não tem essa competência, isso que eu estou dizendo para você.
1682Processo. O segundo processo que é uma matéria que precisamos decidir é o
1683GT visando a elaboração de Resolução específica para estabelecer critério de
1684avaliação de capacidade de suporte ambiental às regiões metropolitanas do
1685Brasil. É uma proposta de 2011, o Regimento Interno do Conama não prevê a
1686criação de GT para estrutura ampla, geral. A matéria quando entra no
1687Conselho tem que vir acompanhada de texto normativo que pode ser
1688aprofundado no âmbito do GT, se houver necessidade. O entendimento da
1689avaliação da área do Conama é que nesse caso esse assunto não traz um
1690conceito, ele traz um conceito e uma preocupação, mas não traz a
1691fundamentação técnica que o Conselho requer para a apreciação. Não quer
1692dizer que o tema não possa ser debatido e apresentado. A forma como está
1693apresentado se refere insuficiente do ponto de vista, inclusive de extrapolar a
1694competência normativa do Conama. A finalidade é vincular e estabelecer
1695critérios e padrões de qualidade ambiental.

1696

1697

1698**O SR. CARLOS ALBERTO HAILER BOCUHY (Proam) –** Eu entendi
1699perfeitamente a sua colocação Ministra, mas a fase que estava a discussão era
1700de trazer as regiões metropolitanas para uma reunião para verificar quais eram
1701os indicadores ambientais utilizados hoje nas diversas regiões metropolitanas,
1702para estabelecer exatamente essa fase que a senhora se refere. Então, nós
1703ficamos mais de um ano de trabalho para chegar a esse ponto, incluindo já se

1704passou pela metodologia, pela avaliação do que se tem de capacidade de
1705suporte, quer dizer, toda a base conceitual. Na hora de levantar os indicadores
1706foi sobrestado, quer dizer, é um tema de relevância, mas chegou exatamente
1707nessa fase, está sobrestada nessa fase. Exatamente na hora que íamos fazer
1708uma conferência que poderia ser virtual com um custo baixíssimo para tentar
1709esse levantamento junto às regiões metropolitanas. Eu acho que o Conama
1710perder essa oportunidade de avaliar sinergia de impactos ambientais nesse
1711momento é um absurdo. Nós estamos em um 'boom' de regiões metropolitanas
1712e isso de trata de uma ferramenta importante para gestores públicos.
1713Caminhamos metade do caminho.

1714

1715

1716**A SRª. MINISTRA IZABELLA MÔNICA VIEIRA TEIXEIRA (Presidente do**
1717**Conama)** – Eu acho que tem uma distinção aqui das coisas. Uma coisa é o
1718Conama debater, outra coisa é isso se tornar um texto de Resolução. Ele está
1719proposto como em Grupo de Trabalho para Resolução. Eu acho que nós temos
1720que, a minha opinião, eu fui lhe dar uma sugestão, nós podemos manter o
1721debate, fazer uma conferência virtual, mas não colocar isso como um texto
1722nesse momento de proposta de Resolução.

1723

1724

1725**O SR. CARLOS ALBERTO HAILER BOCUHY (Proam)** – Só poderíamos fazer
1726esse texto, segundo o entendimento Grupo de Trabalho, é que nós
1727precisaríamos de um amplo acordo político no sentido de entender o que
1728estava sendo colocado para fazer o texto da Resolução.

1729

1730

1731**A SRª. MINISTRA IZABELLA MÔNICA VIEIRA TEIXEIRA (Presidente do**
1732**Conama)** – Tudo bem. O que eu estou propondo é o seguinte, você faça a
1733Conferência, não tem nenhum problema, do Conama enquanto *locus* político
1734fazer a conferência, apoiar a organização da conferência. Agora matéria
1735tramitando eu tenho um grupo para propor algo. Eu sugeriria que nós
1736tirássemos, arquivamos, fica o grupo, chega o entendimento, tem um texto de
1737Resolução, propõe o texto de Resolução e aí tramita formalmente como
1738Resolução.

1739

1740

1741**O SR. CARLOS ALBERTO HAILER BOCUHY (Proam)** – Nós precisamos...
1742Porque não encaminhar da forma como está Ministra? Porque já está no
1743processo.

1744

1745

1746**A SRª. MINISTRA IZABELLA MÔNICA VIEIRA TEIXEIRA (Presidente do**
1747**Conama)** – Porque está atravancando e não vai ter... Você não vai produzir um
1748texto de Resolução nesse ano.

1749

1750

1751**O SR. CARLOS ALBERTO HAILER BOCUHY (Proam)** – A partir da
1752conferência sim.

1753

1754

1755 **A SRª. MINISTRA IZABELLA MÔNICA VIEIRA TEIXEIRA (Presidente do**
1756 **Conama)** – Não vai Bocuhy. Bocuhy, por favor.

1757

1758

1759 **O SR. CARLOS ALBERTO HAILER BOCUHY (Proam)** – Nós temos matéria
1760 para isso, são 15 anos de levantamento.

1761

1762

1763 **A SRª. MINISTRA IZABELLA MÔNICA VIEIRA TEIXEIRA (Presidente do**
1764 **Conama)** – Eu sei, não estou desmerecendo, pelo contrário, estou exatamente
1765 tentando te apoiar para dar prosseguimento no âmbito do Conama, mas não
1766 com uma proposta, você não tem o texto de Resolução, está tramitando com o
1767 texto de Resolução.

1768

1769

1770 **O SR. CARLOS ALBERTO HAILER BOCUHY (Proam)** – Então, qual é o
1771 encaminhamento? Fazer... Vocês apoiam...

1772

1773

1774 **A SRª. MINISTRA IZABELLA MÔNICA VIEIRA TEIXEIRA (Presidente do**
1775 **Conama)** – O Conama apoiará a realização da conferência virtual, vocês
1776 reúnam os elementos, concluem e vamos fazer um texto, uma proposta de
1777 texto de Resolução, com indicadores. Apresenta informalmente o texto de
1778 Resolução.

1779

1780

1781 **O SR. CARLOS ALBERTO HAILER BOCUHY (Proam)** – Ok. Então, fazemos
1782 a conferência e encaminhamos.

1783

1784

1785 **A SRª. MINISTRA IZABELLA MÔNICA VIEIRA TEIXEIRA (Presidente do**
1786 **Conama)** – Está bem? Que aí eu tiro do caminho de Resolução. Está feito
1787 assim? Ok? Fica bom? E aí a Adriana você coordena e ajuda a questão da
1788 conferência virtual e essas consultas e esse trabalho todo que está sendo feito.
1789 Existe ainda duas últimas categorias, matérias ainda sem avaliação do Cipam,
1790 isso é um informe. Proposta de Resolução Conama que dispõe sobre critérios
1791 sobre procedimentos de manejo de espécie nocivos à aviação e (...) públicos e
1792 militares, o Cipam ainda tem que avaliar essa matéria, ou seja para ser
1793 recepcionado formalmente no Conama. Como Resolução, por alguma proposta
1794 de Resolução. Proposta de revisão da Resolução 334/2003, que dispõe sobre
1795 procedimento de licenciamento ambiental em referência ao recebimento de
1796 embalagens vazias de agrotóxicos. E proposta de Resolução que dispõe sobre
1797 a vedação de uso de imagens e palavras alusivas à caça em estabelecimentos
1798 comerciais. Essas três matérias precisam de avaliação do Cipam. Então, eu
1799 recomendo que o Cipam se reúna e delibere sobre essas três matérias. Se elas
1800 vão tramitar ou se elas não cabem nas competências do Conama. E o último
1801 item é matérias aguardando o seminário técnico. Nós temos uma proposta de
1802 fazer um seminário técnico sobre produção de sedimentos, assoreamento e

1803dragagem. Então, quem propôs isso foi a Patrícia Bozon, a Patrícia está aí?
1804Tem proposta do seminário estruturado?

1805

1806

1807**A SR^a. ADRIANA SOBRAL BARBOSA MANDARINO (Diretora do**
1808**DConama)** – Tem. Com o Nei Maranhão, está bem encaminhado.

1809

1810

1811**A SR^a. MINISTRA IZABELLA MÔNICA VIEIRA TEIXEIRA (Presidente do**
1812**Conama)** – Então, deverá se realizar esse seminário este ano. E uma outra
1813proposta sobre uso de resíduos industriais indicados como matéria-prima para
1814fabricação de produtos fornecedores de micronutrientes utilizados com insumo
1815da agricultura. São dois seminários que deverão acontecer no âmbito do
1816Conama enquanto matéria tramitando, vão acontecer outros, mas esses dois
1817eu recomendo que sejam feitos no primeiro semestre deste ano. Tratem de...
1818Eu sugeriria que fizesse abril e maio, porque depois... Tratem os Conselheiros
1819que estão propondo isso, façam a convergência desse trabalho. São
1820seminários técnicos. Então, façam o debate. Essas são as matérias. Então,
1821você podem ver que não há um esvaziamento da pauta do Conama. Está
1822precisando que as matérias que estão tramitando, sejam conclusivas e o nosso
1823objetivo de orientação política do Conselho é que o Conselho encerre essas
1824matéria sem tramitação nas Câmaras Técnicas em 2014. Então, muito
1825possivelmente nós teremos na terceira reunião do Conama e na quarta reunião
1826uma Plenária bastante robusta de conteúdo e de matérias a serem deliberadas.
1827Eu gostaria de terminar o ano zerando a pauta do Conama, daquilo que são as
1828Resoluções apresentadas desde 2011 ou 2010, 2011, 2012, enfim. Com isso
1829nós resolvemos uma série de problemas e pedimos ao Hélio Gurgel da
1830Abema, encarecidamente que coordene o esforço para resolver a questão das
1831eólicas e a proposição de solar. Seria extremamente positivo que nós
1832tivéssemos as diretrizes, regulamentos e procedimentos de licenciamento para
1833eólica e solar aprovadas de preferência ainda no primeiro semestre de 2014.
1834Eu peço que você pessoalmente lidere a coordenação e a convergência, e
1835obviamente nós do Ministério do Meio Ambiente estaremos à disposição para
1836todo o apoio. Então, do ponto de vista da pauta e da minha participação, eu
1837deixo vocês agora, que eu vou ter que seguir para uma agenda com o
1838Presidente do Parlamento Alemão e em seguida vocês vão para o balanço do
1839Conama e vão para uma série de pedidos de inversão de pauta e os debates
1840estão postos aqui. Está bem?

1841

1842

1843**A SR^a. ADRIANA SOBRAL BARBOSA MANDARINO (Diretora do**
1844**DConama)** - Eu só pediria que as pessoas fossem ao microfone, Ministra e se
1845identificasse, porque senão a estenotipia não registra.

1846

1847

1848**O SR. VALDOMIRO (CNM)** – Bom dia a todos. Bom dia Ministra. Bom dia
1849mesa. Em nome da CNM queria parabenizar a forma simplificada como esse
1850assunto foi trazido para a Plenária, para simplificar as coisas e nesse sentido,
1851Ministra, em nome da CNM, gostaria de fazer uma proposta que nas próximas
1852reuniões, se possível, nós trouxéssemos uma lista também dessas Resoluções

1853que são consideradas revogadas e que em Plenário nós pudéssemos fazer
1854uma comunicação. O exemplo que foi citado há pouco aqui são as Resoluções
1855advindas do Código Florestal, principalmente a 369, a 302, a 303, que pelo
1856entendimento e pela fala que está sendo colocada, principalmente a 302 e a
1857303 restaram revogadas pelo novo regramento e pela nova lei. Só que nós
1858gostaríamos que isso constasse se possível no site do Conama, porque outros
1859órgãos não têm esse entendimento e nós Municípios que trabalhamos lá na
1860ponto com o cidadão acabamos tendo uma série de conflitos porque sempre
1861vai ter um procurador que vai entender que aquela regra não foi revogada.
1862Então, eu gostaria de fazer um apelo que se possível e me coloco à disposição
1863da Abema para a próxima reunião nós tentarmos pelo menos produzir, quem
1864sabe não dá para fazer tudo, mas quem sabe para a próxima reunião nós
1865trazemos uma lista de todas as resoluções que restaram revogadas em função
1866do Novo Código Florestal e nós fizéssemos essa comunicação em Plenário.
1867Obrigado.
1868
1869

1870A SR^a. MINISTRA IZABELLA MÔNICA VIEIRA TEIXEIRA (Presidente do
1871Conama) – Deixa-me fazer uma sugestão, Valdemir, o presidente da Abema,
1872Doutor Hélio Gurgel propôs aqui e a Plenária terá que deliberar, que seja
1873instituído um de Grupo de Trabalho para fazer uma avaliação de todas as
1874Resoluções, não quer dizer que a 303 seja completamente revogada, você tem
1875situações que artigos podem estar revogados e que o resto se aplica. Então,
1876terá que ser feito um trabalho de análise. Nós do Ministério do Meio Ambiente
1877já fizemos de algumas delas. E a Abema está propondo que seja feito um
1878Grupo de Trabalho com representantes, imagino de cada setor que tenha
1879nesse Plenário para se debruçar além do pessoal da área jurídica para fazer
1880uma avaliação que eu sugeriria ser temática, como está no próprio conjunto de
1881Resoluções do Conama e com base nessa avaliação fosse apresentado ao
1882Plenário do Conama um quadro geral. E a Plenário discutir uma estratégia para
1883a revisão e para a tomada de decisão. Na hora que a Plenária toma a decisão
1884isso vai ser uma Resolução tomando essa decisão e que será publicada no
1885Diário Oficial. Então, não é eliminar e etc. , nós teremos que nos debruçar,
1886saber o que cabe, saber o que não cabe, saber o que parcialmente cabe, o que
1887parcialmente não cabe e dar o encaminhamento. Então, o que eles estão
1888propondo e que eu concordo é que seja feito um Grupo de Trabalho e esse
1889grupo tenha aí 60 dias, 120 dias, é um prazo ou por tema, elejam quatro temas
1890prioritários, licenciamento, biodiversidade, tem que ver aquele pequeno livro
1891das Resoluções Conama, ele é organizado por tema e se faça uma avaliação
1892crítica sobre cada Resolução está tratando. Nós temos avaliações críticas que
1893mostram inclusive dos prazos de Resolução, as Resoluções são importantes,
1894mas os prazos estabelecidos são vencidos. Então, você poderá eventualmente
1895ter que rever os prazos dessas Resoluções não o conteúdo das Resoluções.
1896Então, não é eliminar a Resolução, é o contrário, é fazer com que o Conama,
1897as suas resoluções estejam atualizadas vis-à-vis, não só as normas legais do
1898País, mas os tempos, as responsabilidades, a função da LC 140, qual é o
1899debate e aquilo que estratégico, que não dá para rever todas em um ano. Quer
1900dizer, é trabalho que eu entendo que tem que ser feito, coordenado e talvez
1901nós possamos fazer um primeiro case, um primeiro modelo e a partir daí aplicar
1902em todos os outros. Agora, é importante que tenha área técnica, ou que tenha
1903uma dinâmica de chamar por temas, tem que ser proposto isso muito bem e
1904tem a área jurídica junto, para entender a envergadura do que as Resoluções
1905estão trazendo. Eu não recomendo em hipótese alguma revogar Resolução do
1906Conama sem conhecimento de causa do que está acontecendo, ou se de fato
1907está vencido, se ela já resolveu, ou se você revoga com uma nova Resolução
1908vigendo, porque você pode revogar com a aprovação de nova Resolução e ir
1909adequando e ajustando textos e etc. , etc. . Então, é um trabalho que a Abema
1910está sugerindo e que nós conversamos no passado sobre isso, que era
1911importante. Quando eu fiz essa sinalização, eu fiz considerando a história do
1912licenciamento por causa da LC 140 e a questão de competência de
1913concorrentes no caso dos municípios e o foco, eu me lembro que a discussão
1914era muito a 237 e a 001. Elas muito mais do que isso. Então, não é mexer em
1915Resolução Conama e etc. , é entender quais são os desafios de
1916regulamentação do Conama e em face do novo quadro legal, e como as atuais
1917resoluções dialogam com esses desafios, e aí arrumar, não é eliminar uma a
1918uma, é entender dentro desse quadro legal brasileiro os novos caminhos e as
1919demandas de regulamentação na área ambiental. E obviamente verificar algum

1920que existe, se isso atende ou não, se você precisa aprimorar. Então, é um
1921trabalho de grande envergadura e muito delicado. Ele não é um trabalho para,
1922assim, você passa, faz um *screening*, é isso aqui. Não. Ele requer o
1923entendimento profundo das matérias que serão avaliadas. Desde já eu coloco o
1924Ministério do Meio Ambiente como parte desse grupo. A nossa Consultoria
1925Jurídica e nossas áreas técnicas, o Ibama, o ICMBio, de acordo com o tema se
1926a Plenária entender que é for assim. Peço...

1927

1928

1929**SR. PEDRO WILSON GUIMARÃES (Anamma Nacional)** – Nós tivemos
1930Ministra, uma boa reunião no Instituto Chico Mendes sobre o Congresso
1931Mundial de Unidades de Conservação que vai ser realizado no final desse ano
1932na Austrália. Eu faria um apelo que o Instituto Chico Mendes poderia fazer uma
1933outra reunião, mas um apelo também ao Ministério de que pudesse ver a
1934maneira de fazer uma boa delegação com representação Federal, Estadual e
1935Municipal, dado que um Congresso desse que realiza lá na Austrália, de
1936conhecimento. Essa discussão das Unidades de Conservação seja na África,
1937na Europa e aqui na América Latina, especialmente no Brasil, é muito
1938discutida. Mas ainda nós tivemos essa boa reunião, mas é preciso também que
1939o Ministério possa ajudar a que a nossa delegação possa ir à Austrália nesse
1940grande encontro de Unidades de Conservação, que é um dos temas básicos do
1941desenvolvimento sustentável.

1942

1943

1944A SR^a. MINISTRA IZABELLA MÔNICA VIEIRA TEIXEIRA (Presidente do
1945Conama) – Pedro, deixa-me dizer uma coisa para você. Nós estamos fazendo
1946na semana de meio ambiente vai ter um grande... O Ministério está preparando
1947na semana do meio ambiente, dois grandes debates, três grandes debates, a
1948preparação sobre a COP Clima, de clima, que vai ser no Peru. Então, terá todo
1949um conjunto de seminário discutindo a posição brasileira em face dos vai ser
1950colocado em 2015, com a sociedade civil, com jovens cientistas, enfim, com o
1951setor privado e etc. , um processo semelhante em relação à COP da
1952Biodiversidade, e com as questões envolvendo Conabio, envolvendo as metas
1953de Aichi e etc. , e a preparação do Brasil. E aí você identifica o perfil de quem é
1954quem para compor a delegação. E a mesma coisa para desertificação. O
1955Ministério, eu estou pedindo uma avaliação da Convenção da Desertificação
1956em face das mudanças que estão sendo feitas e com a troca do Secretário-
1957Executivo. E a mesma coisa, eu pedi o Roberto para verificar sobre o
1958Congresso de Parques, qual seria a pauta do Brasil e qual seria o
1959engajamento. Eu acho que obviamente é importante que seja feito esse debate
1960e faça o perfil das delegações sempre com observação que a delegação é a
1961mais técnica possível, porque a delegação é de natureza política das COPs, os
1962representantes, os negociadores que compõem e eu sempre faço a
1963recomendação que as pessoas sejam fluentes em inglês, porque nesses
1964seminários só a Plenária tem tradução para espanhol, nos grupos técnicos, nos
1965trabalhos e etc. dessas COPs é tudo em inglês. Então, eu vejo muito brasileiro
1966no *how do you do*, e o Brasil tem tanto talento que eu gostaria que tivesse, não
1967tenho nenhum problema, pessoas que realmente tenham condições de
1968contribuir com o processo. Então, a minha sugestão é que você fale com o
1969Roberto sobre o Congresso de Parques e o Roberto vai organizar esses
1970debates, a semana de meio ambiente vai ser marcada por isso, os seminário
1971serão no Rio de Janeiro e será marcada também, eu estou assinando um ato,
1972uma semana que comemorará os 25 anos do Ibama. O Governo federal nós
1973vamos celebrar os 25 anos da história da instituição, que é um ponto de
1974inflexão na história ambiental nesse País. Então, o Ibama comemora 25 anos
1975esse ano e nós teremos uma série de debates, enfim, escolhemos a semana
1976de meio ambiente, vai ser no final de maio para não contaminar com a Copa, é
1977ao longo do ano, é um negócio... Calendário para tudo que é lado. Mas junto
1978com a questão das conferências, as duas conferências da biodiversidade na
1979Coréia, além do Congresso de Parques na Austrália, e a Conferência de Clima
1980e Desertificação que eu estou recomendando um debate. Então, o Roberto fica
1981como ponto focal para a demanda específica de Parque, e o Secretário Carlos
1982Klink é o ponto focal para a questão de clima. E Desertificação o Secretário
1983Paulo Guilherme junto com o Roberto. Então, e Parque também, no caso do
1984ICM é o Roberto que está conduzindo. Está bom? Ok? O que tem o
1985licenciamento? Nós estamos fazendo um debate específico, Tadeu, com
1986setores. Já está pronta a proposta de tipologias da área federal. Saindo esse
1987Decreto nós já consolidamos tudo e etc. , nós vamos para os debates de
1988regulamento específico de licenciamento, portos e etc. , etc. , conforme for a
1989competência Federal. E do sistema como um todo nós estamos dialogando
1990com a Abema na avaliação que eles fizeram. Então, esse ano será marcado,
1991vai ter notícias breves de seminários e debate sobre isso. Está bom? Gente, eu
1992realmente tenho que sair porque já me mandaram 10 torpedos que eu tenho
1993que ir para o meu gabinete. Eu agradeço então a chance de estar com vocês,

1994de revê-los. E dizer que eu acho que nós realmente estamos caminhando para
1995um Conama que se recoloca em face das suas prioridades e seus temas. Bom
1996dia, boa para tarde todos. Eu passo a palavra ao Secretário-Executivo conduzir
1997o resto da reunião. Não sei se está todo mundo morrendo de fome e está
1998querendo correr para almoçar, enfim. E vamos ver o que nós enfrentamos aí
1999nos próximos passos nessa discussão de segurança hídrica e segurança
2000alimentar, esses temas que entraram na pauta para ficar. Muito obrigada pela
2001participação de todos. Uma boa tarde e até a próxima.

2002

2003

2004(*Palmas!*)

2005

2006

2007**O SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário-Executivo do Conama)** –Bom
2008pessoal, nós vamos retomar os trabalhos na parte da tarde, a partir das 14h30.
2009Onde retomaremos as discussões de nossa agenda tal qual está programada.
2010Muito obrigado.

2011

2012

2013(*Intervalo para o almoço*)

2014

2015

2016**O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (MMA)** – Boa tarde senhores
2017Conselheiros. Vamos começar a reunião. O Doutor Chico Gaetani tece um
2018compromisso agora com a Ministra, mas está vindo em breve. Então, nós
2019vamos começar a reunião até a chegada dele e pela pauta, houve inversão de
2020pauta. Então, nós teremos agora a apresentação do Cepel, informe dom Centro
2021de Pesquisa de Energia Elétrica, do Ministério de Minas e Energia, sobre o
2022mapa das rotas tecnológicas e hidroeletricidade. Por gentileza o pessoal do
2023Cepel.

2024

2025

2026**A SR^a. ADRIANA SOBRAL BARBOSA MANDARINO (Diretora do**
2027**DConama)** - O Doutor Albert Melo que é Diretor-Geral do Cepel.

2028

2029

2030 **SR. ALBERT CORDEIRO DE MELO (Diretor-Geral da Cepel)** – Boa tarde.
2031 Gostaria de agradecer a oportunidade dada para a apresentação, esse mapa
2032 de rotas tecnológicas em hidroeletricidade. Esse trabalho de roteiros
2033 tecnológicos, o Round Maps, de diversas tecnologias em energia, ele tem sido
2034 desenvolvido pela Agência Internacional de Energia, aqui é uma observação. A
2035 Agência Internacional de Energia foi criada na década de 1970, a primeira
2036 grande empresa de petróleo e quem é membro da Agência tem que ser
2037 necessariamente membro da OCDE. O que não é o caso do Brasil. O Brasil
2038 não é membro da OCDE, então, não poderia ser membro também da Agência
2039 Internacional de Energia. Mas pela primeira vez a agência publicou e
2040 desenvolveu um trabalho, publicou sobre rotas tecnológicas com o Brasil e isso
2041 já demonstra o reconhecimento pela liderança que o Brasil tem em
2042 desenvolvimento de eletricidade, diga-se de passagem, de forma sustentável.
2043 Esse Round Map ele não tem a coautoria da Agência Internacional de Energia,
2044 do Cepel, o Cepel é Centro de Pesquisa de Energia Elétrica, e esse Round
2045 Map foi proposto em 2010, quando de um seminário internacional, reuniu aí 35
2046 países no Rio de Janeiro, a Ministra Izabella esteve presente junto com o
2047 então, Ministro Márcio Zimmermann. Foi proposta a elaboração desse relatório.
2048 Por quê? A Agência publica todo ano que *World Energy Outlook*, que é o
2049 Panorama Energético Global e a crítica que o Brasil vinha fazendo sempre é
2050 que a questão de hidroeletricidade estava sempre sendo feita de forma
2051 subestimada. Uma das razões é pela falta do conhecimento adequado dessas
2052 tecnologias e suas perspectivas de desenvolvimento. E nesse seminário uma
2053 das conclusões foi elaborar esse mapa internacional. Esse foi um trabalho que
2054 reuniu cerca de 100 técnicos, incluindo universidades, Governo, ONG se houve
2055 três *workshops*, um no Rio, um outro em Paris, outro em Washington,
2056 finalmente houve o lançamento desse mapa. O conteúdo dele as principais
2057 conclusões, ações para os próximos 10 anos. O status da biodiversidade hoje e
2058 a visão para o seu desenvolvimento até o ano de 2050. E aspectos
2059 relacionados, obviamente, um fator chave é que é a sustentabilidade do
2060 desenvolvimento da hidroeletricidade. Aqui, só para nós termos uma ideia qual
2061 foi a evolução das diversas tecnologias e energéticas nos últimos 40 anos.
2062 Então, de 1970 a 2010. Nós observamos aqui na base que o carvão é a base
2063 da energia elétrica no mundo. Responde por mais de 40% de toda a energia
2064 elétrica produzida no mundo. E também continua crescendo. Isso é um alerta
2065 significativo que é o que temos aqui na base. Em sequência, nós temos... Ok.
2066 Então, seguindo na base nós vemos a questão de óleo, nós vemos o
2067 crescimento aí do gás natural, Nuclear, isso foi anterior a Fukushima e o azul
2068 em cima aí, velocidade e mais acima as novas renováveis como solar e eólica.
2069 Aqui nós temos então, um retrato de um ano de 2010 como é que está a matriz
2070 de energia elétrica no mundo. Então, nós verificamos que a hidroeletricidade
2071 ela corresponde por cerca de 16% em 2010 de toda a energia elétrica
2072 produzida no mundo. Se nós somarmos a essas novas renováveis, eólica solar,
2073 biomassa no mundo, aí soma mais de 34%, ou seja, em 2010 20% da energia
2074 elétrica produzida no mundo vinha de origem renováveis. Para a Agência
2075 Internacional de Energia foi em surpresa verificar que a produção de
2076 eletricidade era superior à produção de nuclear em 10%, e nós vemos fósseis
2077 com cerca de 68 a 70%, varia ano a ano e com uma grande contribuição de
2078 carvão, quase 45%. Se nós pensarmos na matriz elétrica brasileira se inverte,
2079 enquanto na mundial 20 é renovável, a nossa é de 80, 85%, depende do ano

2080da hidroeletricidade do ano, é renovável. Então, é o oposto. No nosso caso a
2081participação de energia fóssil é na ordem de 13, 14%. E a participação de
2082carvão não chega a 2%. Então, o carro-chefe de ter esse aspecto de re-
2083regularidade da matriz é sem dúvida alguma a hidroeletricidade. E hoje
2084instaladas nós temos cerca de um bilhão de megawatts mundo, mil gigawatts
2085em termos de produção de energia cerca de 3500. Ela está presente em
2086quantidade grandes de países, 160 países, e sendo que a metade da produção
2087de eletricidade está concentrada em 4 países, China, Brasil, Canadá e Estados
2088Unidos. Aqui eu faço um parêntese porque há uma iniciativa da ONU, o
2089Secretário-Geral da ONU, chamado a energia sustentável para todos, com três
2090metas para 2030. Primeiro prover serviços modernos de eletricidade e energia
2091a cerca de 1, 7 bilhões de pessoas no mundo que não têm. Então,
2092universalização do acesso. A segunda é dobrar a participação de energias
2093renováveis no mundo. A terceira meta é dobrar a taxa de eficiência energética.
2094Então, uma tecnologia que é provada economicamente viável e está difundida
2095em uma gama muito grande de países passa a ser uma tecnologia promissora
2096dentro dessa iniciativa da ONU. O Brasil participa dessa iniciativa por meio do
2097Ministro Lobão, no Comitê Consultivo, o Presidente do BNDES, no Comitê
2098Executivo; e o Cepel participa na parte técnica. Bem, tendências recentes. Se
2099nós olharmos o gráfico da esquerda nós temos as adições das novas
2100renováveis. Eólica, biomassa, solar e geotérmica, à direita a hidroeletricidade.
2101Então, nós vemos que nos últimos anos a adição em termos de a daí em termo
2102de energias de eletricidade ela é maior que a soma das demais outras
2103renováveis, que a incapacidade do aumento é maior, mas em termos de
2104produção energia, devido sua intermitência é menor. Então, hidroeletricidade
2105continuará crescendo, mas não há taxa que vá superar a essa de novas
2106renováveis, principalmente a solar fotovoltaica. Então, aqui nós começamos a
2107ver como é que está o potencial de hidroeletricidade no mundo. Então, isso é
2108uma grande contribuição do trabalho, verificar qual o potencial que nós
2109consideramos técnico e qual aquele que pode ser desenvolvido até o ano de
21102050. Então, hoje como falei nós temos cerca de mil Gigawatts de capacidade
2111instalados, o potencial técnico colocado aqui nesse Round Map, quase 4. 000
2112Gigawatts, 3. 700. Onde está dividido esse potencial técnico? Onde ele existe?
2113Mais da metade, quase 55%, Ásia. Já aí nessa tabela á direita que a China em
21142011 já tinha 180. 000 megawatts de hidrelétricas instaladas, mais do que a
2115capacidade total do setor elétrico brasileiro, de todas as fontes e com planos
2116ambiciosos. A China está numa luta disso porque hoje, apesar disso, a matriz
2117elétrica da China corresponde 70 a 75% é carvão. Então, apesar a matriz ainda
2118é muito fóssil, em demasia. Então, nós temos esforço nesse sentido como de
2119outras renováveis. Então, o primeiro ponto. O segundo potencial mais elevado
2120está na América Latina e responde por 16, 5%, depois nós pedimos mais
2121regiões. Então, o que nós vamos verificar agora aqui é o que já foi desse
2122potencial técnico desenvolvido e o que ainda não foi desenvolvido, região a
2123região. Então, o primeiro clique, por favor. Aqui nós vemos que o número 61%
2124corresponde á parte do potencial que ainda tende a desenvolver a situação da
2125América do Norte. Então, nós temos aqui a situação da América do Norte. O
2126próximo aqui nós vemos, nós temos aqui a América Latina com 74% de seu
2127potencial não desenvolvido. Depois a Europa com 47%. Aqui eu paro a dizer, já
2128é uma conclusão. Nos países industrializados o desenvolvimento do seu
2129potencial hidroelétrico é o que tem maior quantidade da já desenvolvida. Eles

2130começaram cedo o desenvolvimento a exploração de seus recursos
2131hidroelétricos. A na década de 20, 1920, 40% da energia dos Estados Unidos
2132vinha de hidroeletricidade. E aqui vejo algo aí extremamente relevante,
2133somente 8% do potencial hidrelétrico da África foi desenvolvido e dá benefícios,
2134nós vamos falar aqui de problemas também da implantação da
2135hidroeletricidade, mas os benefício que nós temos, inclusive para a economia
2136das populações locais ou regionais, isso aqui é algo que nós temos maior
2137concentração de pessoas no mundo sem acesso à energia e à energia elétrica,
2138em especial na África e o maior potencial ainda não desenvolvido também.
2139Então, isso é algo paradoxal. Na Ásia que tem cerca de 55% do potencial
2140mundial, 80% ainda não foi desenvolvido e a China, principalmente, nós temos
2141Índia, nós temos Nepal, outros países que estão em um processo maior de
2142desenvolvimento. A Austrália e a Oceania são um percentual pequeno. Então,
2143em média no mundo 75% do potencial não foi desenvolvido. O potencial
2144técnico. Então, aqui talvez o slide um dos mais importantes é chegar qual é a
2145visão do caminho para o desenvolvimento sustentável da hidroeletricidade. O
2146que nós esperamos, que se tiver reações coordenadas, olhando a questão as
2147sustentabilidade de verdade, nós podemos conseguir. Então, como tem o
2148número, essa linha mais em cima diz: a participação na matriz mundial. Hoje
2149nós temos 16%. Vamos chegar por volta 2035 com 19% da participação de
2150hidroeletricidade na matriz elétrica mundial, depois cai para 17. Então, volta em
2151nível de hoje. Nós verificamos então que a ideia aqui é que o potencial hoje
2152instalado até 2050 será dobrado, nós sairíamos de 1000 Gigawatts para 2000
2153Gigawatts. E isso virá de projetos e de grande escala principalmente em países
2154em desenvolvimento e economia emergente. Então, isso aqui vai ter um
2155impacto muito importante no desenvolvimento sócio econômico dessas regiões.
2156E levo em consideração aqui que isso é pensando na questão de
2157sustentabilidade. Outros números poderão ser colocados, se for olhar o
2158relatório do IPCC de energias renováveis que saiu em 2011, há diversos
2159cenários, há cenários até superiores a esse, ao invés de chegar com 2000
2160Gigawatts, chegaram com 2500. Inferiores. Se pegar a indústria de
2161hidroeletricidade chega a números aí de 2200, 2300 Megawatts. O outro ponto
2162é o papel da hidroeletricidade, nos países em desenvolvimento é fomentar o
2163desenvolvimento socioeconômico das regiões com respeito ao meio ambiente.
2164Países já desenvolvidos eles dão backup à hidroeletricidade para as novas
2165renováveis em que são intermitentes, solar e eólica. Se tiver oportunidade nós
2166podemos discutir até esse aspecto que está ocorrendo hoje na Europa nesse
2167sentido. Outro ponto que é colocado aqui, a agência trabalha com dois cenários
2168relacionados á questão de mitigação de mudanças climáticas, a questão de
2169gás de efeito estufa, o cenário corrente, o Lecefer, (*termo em inglês*), que é
2170chegar a ser um incremento em 2050 de 6 graus centígrados, na temperatura
2171média mundial. Então, nesse sentido há um esforço de penetração de
2172hidroeletricidade naturalmente pela sua economicidade, seus aspectos
2173relacionados e ter-se-ia uma redução, se você comparar a hidroeletricidade
2174substituindo o mix de geração fóssil, na casa de dois milhões de toneladas de
2175CO2 ano em 2050. Se houver um esforço de chegar a ser um aumento não de
21767, mas de 12 graus centígrados, que é o cenário de políticas para que isso
2177ocorra, nós chegaríamos a uma redução adicional de mais de um bilhão de
2178toneladas de CO2 ano. Isso seria uma ajuda na questão da mitigação de gás
2179de efeito estuda. O fatores motivadores para os padrões de hidroeletricidade,

2180acabamos de falar, mitigação de mudanças climáticas, questão da sua
2181economicidade, disseminação já em um número muito grande de países e os
2182aspectos de fomento, desenvolvimento socioeconômico principalmente das
2183populações regionais. Nós temos também a questão do uso múltiplo da água,
2184outros usos que são considerados e os reservatórios das usinas também... Isso
2185aqui, fazendo até o trocadilho, chover no molhado aqui com os senhores, a
2186questão de uso, uso prioritário que não a energia elétrica. Uma questão muito
2187importante aí do ponto de vista de energia elétrica, quando há... Termina aí um
2188jogo da copa, há um aumento muito grande do consumo, de ligar
2189equipamentos e etc. , o segmento dessa carga é complicado. Duas tecnologias
2190hoje podem fazer isso, hidroeletricidade, que tem taxa de tomada de carga
2191rápida, hoje elas são térmicas a gás natural, as outras deveriam ser colocadas
2192na base. Então, quando tem um sistema onde predomina, como Portugal,
2193energias eólicas ou mesmo solar em grande quantidade, ela é muito
2194intermitente. Então, precisa a energia de backup fazer o seguimento da carga.
2195Então, hidroeletricidade é recomendada, inclusive as chamadas usinas de
2196bombeamento, ou então países industrializados teriam essa vocação. Áreas
2197para materializar aquela visão. Então, a questão de sustentabilidade, aceitação
2198pública, ou tecnológica, financiamento e política energética. Na questão da
2199sustentabilidade. Então, a questão de considerar critérios de sustentabilidade
2200também a nível de bacia hidrográfica. Isso é uma contribuição que eu diria
2201brasileira, todos nós trabalhamos com isso aqui, estamos aqui no MMA, nós
2202deixamos aqui até o manual de inventário de hidroeletricidade, em base
2203sustentável, participação forte do MMA, nós elaboramos essa versão de 2007,
2204em 2010 foi lançado em inglês e hoje está distribuído para todos os países do
2205mundo. Então, não vamos fazer projeto a projeto, como alguns querem em
2206alguns países, mas ver a bacia como um todo. A questão que se viu; e eu
2207estou colocando aí, tem até um boxe associado à abordagem brasileira, desde
2208o inventário até planejamento, a parte de licenciamento. Então, a questão de
2209EIA/Rima, ser socioambiental, não ser socioambiental, ter regramentos para
2210isso como o Brasil tem e o MMA e o Conama cuidam disso, é necessário que
2211nós tenhamos esse desenvolvimento em países da África, por exemplo, alguns
2212países da América Central para se viabilizar esse desenvolvimento, porque se
2213não há um ambiente adequado para inserção dessas fontes aqueles três
2214pilares da sustentabilidade eu diria que precisa de um quarto que é um marco
2215regulatório, um mecanismo adequado para a viabilização daquela intenção de
2216achar o ponto de equilíbrio entre economicidade e os aspectos sociais e
2217ambientais. Então, isso aí está muito bem evidenciado. Questão óbvia de
2218evitarmos e compensar os impactos societários negativos e também
2219potencializar os positivos e a questão de comunicação com a sociedade, o
2220setor elétrico falha muito, de maneira em geral, em especial também com a
2221questão hidroelétrica. Outro aspecto muito importante que o Brasil tem por ser
2222continental é esse efeito da coordenação de produção de energia do sistema
2223hidrotérmico levando em conta diversidade hidrológica, isso o Cepel tem
2224orgulho de prover esses modelos computacionais, modelos matemáticos. Isso
2225é muito importante porque não sei se os senhores sabem, se nós pegarmos o
2226parque hidrotérmico brasileiro e fizer uma operação de autorização sem rodar
2227esse modelo de otimização do Cepel, você deixaria de extrair 20% de energia
2228de uma forma otimizada. Então, se eu consigo com os mesmos ativos cair 20%
2229a mais de energia isso é a sustentabilidade em nível da operação. Se eu instalo

2230 mais energia eu evito a implantação de novos projetos, eu tenho como atender
2231 melhor a necessidade futura sem ter uma expansão tão acelerada. Aqui algo
2232 que está sendo discutido aqui no MMA, no MME, a questão aí também de
2233 usina plataforma. Ou seja, dentro codinome plataforma, mas é como em
2234 regiões que eu tenha pouca ou nenhuma atividade antropogênica como se
2235 viabilizar o desenvolvimento, eu não vou dizer sustentável, vou dizer adequado
2236 à hidroeletricidade. Por que eu estou me referindo a esse termo? Porque nesse
2237 momento nós vamos sair do *tradeoff* do equilíbrio entre as espécies sociais,
2238 ambientais, de economicidade, uso múltiplo da água, eu diria para fazer um
2239 desequilíbrio, uma perturbação em favor do meio ambiente. Então, nessas
2240 áreas a preocupação com o meio ambiente tem que ser maior. Nas questões
2241 de sustentabilidade, a questão de uso e qualidades da água é vista, a questão
2242 do impacto em biodiversidades, questões de espécies migratórias. Então, tem
2243 uma série de elementos aqui socioambientais que são considerados dentro do
2244 Round Map. Desenvolvimento tecnológico é uma tecnologia aprovada, mas
2245 sempre perde o espaço para desenvolvimento, por exemplo, turbina mais
2246 amigáveis a peixes, a questão de rendimento das próprias turbinas. A questão
2247 de instalar unidades geradoras em barragens existentes, os Estados Unidos
2248 fez e tem cerca de 10 a 15. 000 megawatts para ser instalado nos reservatórios
2249 que estão lá, que não foram projetados inicialmente para aproveitamento
2250 também de hidroeletricidade. Já estou aqui terminando. Uma questão básica é
2251 a financiamento. É capital intensivo, como sabemos, principalmente nos
2252 períodos de construção e requerem retorno de longo prazo. Então, sem o
2253 marco regulatório adequado em 100... A capacidade de financiamento tanto de
2254 instituições públicas como de privadas, não se têm como fazer o
2255 desenvolvimento não só de hidroeletricidade, mas qualquer outra forma
2256 renovável em países pobres de África, da Ásia e América Central. Hoje nessa
2257 iniciativa da ONU, como me referi, talvez seja o maior gargalo, tanto que foi
2258 criado um grupo específico de financiamento para prover alguns mecanismos
2259 adequados para isso. Aqui tem um reconhecimento dos leilões de energia aqui
2260 no Brasil, a questão do licenciamento prévio. Podemos pular em benefício do
2261 tempo. Está até à direita aí a foto da capa do nosso Manual de Inventário de
2262 Bacia Hidrográficas e o que é dito aqui é que dois elementos aqui que eu
2263 destacaria é o papel do Governo e também da sociedade como um todo, que
2264 provou os mecanismos adequados para um desenvolvimento sustentável e
2265 fotogerar, nesse caso aqui de hidroeletricidade. Tem um ponto aqui, questão da
2266 agilização dos processos de licenciamento. Hoje o licenciamento é complexo,
2267 ele não é ambiental, ele é socioambiental, o Brasil é um dos países que tem o
2268 melhor arcabouço nesse sentido, em compensação nós temos múltiplas
2269 instituições envolvidas e o desenvolvedor, empreendedor tem que também
2270 fazer o seu papel. O último slide. Então, a eletricidade é e será a maior fonte
2271 renovável das cidades por muito tempo, além de prover energia elétrica
2272 promove o desenvolvimento socioeconômico, principalmente em países em
2273 desenvolvimento, população local. Tem um grande potencial a ser
2274 desenvolvido em todas as regiões do mundo. E onde os países industrializados
2275 ainda é um complemento importante para as novas renováveis como eólica e
2276 solar. E com muita atenção nos critérios, eles podem ser utilizados porque eles
2277 existem, o Brasil é um exemplo, mas também deve ser cobrado que sua
2278 implementação seja de forma adequada. E soluções inovadoras para o
2279 financiamento. Muito obrigado.

2280

2281

2282(*Palmas!*)

2283

2284

2285 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (MMA)** – Muito obrigado, Doutor
2286 Albert. Eu queria colocar a palavra franqueada aos Conselheiros e
2287 Conselheiras para algum esclarecimento, ou alguma dúvida. Vou fazer as
2288 inscrições.

2289

2290

2291 **O SR. ALTAMIRO ALVES FERNANDES (Ibrace)** – Boa tarde a todos e todas,
2292 Conselheiras e Conselheiros. Albert parabéns pelo trabalho. Informações
2293 importantes para que nós tomemos conhecimento da nossa fonte energética. E
2294 lembrando mais uma vez que a nossa fonte energética principal, a hidroelétrica
2295 à apresentada como um propósito não só para o Brasil, mas um propósito
2296 também para resolver o problema energético no mundo. Agora, eu queria
2297 lembrar que nós precisamos verdadeiramente interagir a questão ambiental
2298 com a questão sustentabilidade do nosso sistema energético brasileiro. Ora
2299 lembramos que quando nós temos esse período de mais seca, que
2300 praticamente é 6 meses no Brasil, sempre nós vemos as notícias, inclusive do
2301 próprio Governo dizendo “os nossos reservatórios estão em situações críticas”.
2302 E quando vem esse período que nós estamos, que é um período de grande
2303 pluviosidade acontece que os reservatórios não têm capacidade de comportar
2304 todo esse volume, é preciso lançar esses volumes, quando vem o período de
2305 seca acontece a mesma coisa. Por que eu estou chamando essa atenção?
2306 Porque nós precisamos discutir, achar uma solução para que nós tenhamos a
2307 montante dos reservatórios áreas de maior permeabilidade, porque o nosso
2308 grande problema está sendo nesse momento de pluviosidade é o escoamento
2309 superficial em uma velocidade muito grande, vai para os cursos d’água, vai
2310 para os reservatórios e os reservatórios não têm capacidade de comportar,
2311 segurar todo esse volume, ele precisa ser lançado. E quando é o período que
2312 nós precisamos, nós não temos água suficiente para dar vazão necessária,
2313 para dar o retorno energético que o Brasil precisa e hora está crescendo
2314 demanda. E se nós tivermos uma condição de melhorar a permeabilidade, seja
2315 com florestas, seja criando sistemas de permeabilidade da montante, mesmo
2316 nas áreas que nós já tiramos a vegetação, nós podemos voltar a ter o solo
2317 mais esponjoso, para que nós tenhamos esse curso d’água mais contínuo
2318 pelas nascentes e não necessariamente só pelo escoamento superficial.
2319 Porque o escoamento superficial nós temos dois problemas, o volume grande
2320 de água que vai para os reservatórios e a grande quantidade de sedimentos
2321 que estão sendo carreados também para os reservatórios e alguns estão em
2322 risco. Então, nós precisamos verdadeiramente discutir as montantes dos
2323 reservatórios na questão hídrica de permeabilidade e de escoamento.

2324

2325

2326 **O SR. ALBERT CORDEIRO DE MELO (Diretor-Geral da Cepel)** – Muito
2327 obrigado pela contribuição. Farei questão ao sair daqui de dar o nosso CD do
2328 Manual do Inventário, que eu diria não toda a resposta está ali, mas eu acho
2329 que tivemos um avanço muito significativo, foram 25 instituições aqui do Brasil

2330incluindo Ibama, Funai, trabalhando nesse aspecto. Então, na hora que nós
2331fazemos o dimensionamento nós tentamos até olhar a questão da cheia
2332decamilar não só para definição de estrutura de barragem, vertedores, mas
2333também os níveis de armazenamento máximo, massimoro e o máximo para
2334que nós tenhamos justamente uma área de recepção desse volume de água
2335adequado. Não obstante a questão que você está falando da permeabilidade
2336ela é uma preocupação constante e eu diria, até várias empresas aqui no Brasil
2337não só do Grupo Eletrobrás, mas outras privadas também têm a preocupação
2338de ter aquela área preservada até além do que manda a legislação. Então, vem
2339muito oportuna sua contribuição.

2340

2341

2342**O SR. POLIANO** – Primeiro, eu gostei da exposição, achei que a exposição foi
2343boa, mas eu queria fazer algumas ponderações porque quando se coloca essa
2344questão da hidroeletricidade, é lógico que ela tem um caráter de renovação,
2345mas ela tem complicadores do ponto de vista da sustentabilidade. E eu falo
2346isso porque eu sou de um Estado que é Minas e onde essa questão de
2347barragens e tal faz parte da nossa história. Então, nós temos um problema de
2348sustentabilidade que eu acho, achei interessante quando se coloca aí essa
2349preocupação de dialogar com bacia. Eu acho que isso é um caminho
2350importante. Mas, eu queria fazer algumas considerações porque não foram
2351colocadas desvantagens nesse processo. E nós temos, por exemplo, a
2352ocupação e remoção das famílias, e nós temos em Minas, por exemplo,
2353comunidades inteiras que foram removidas para construção, que você precisa
2354de áreas muito grandes para esse processo, e é um processo que você
2355modifica profundamente as relações socioambientais das pessoas, das
2356comunidades. Uma outra coisa é que quando se fala do potencial hidrelétrico
2357se pensa em rio somente como um gerador de energia. E eu estive até a
2358oportunidade aqui de manhã cedo de falar, a situação séria do São Francisco
2359que por um sequenciamento de barragens, nós temos pelo menos quatro
2360barragens sequenciais, já quase na chegada dele, e que simplesmente estão
2361matando o baixo São Francisco. Hoje o São Francisco é regulado pela
2362hidroelétrica, não é mais pelo fluxo do rio. O período de cheia do rio não
2363coincide mais com o período de cheia que seria o natural. Porque quando é
2364cheia você tem que barrar para fazer com que os reservatórios se encham, e aí
2365depois na seca que você vai liberar essa água. Então, nós temos um problema
2366e que temos que considerar que não tem como pensar hidroelétrica sem
2367pensar na dinâmica de rio. Nós tivemos, para ter uma ideia, um processo em
2368Minas de um rio chamado Santo Antônio, Minas Gerais, tinha 500 potenciais
2369PCHs nos rios de Minas. Se todas as 500 PCHs fossem implantadas nós
2370íamos acabar com os rios de Minas. Só um, o Rio Santo Antônio tinha projetos
2371para 10 PCHs sequenciais. Então, eu acho que é lógico que ela tem as suas
2372vantagens, mas também nós temos problemas de sustentabilidade nas
2373questões hidrelétricas. Fora a questão de mudança da biota, de ecossistemas
2374que são complexos de lidar. Então, eu queria considerar também e eu acho
2375importante que nesse processo se considere essa dimensão dos impactos que
2376você tem e até que se converse mais sobre essa questão via bacias daquilo
2377que é possível efetivamente fazer dentro de uma dinâmica de suporte de
2378bacias, e daquilo que, embora seja potencial não é exequível em função de um
2379processo de sustentabilidade.

2380

2381

2382 **SR. ALBERT CORDEIRO DE MELO (Diretor-Geral da Cepel)** – Muito
2383 obrigado pela oportunidade de fazer esclarecimentos adicionais. O que consta
2384 no documento, todos os aspectos associados, eu só coloquei um imbróglgio até
2385 aqui que era considerar, compensar, mitigar os impactos sociais negativos.
2386 Então, não há intervenção humana na natureza que tenha impactos negativos.
2387 E o que eu diria, a grande vantagem que foi uma das grandes vantagens do
2388 Brasil nesse documento aqui foi justamente a experiência brasileira de começar
2389 desde etapa de inventário, não na etapa de projetos. Como alguns países
2390 fazem. Então, quando nós vamos fazer o inventário do rio, nós não fazemos do
2391 rio, nós fazemos da bacia, e todos os elementos componentes da dimensão
2392 social e ambiental, eles são analisados, são estudados e são ponderados para
2393 daí sair uma solução que nós chamamos aquela solução de compromisso.
2394 Então, se há determinado montante de megawatts a serem desenvolvidos com
2395 o impacto elevado em populações, em remoções ele vai levar uma nota muito
2396 ruim nesse aspecto, que termina tendo essa alternativa descartada. Então, nós
2397 não maximizamos a produção de hidroeletricidade, nós temos essa solução de
2398 compromisso. E, inclusive inclui a questão da água, de seus usos múltiplos.
2399 Então, todas essas considerações, eu diria o seguinte, eu fiquei muito feliz que
2400 no Brasil, não foi só o Cepel, vários colegas do Brasil contribuíram, é
2401 sensibilizar que temos que começar na primeira etapa do processo de
2402 desenvolvimento energético, o inventário daquela bacia e com o foco não
2403 exclusivo em geração de energia elétrica. Então, o que você falou, que é muito
2404 importante, acredito que esteja muito bem colocado aqui. E outro ponto que
2405 você falou aí que é relevante e nós tentamos desmistificar aqui, que é o *Small*
2406 *Is Beautiful*, ou seja, que se eu pegar em uma região e fazer 500 PCHs ela tem
2407 impacto ambiental e social menor necessariamente que uma grande
2408 hidroelétrica. A nossa abordagem aqui foi que ela tem que ser sustentável, não
2409 é o tamanho que vai dizer sustentável ou não, o tamanho é um aspecto a ser
2410 considerado porque tem todas as implicações. Então, eu acho que essa
2411 situação que você falou de nós seguirmos algumas orientações do Round Map
2412 aqui e o que existe no Brasil nós faríamos bem adequado.

2413

2414

2415 **SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (MMA)** – Pela inscrição é Boisbaudran,
2416 das Entidades do Nordeste, e Tadeu pelas Entidades do Sul. Tadeu. Pode vir.

2417

2418

2419 **SR. TADEU SANTOS (Sócios da Natureza)** – Eu quero parabenizar a
2420 iniciativa de nesse espaço discutir matriz elétrica, a matriz energética brasileira
2421 que eu vejo com muita preocupação porque é uma matriz que aceita a queima
2422 de combustíveis fósseis andando totalmente na contramão de história. Eu
2423 tenho batido muito isso nas Câmaras Técnicas, e felizmente uma das Câmaras
2424 Técnicas que abordavam essa questão foi arquivada de forma, no ponto de
2425 vista ambiental, de forma injusta por um advogado da AGU que viu
2426 inconstitucionalidade na tramitação. Apesar de sua abordagem ser voltada para
2427 a questão hídrica eu concordo que a geração hídrica seja sustentável quando
2428 você está relacionando com queima de combustíveis fósseis. Se não for, se
2429 você retirar da matriz energia elétrica a queima de combustíveis fósseis, a

2430matriz hidroelétrica ela tem que repensar muito bem se ela é sustentável ou
2431não. Porque os grandes projetos de eletricidade do País, como várias
2432denúncias já foram feitas aqui e as comunidades indígenas primeiramente
2433sofrem com os grandes projetos, quer dizer, está faltando aquilo que nós
2434tocamos de manhã o licenciamento ambiental tem que ser repensado nesse
2435País urgentemente, porque todos os grandes licenciamentos têm problemas. E
2436problema, conflitos devem ter agora, esse índice de conflitos nos
2437licenciamentos do País está muito grande e principalmente nas grandes
2438hidrelétricas. Sem falar de duas térmicas no Sul do País, uma em Santa
2439Catarina e outra no Rio Grande do Sul que foram licenciadas de forma
2440irregular. Concluindo eu sugiro ao nosso Presidente da nossa Câmara Técnica
2441de CTA, CTCA, que busque esses dados, ou convide o nosso representante da
2442Eletrobrás a apresentar esses dados na Câmara Técnica onde nós estamos
2443discutindo a eólica, para amenizar um pouco os ânimos e para que o pessoal
2444veja o quanto de importante é nós discutirmos uma fonte, o licenciamento de
2445uma fonte renovável perante esses dados assombrosos de que 80% quase do
2446mundo é a queima de carvão e que no Brasil 80% é da geração hídrica com
2447grande impactos ambientais. E que está aí o País oferecendo toda uma Costa
2448para energia solar e eólica. Então, concluindo, eu peço ao representante da
2449Eletrobrás que promova um estudo mais profundo para ver qual a forma de
2450como o Conama pode aprimorar a matriz energética brasileira. Aprimorar seria
2451reduzir, começar a reduzir a queima de combustíveis fósseis.

2452

2453

2454 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (MMA)** – Tadeu, eu vou estar
2455acatando a sua sugestão de convidá-lo para a nossa Câmara Técnica para que
2456ele possa fazer uma apresentação aos membros, dentro do contexto das
2457discussões do licenciamento de energia elétrica gerada por fontes eólicas. O
2458senhor quer fazer alguma consideração?

2459

2460

2461 **O SR. ALBERT CORDEIRO DE MELO (Diretor-Geral da Cepel)** – Obrigado.
2462Eu estou à disposição do Conama/MMA. Só chamar atenção que o papel da
2463hidroelétrica, da eólica solar são distintos, em uma matriz elétrica, ou
2464energética. O Brasil felizmente está fazendo a penetração da energia eólica e
2465vai fazer solar, sem ter aceitado as pressões de países europeus por subsídios
2466à energia eólica. Espanha, Alemanha, Portugal tinha de subsídio 30 Euros por
2467megawatt/hora por essas fontes. O que acontece? Quando deixa de inventar,
2468passa uma nuvem eu não tenho energia. Então, tem que ter o backup. Backup
2469natural como falei, a hidrelétrica ou a geração térmica a gás natural. A Noruega
2470está feliz de vida porque está construindo agora hidrelétrica para exportar para
2471esses países para dar backup. E a outra situação, com o Shale Gas nos
2472Estados Unidos ele deslocou carvão dos Estados Unidos agora para Europa e
2473o carvão para fazer segmento carga. Então, quando falta vento ou não tem
2474insolação adequada tem risco agora de *blackout* lá. Então, a base tem que ser
2475hidrelétrica. Nós mesmos estamos finalizando este ano, o Cepel, o segundo
2476atlas eólico brasileiro. Então, nós ajudamos muito a penetração na eólica, mas
2477tem um limite de penetração, sem falar no preço da energia. Obrigado.

2478

2479

2480 **SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (MMA)** – Obrigado Doutor Albert. Para
2481 encerrar Boisdboudran das Entidades Ambientalistas da região Nordeste.

2482

2483

2484 **SR. BOISBAUDRAN DE OLIVEIRA IMPERIANO (SNE)** – Boa tarde. Saudar
2485 o presidente da mesa, Doutor Raimundo Deusdará. Parabenizar a palestra
2486 bastante esclarecedora, mas eu trago uma preocupação, a demanda de
2487 energia no nosso país é crescente, cada vez mais, estão aí todos os anos os
2488 horários de verão tentando economizar. Eu pergunto, não vi na sua brilhante
2489 palestra uma preocupação com essa demanda crescente e se há uma
2490 preocupação da Eletrobrás de que suporte vamos dar para essa demanda
2491 crescente. Vai se continuar com a matriz hidrelétrica? Vamos pensar na eólica,
2492 na solar? Então, é uma preocupação que eu trago isso porque a nossa
2493 sociedade vai demandar energia cada vez mais. Muito obrigado.

2494

2495

2496 **SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (MMA)** – Muito obrigado. Doutor
2497 Albert, por gentileza.

2498

2499

2500 **SR. ALBERT CORDEIRO DE MELO (Diretor-Geral da Cepel)** – Primeiro
2501 um esclarecimento. Eu tenho o logo da Eletrobrás e com muito orgulho aqui na
2502 apresentação, mas não sou da Eletrobrás, sou Cepel. Cepel é uma Associação
2503 Civil sem fins lucrativos que foi criada pelo Grupo Eletrobrás na década de 70
2504 como uma das respostas do Brasil à crise de petróleo. Nós precisávamos
2505 desenvolver energia renovável, segurança energética dentro do nosso território
2506 e estávamos longe do centro de carga, para isso foi criado o Cepel. Então,
2507 somos associação civil sem fins lucrativos, mas há quem define a matriz
2508 energética brasileira por força da legislação, o Conselho Nacional de Políticas
2509 Energéticas, coordenado pelo Ministério de Minas e Energia, com assento, por
2510 exemplo, da Ministra aqui de Meio Ambiente. E o Cepel faz as ferramentas
2511 metodológicas computacionais para fazer essa expansão. Então assim,
2512 hidroeletricidade é uma das melhores alternativas para atender a demanda
2513 futura de energia elétrica não só no Brasil como no mundo. E esse Round Map
2514 está sendo olhado com bastante atenção na ONU como um dos caminhos,
2515 mas somos um País privilegiado, temos diversidade na nossa matriz elétrica e
2516 energética. A única observação que eu faço é parcimônia, existem limites por
2517 serem fontes intermitentes de penetração da eólica e da solar no Brasil ou em
2518 qualquer lugar do mundo, para que tenhamos segurança energética e
2519 tenhamos economicidade. Quando se distinguiu o potencial que a sociedade
2520 brasileira terá de aproveitamento de velocidade, quer a próxima fronteira na
2521 Amazônia, nós vamos precisar de geração de base. Hoje geração de base
2522 econômica tem duas alternativas, ou três, nós temos, não estou defendendo
2523 nenhuma delas, mas se perguntarem eu respondo. Nuclear, carvão e gás
2524 natural e depende do preço do gás natural, porque são gerações de base, essa
2525 intermitência tem limites de ser colocada. Então, essa discussão da matriz
2526 energética é fundamental para a sociedade brasileira. Eu agradeço
2527 imensamente. Peço desculpas de ter ultrapassado o tempo, mas não foi um
2528 prazer, foi uma honra estar aqui no Conama. E elogiar o belo trabalho que os
2529 senhores desenvolvem.

2530

2531

2532 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (MMA)** – Muito obrigado Doutor Albert,
2533 Diretor – Geral da Cepel, nós agradecemos em nome de todos os Conselheiros.

2534 Bom, mais uma salva de palmas.

2535

2536

2537 *(Palmas!)*

2538

2539

2540 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (MMA)** – Vamos dar continuidade à
2541 Ordem do Dia, e nós temos agora o pedido de regime de urgência. Vamos
2542 fazer o balanço primeiro. Vamos fazer rapidamente o balanço 2013 do
2543 Conama. O material que ele deixou na página do Conama, deixou um CD, nós
2544 vamos colocar na página do Conama a disponibilização da palestra e do CD.
2545 Balanço 2013 Conama.

2546

2547

2548 **A SR^a. ADRIANA SOBRAL BARBOSA MANDARINO (Diretora do**
2549 **DConama)** – Nós fazemos todo ano um balanço e apresentamos para os
2550 senhores o que foi feito, a produção do Conselho no ano anterior. Esse
2551 documento vai estar tanto no Sumário Executivo desta reunião, quanto na
2552 página do próprio Conama embaixo do Balanço de 2013, 2012 e etc. Nós
2553 fizemos quatro reuniões de Plenária, duas reuniões do Cipam, uma reunião
2554 específica da Câmara Especial Recursal, que é uma Câmara que tem uma
2555 competência residual de julgar os autos de infração do Ibama. Essa Câmara
2556 nós sempre finalizamos o término dos trabalhos e depois aparecem mais
2557 processos para serem julgados. Nós ainda temos este que fazer uma nova
2558 reunião dessa Câmara. Em termos de Grupos de Trabalho, fizemos 14
2559 reuniões, GT e 20 reuniões de Câmaras Técnicas. Então, esse foi o
2560 quantitativo de reuniões dos senhores gente com membros de Câmaras
2561 Técnicas e de etc. . Ao mesmo tempo em que fazemos isso apresentamos
2562 também em balanço do que custa alguns dados que nós temos quanto a
2563 custos do Conselho. Então, estarão apresentados os dados referentes a custos
2564 com passagens e a custo com gasto de impressão de papel. E aqui nós
2565 aproveitamos para fazer uma demanda, colocar uma preocupação que nós
2566 temos de saber se poderíamos acordar numa prática um pouco diferente. Nós
2567 sempre fazemos a impressão da pauta com todos os documentos, pareceres,
2568 emendas e etc. que vêm para a plenária. Ao longo do tempo ficou mais comum
2569 as pessoas virem com o seu Notebook e etc. e rede Wifi do Ibama está
2570 funcionando bem. Então, nós gostaríamos de propor o Conama sem papel.
2571 Que seria não mais imprimirmos a pauta com todos os documentos, e sim cada
2572 um vir com os seus documentos e com as suas anotações. Agora não
2573 gostaríamos de fazer isso sem uma consulta prévia aos senhores. O gasto com
2574 papel, só para se ter uma ideia, nós temos os números. Gastos com passagens
2575 aéreas, gasto médios aproximados com a publicação de Portaria, que são as
2576 Portarias de nomeação dos Conselheiros, gastos com a empresa gráfica que
2577 faz fundo de palco e etc. , resmas de papel, mais ou menos 1342, 178 resmas
2578 de papel. Então, nós entendemos que é um gasto que pode ser evitado. E

2579fazemos essa consulta aos senhores, se os senhores concordam com a partir
2580da próxima plenária introduzirmos essa nova dinâmica. Temos o apoio?

2581

2582

2583**O SR. CLEITO TOLEDO (Sema/AM)** – Boa tarde a todos. Concordo
2584plenamente com essa medida, mas para que isso ocorra, nós precisaremos ter
2585extensão para que nós possamos ligar os computadores aqui. Nós não temos,
2586a dificuldade é muito grande para ter tomada, nós não temos no auditório,
2587tomada. As únicas tomadas que nós temos aqui é do pessoal que está
2588gravando e que obviamente está tudo ocupada. Então, teria que fazer esse
2589ajuste para que isso possa acontecer. Agora, a pasta aí eu concordo, se ainda
2590não der para fazer, colocar tomada para a próxima, essa pasta ela é
2591desnecessária, em minha opinião. Nós poderíamos já economizar bastante
2592com a pasta. Obrigado.

2593

2594

2595**O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (MMA)** – Essa observação dele faz
2596muito sentido, quer dizer, eu mesmo estou com dificuldade de carregar meu
2597computador.

2598

2599

2600**O SR. ALTAMIRO ALVES FERNANDES (Ibrace)** – Eu acho louvável, nós já
2601havíamos feito essa discussão. Ainda hoje a sociedade civil, as ONGs fizeram
2602um propósito, todos nós estamos entregando de volta a pasta na mesa
2603receptora porque sabemos que é um procedimento do Ministério nos oferecer a
2604pasta, a caneta, o papel de rascunho, e também a pauta e os documentos
2605necessários para que estejamos aqui. Todos nós recebemos via e-mail,
2606aqueles documentos que nós achamos necessários, eu acho que é obrigação
2607nossa individualmente cada um imprimir aquele documento que acha mais
2608importante, aquela parte daquele documento que você quer discutir, para você
2609estudar, para anotar e para você trazer. Eu acho realmente importante, tem o
2610nosso apoio em geral, e em especial também já faço o convite àqueles que
2611receberam, que porventura não vai levar de lembrança que também o faça e
2612deixe na Portaria a pasta. Obrigado.

2613

2614

2615**O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (MMA)** – Muito obrigado. A colocação
2616do Secretário de Meio Ambiente do Amapá é muito importante porque
2617realmente há limitação de tomadas, uma reunião de quatro, cinco horas você
2618tem necessidade de recarregar eventualmente. Então, teria que se considerar
2619isso, ver com o Ibama a possibilidade de ser ter réguas ou algo do gênero.
2620Carga também para não gerar problema, mas essa limitação que ele colocou
2621tem que ser considerada. Está entendido como apoiado. Ninguém se
2622manifestou contrário, está entendido como apoiado, só para tentar agilizar
2623solução.

2624

2625

2626**A SRª. ADRIANA SOBRAL BARBOSA MANDARINO (Diretora do**
2627**DConama)** – Tentar junto ao Ibama a questão das réguas. Por fim, eu
2628apresento que nós realizamos também o Seminário Ambiental sobre

2629Licenciamento Ambiental e tivemos a versão para o inglês do Livro de
2630Resolução do Conama. Isso está no site, foi um trabalho extenso, coordenado
2631pelo Robson e todas as Resoluções estão com o seu texto em inglês já no site.
2632Esse é um balanço de uma maneira sintética do que fizemos o detalhamento
2633disso vai estar disponível.

2634

2635

2636**O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (MMA)** – Muito obrigado, Adriana.
2637Retornando à Ordem do Dia nós teríamos agora a solicitação de um pedido de
2638urgência para apreciação de uma matéria nova do Ministério da Defesa sobre o
2639manejo da fauna em aeródromos, referente ao qual será apresentado pedido
2640de urgência nesse caso. Por gentileza, Paulo. Obrigado. Nós temos aqui dentro
2641no Regimento... Nós temos oito membros assinando, apoiando e o Paulo vai
2642fazer uma apresentação. Uma defesa de pedido de urgência.

2643

2644

2645**O SR. PAULO CÉSAR** – Boa tarde, senhores. Essa Resolução ela tem um
2646único propósito de facilitar as decisões do administrador do aeroporto quando
2647se vê diante de aves que possam colocar em risco o voo da aeronave. Hoje já
2648existe uma Instrução Normativa do IBAMA, mas que já é antiga, que não é tão
2649completa quanto essa proposta, que é pautada, inclusive numa lei que
2650tramitava há mais de 5 anos, desde antes da indicação da Copa do Mundo no
2651País, e ela foi apresentada, foi aprovada no Congresso em outubro de 2012, e
2652durante todo o ano de 2013 um grupo constituído pelo Ministério da Defesa,
2653Comando da Aeronáutica, Centro de Investigação de Acidentes Aeronáuticos,
2654Secretaria de Aviação Civil, Infraero. Esse grupo trabalhou durante todo o ano
2655de 2013... E o Ibama, claro, conosco. Foram feitas inúmeras reuniões estamos
2656com uma proposta de Decreto que vai regulamentar a lei e essa Resolução que
2657consolida a parte e os deveres ambientais para as tomadas de decisão que
2658precisam ser mais ágeis. Outro dia saiu uma reportagem na administração do
2659Galeão mostrando como os índices de colisão com aeronaves tinham reduzido
2660por causa de medidas que eles estão tomando. Agora, medidas que não estão
2661regulamentadas e que essa Resolução pretende regulamentar.

2662

2663

2664**O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (MMA)** – Obrigado. Agora, conforme a
2665disposição do Regimento eu colocaria em regime de votação. Quem é
2666favorável à votação do pedido de urgência, por favor, se manifeste. Contrários?
2667Quem se abstém? Tadeu, questão de ordem? Pois não. Aprovado. Vamos ver
2668a questão de ordem do Tadeu.

2669

2670

2671**O SR. TADEU SANTOS (Sócios da Natureza)** – Eu concordo com a
2672preocupação da Infraero, dos aeroportos com o embate, com o choque com
2673aves, é óbvio que tem que ter. Vocês têm que ter essa preocupação, mas eu
2674não conheço, eu como Conselheiro e viajante, uso os aeroportos daqui a
2675Florianópolis, eu não tenho conhecimento das medidas de plano de manejo. Eu
2676acho que teria que ter sido apresentado.

2677

2678

2679 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (MMA)** – Tadeu, nesse momento nós
2680 estamos colocando em votação o pedido de urgência. A matéria tramitará em
2681 regime de urgência. Só para tramitação. Depois vai ter...

2682

2683

2684 **O SR. TADEU SANTOS (Sócios da Natureza)** – Como eu vou votar uma
2685 proposta que eu não tenho conhecimento de causa?

2686

2687

2688 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (MMA)** – Me desculpe Tadeu, mas é
2689 tramitação, isso é regimental. O conteúdo e o mérito da proposta será
2690 devidamente analisado pela Câmara Técnica pertinente e será trazido ao
2691 Plenário. Só meramente para dar o regime, só para transitar, só tramitação.

2692

2693

2694 **O SR. TADEU SANTOS (Sócios da Natureza)** – Tudo bem. Então, que fique
2695 registrado que na próxima vez quando houver uma proposta de regime nesse
2696 sentido, que haja uma explicação mais abrangente, mais específica sobre a
2697 questão ambiental. Eu concordo com a preocupação de vocês, mas teria que
2698 ter um pouquinho mais de explicação na questão ambiental pela vida dos
2699 pássaros. A nossa vida humana como também a vida das aves de fauna que
2700 residem em torno do aeroporto. É necessário, eu acho.

2701

2702

2703 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (MMA)** – Tadeu, eu vou fazer o
2704 seguinte, a matéria está superada, foi aprovada. Eu perguntaria ao Conselheiro
2705 Paulo se ele gostaria de fazer algum outro esclarecimento, mas do ponto de
2706 vista de tramitação está aprovado o regime de urgência. Ok. Obrigado.

2707

2708

2709 **O SR. PAULO CÉSAR** – Nós temos, trouxemos caso houvesse necessidade
2710 de maiores esclarecimentos, como o senhor teve a dúvida, nós temos uma
2711 apresentação que foi feita, se houver tempo, não passa de 10 minutos. É
2712 apenas uma introdução ao assunto para todos ficarem nivelados sobre o
2713 problema.

2714

2715

2716 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (MMA)** – Vamos fazer o seguinte,
2717 vamos dar continuidade à Ordem do Dia, havendo disponibilidade de tempo no
2718 final da reunião nós poderíamos... Aqueles Conselheiros que têm interesse em
2719 ver a apresentação, nós poderíamos fazer. Você pode disponibilizar essa
2720 apresentação para nós não nos delongarmos demais na reunião? Pediria
2721 passar para o Conama e o Conama disponibiliza na página do Conama para
2722 todos os Conselheiros.

2723

2724

2725 **A SRª. ADRIANA SOBRAL BARBOSA MANDARINO (Diretora do**
2726 **DConama)** – Nós podemos fazer o seguinte, na hora que fizermos o Sumário
2727 Executivo dessa reunião entra como um Anexo, como um link, entra a própria
2728 proposta que já está em tramitação, ela está em fase inicial e está em fase de

2729obtenção de parecer junto ao Ministério e às vinculadas. O próximo passo
2730disso é ir para o Cipam, mas o que interessa realmente aqui seria a
2731apresentação e nós colocamos isso também.

2732

2733

2734**O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (MMA)** – Resolvido. Muito obrigado,
2735Conselheiro. Agora, dando continuidade á ordem do dia o Conselheiro Miguel
2736Scarcello apresentou duas moções em regime de urgência. E o Regimento ele
2737trata da possibilidade de admissão dessas moções, porém, tem que ser
2738aprovada a excepcionalidade, quer dizer, aprovada a urgência dessas duas
2739moções. Então, ele vai fazer uma breve defesa. Nós primeiro colocamos em
2740votação se acatamos ou não as duas moções e depois nós podemos entrar na
2741discussão do mérito. Ok?

2742

2743

2744**O SR. MIGUEL SCARCELLO (Entidades Ambientalista Região Norte - SOS**
2745**Amazônia)** – Boa tarde senhoras e senhores. Eu trago aqui duas propostas de
2746moção que eu não pude enviar em tempo hábil, já que eu tomei conhecimento
2747dos fatos nos dia 27 e 28 de fevereiro. E por achar muito importante para o
2748nosso Conselho, tendo em vista serem situações que estão dificultando a
2749agilização e a implementação do Código Florestal, eu trago aqui para propor a
2750você duas moções. A primeira trata de um reconhecimento, de um apoio ao
2751Ministério do Meio Ambiente para que ele imita um texto, ele edite uma
2752Instrução Normativa que vai definir e que nela vai estar contida a definição do
2753conceito de propriedade rural e que deixa claro que no âmbito do Código e
2754para implementação do CAR, a compreensão de propriedade rural deva ser
2755aquela que é usada hoje pelo Incra, e que define que o imóvel rural é uma ou
2756mais propriedades ou posses rurais contínuas, pertencentes à mesma pessoa
2757física ou jurídica de direito público ou privado, em regime individual, comum e
2758se destine ao uso econômico à conservação e à preservação dos recursos
2759naturais renováveis. Isso aqui é no sentido de nós garantirmos que uma área,
2760que várias pertencentes a uma só pessoa ela fique responsável em fazer a
2761recuperação de APP, conforme a legislação determina e não se parcele essa
2762área e com isso se diminua a responsabilidade de recuperar essas áreas.
2763Então, a intenção é apoiar o Ministério na emissão dessa Instrução Normativa.
2764Nós não vamos aqui definir isso, mas sim apoiar o Ministério para que essa
2765Instrução Normativa saia com esse teor. É importante isso. E da mesma
2766mineira a outra, que é uma proposta de apoio à agilização da edição de
2767Decreto da Presidência da República, prevendo que as formas de conversão
2768das multas aplicadas a proprietários rurais, que tenham desmatado até 22 de
2769julho de 2008, dentro dos limites previstos pela lei, mas sem exigida
2770autorização ao órgão ambiental, sejam definidas pelo Ministério do Meio
2771Ambiente como também, como também apoia que essas multas não sejam
2772convertidas em advertências e os proprietários não sejam anistiados. Então,
2773aqui a intenção é fortalecer as iniciativas do Ministério do Meio Ambiente e da
2774Presidência da República no sentido de que se garanta e se aplique na
2775implementação do CAR uma condição de que venha garantir que aqueles que
2776tenham feito iniciativas não autorizadas, não sejam... Não deixem de ser
2777punidos por isso e isso fortaleça a iniciativa da implementação do CAR. E
2778garanta ao Ministério essa implementação do CAR com esse conceito que o

2779Ministério tem entendimento. Por que as duas moções? Porque isso é um
2780impasse hoje no âmbito do dos Ministérios e do Governo Federal. Isso daí eu
2781tomei conhecimento através do site Amazônia. org, e também do site do
2782Instituto Socioambiental, de profissionais que acompanham a discussão da
2783implementação do Código Florestal, e isso foi revelado nesses dois dias 27 e
278428 agora de fevereiro, de que esse impasse tem dificultado a implementação
2785do CAR e a própria regulamentação do Código Florestal. Nós estamos há
2786quase dois anos da lei aprovada e isso está amarrando, de certa maneira, a
2787implementação. A minha intenção com essas duas moções é que o nosso
2788Plenário, que o Conama demonstre de fato qual é a visão que ele tem nesse
2789sentido. A intenção é dar apoio ao Ministério para ele operacionalize isso e
2790essas duas, vamos dizer, situações possam ser tratadas da maneira que
2791venham melhor garantir a proteção ao meio ambiente, e a recuperação das
2792áreas degradadas.

2793

2794

2795**O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (MMA)** – Dentro da previsão
2796regimental colocaríamos agora em votação a admissibilidade, não é, conteúdo,
2797da apresentação das duas moções que o Miguel explicou em regime de
2798urgência. Quem é a favorável à admissibilidade dessas duas moções, por
2799favor, se manifeste. Contrários? Quem se abstém? Duas abstenções.
2800Aprovado. Quatro abstenções. Desculpe. Então, agora nós teremos a
2801possibilidade de ver o texto. Vamos ter que...

2802

2803

2804**A SR^a. ADRIANA SOBRAL BARBOSA MANDARINO (Diretora do**
2805**DConama)** – Porque como nós não recebemos esse texto antes nós também
2806não disponibilizamos. E nós não podemos votar numa intenção. Nós temos que
2807aprovar o texto como um todo.

2808

2809

2810**O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (MMA)** – Se você me permite... Está
2811com as oito assinaturas de apoio da questão regimental. Eu vou ler a primeira
2812moção que trata com relação ao apoio à agilização do Decreto.

2813

2814

2815**O SR. ALTAMIRO ALVES FERNANDES (Ibrace)** – A questão de ordem é que
2816nós temos duas realidades que foram apresentadas e aparentemente nós
2817estamos tratando elas diferentes. A Resolução que foi apresentada nós não
2818lemos o texto, não entramos no mérito. Não sei também se foi equívoco do
2819Tadeu, mas não era para entrar no mérito. Agora o Miguel. Vamos entrar no
2820mérito das duas propostas? Porque a primeira precedia e nós já passamos
2821para a segunda e não falamos sobre a primeira.

2822

2823

2824**O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (MMA)** – Na verdade eu coloquei as
2825duas em votação como excepcionalidade. E o Plenário aprovou.

2826

2827

2828 **O SR. ALTAMIRO ALVES FERNANDES (Ibrace)** – Não dessas duas
2829 propostas, mas das duas proposituras porque nós temos a primeira propositura
2830 que nós não discutimos o texto e eu estou propondo que façamos igual para as
2831 duas proposituras.

2832

2833

2834 **A SRª. ADRIANA SOBRAL BARBOSA MANDARINO (Diretora do**
2835 **DConama)** – Altamiro, posso fazer um esclarecimento? A questão é distinta, a
2836 Resolução ainda vai tramitar por todas as instâncias do Conama. Por isso ela
2837 não apresentou o texto. O que o Ministério da Defesa pediu e teve a
2838 aprovação foi de uma tramitação com o pedido de urgência. Foi só isso que
2839 nós provamos aqui. Essa proposta de Resolução está em fase de parecer, vai
2840 passar pelo Cipam, Câmara Técnica de Mérito, Câmara Jurídica e vem para
2841 Plenário. Essa é a razão pela qual nós não olhamos o texto dela.
2842 Diferentemente as duas moções, primeiro nós vimos que é um caso
2843 excepcional e urgente, que mesmo não estando pautado requerer a apreciação
2844 por esta plenária agora. Aprovamos isso. Agora nós vamos entrar no texto dela
2845 e ver se realmente nós vamos aprová-lo ou não. Nós aprovamos o requisito
2846 preliminar que é saber se ela é urgente e excepcional. Só isso. E o que nós
2847 estamos vendo aqui é que a moção ela ainda tem uma certa diferença entre o
2848 que está colocado no exposto, nos considerandos, o Robson está nos
2849 colocando isso. O que está no exposto, nos considerando a ementa e o final.
2850 Então, ela por isso tem que ser lida que é para casar.

2851

2852

2853 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (MMA)** – Eu vou ler a moção. São
2854 vários considerandos, vou pedir a paciência dos senhores para poder ler com,
2855 inclusive os considerandos, que eu acho importante que acho que ele
2856 contextualiza, pelo que eu entendi, o encaminhamento dado pelo Miguel. A
2857 primeira proposta de moção é apoio à proposta de Decreto da Presidência da
2858 República que incumbe ao Ministério do Meio Ambiente o dever de definir a
2859 forma de conversão de multas, conforme Lei nº 12. 651/12, Novo Código
2860 Florestal, contudo sem anistiar as propriedades rurais que desmataram até 22
2861 de julho de 2008 dentro dos limites legais, porém sem autorização ambiental.
2862 destinatário é o Palácio do Planalto, Ministério da Agricultura, Pecuária de
2863 Abastecimento, Ministério do Meio Ambiente, Supremo Tribunal Federal e
2864 Ministério Público Federal. O Conselho Nacional do Meio Ambiente, no uso de
2865 suas atribuições... Vou dispensar isso aqui. Considerando que o meio ambiente
2866 ecologicamente equilibrado, conforme previsto no Art. 225, da Constituição, é
2867 direito de todos, sendo bem de uso comum do povo e essencial à sadia
2868 qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de
2869 defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações; Considerando
2870 que, a fim de assegurar a efetividade desse direito, são incumbências do Poder
2871 Público, dentre outras, preservar e restaurar os processos ecológicos
2872 essenciais e prover o manejo ecológico das espécies e ecossistemas (art. 225,
2873 §1º, I); preservar a diversidade e a integridade do patrimônio genético; definir,
2874 em todas as unidades da Federação, espaços territoriais e seus componentes
2875 a serem especialmente protegidos, sendo a alteração e a supressão permitidas
2876 somente através de lei, vedada qualquer utilização que comprometa a
2877 integridade dos atributos que justifiquem sua proteção; controlar o emprego de
2878 técnicas e métodos que comportem risco para a vida, a qualidade de vida e o
2879 meio ambiente; e proteger a flora, vedadas, na forma da lei, as práticas que
2880 coloquem em risco sua função ecológica ou provoquem a extinção de
2881 espécies. Todas essas citações são referentes ao Art. 225 das Constituição
2882 Federal. Considerando, ainda, que o já citado art. 225, em seu §3º, prevê que
2883 as condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente sujeitarão os
2884 infratores, pessoas físicas ou jurídicas, a sanções penais e administrativas,
2885 independentemente da obrigação de reparar os danos causados;
2886 Considerando que a Política Nacional do Meio Ambiente, conforme disposto na
2887 Lei nº 6. 938/81, tem por objetivo a preservação, melhoria e recuperação da
2888 qualidade ambiental propícia à vida, visando assegurar, no País, condições ao
2889 desenvolvimento socioeconômico, aos interesses da segurança nacional e à
2890 proteção da dignidade da vida humana; tendo, ainda, dentre outros, como
2891 princípios ação governamental na manutenção do equilíbrio ecológico,
2892 considerando o meio ambiente como um patrimônio público a ser
2893 necessariamente assegurado e protegido, tendo em vista o uso coletivo;
2894 racionalização do uso do solo, do subsolo e da água; proteção dos
2895 ecossistemas, com a preservação de áreas representativas; controle e
2896 zoneamento das atividades potencial ou efetivamente poluidoras;
2897 acompanhamento do estado da qualidade ambiental; recuperação de áreas
2898 degradadas. Todas essas citações são derivadas da Lei 6938; Considerando
2899 que a Lei nº 12. 651/12, Novo Código Florestal, em seu Art. 42, determinou que
2900 o Governo Federal implantará programa para conversão de multa por
2901 destruição ou danificação de florestas ou qualquer tipo de vegetação nativa ou
2902 de espécies nativas plantadas, objeto de especial preservação, destinado a

2903imóveis rurais, referente a autuações vinculadas a desmatamentos em áreas
2904onde não era vedada a supressão, mas que foram promovidos sem
2905autorização ou licença, em data anterior a 22 de julho de 2008. Considerando
2906haver, conforme noticiado pela mídia especializada no final do mês de fevereiro
2907do corrente ano, proposta de decreto em análise na Casa Civil da Presidência
2908da República Palácio do Planalto, que cumprirá o disposto no Art. 42 do
2909diploma legal supracitado, prevendo que as formas de conversão das multas
2910serão definidas pelo MMA, com a assessoria da Advocacia-Geral da União.
2911Considerando haver uma aparente tendência do Ministério da Agricultura no
2912sentido de pleitear eventual anistia das multas, havendo conversão das
2913mesmas em advertência; Considerando ser urgente a consolidação do Novo
2914Código Florestal, em particular a definição de como serão tratados os
2915proprietários e posseiros de imóveis rurais autuados em decorrência de
2916desmatamentos em áreas onde não era vedada a supressão, que foram
2917promovidos sem autorização ou licença, em data anterior a 22 de julho de
29182008, conferindo segurança jurídica; Considerando ser iniciativa que, além do
2919cunho pedagógico, favorecerá, dentre vários aspectos, a proteção, preservação
2920e recuperação dos recursos ambientais, bem como da biodiversidade do país.
2921Ante ao exposto esse Conselho Manifesta apoio à agilização da edição de
2922Decreto a ser publicado pela Presidência da República, prevendo que as
2923formas de conversão das multas aplicadas a proprietários rurais que tenham
2924desmatado até 22 de julho de 2008, dentro dos limites previstos pela lei, mas
2925sem a exigida autorização do órgão ambiental, sejam definidas pelo Ministério
2926do Meio Ambiente, como também apoia que estas multas não sejam
2927convertidas em advertências e os proprietários não sejam anistiados. Em
2928discussão. Comentários. Nós temos o problema que o Robson levantou, que
2929parece que a emenda...

2930

2931

2932(*Intervenção fora do Microfone. Inaudível*)

2933

2934

2935**O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (MMA)** – Concordo. A ementa é apoio
2936a proposta do Decreto que incumbe ao Ministério do Meio Ambiente dever de
2937definir a forma de conversão de multas, conforme a lei 12. 651, contudo sem
2938anistiar propriedades rurais, as propriedades desmatadas até 22 de julho,
2939dentro do limite, porém, sem autorização ambiental. Teria que fazer realmente
2940um ajuste entre a redação final da proposta e a ementa. Fale Doutor João
2941Paulo.

2942

2943

2944**O SR. JOÃO PAULO (Conjur/MMA)** – É um pequeno adendo em relação ao
2945endereço da moção feita ao Palácio do Planalto, na verdade o Palácio do
2946Planalto não é um órgão e nem nada considerando especificamente, é só um
2947prédio arquitetônico, poderia ser a Casa Civil, especificamente, que eu acho
2948que é o queria ser dito aqui.

2949

2950

2951**O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (MMA)** – Casa Civil da Presidência da
2952República. A moção fez a contribuição a respeito da necessidade ou não desse

2953conjunto de considerandos da moção. Eu consulto o Plenário. A outro tem mais
2954considerandos ainda.

2955

2956

2957**O SR. JOÃO BATISTA MONSANTO (Ademasp)** – Eu só achei que para ser
2958Resolução tem muito considerando. Moção. Desculpe. Para ser uma moção
2959tem muito considerando. Basta ter um enunciado e o objetivo. Mais nada.
2960Agora, por que está fazendo aquilo os considerando são repetições de coisas
2961habitualmente conhecidas. Só isso. Ficou um negócio muito estranho, é porque
2962está saindo do Conama. Então, tem que ser uma coisa enxuta, objetiva e
2963consistente. Obrigado.

2964

2965

2966**O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (MMA)** – Eu tendo a considerar o que
2967o Monsanto está colocando, até porque os considerandos é tão grande, está
2968bem feito, só que o texto de moção se perde na quantidade de considerandos.
2969Quando nós temos uma lauda e meia de considerandos e a moção
2970objetivamente tem quatro frases, cinco frases, me parece o que o Monsanto
2971tem uma certa razão, mas eu consulto o Plenário e o propositor, lógico, Miguel,
2972eu sei que já está acatada a questão de trocar a Palácio do Planalto para Casa
2973Civil da Presidência da República, mas eu consulto especialmente o Miguel
2974Scarcello de como ele gostaria de conduzir a moção. E outra coisa, qual foi a
2975sua intenção, como mediador não deveria estar provocando debates, mas qual
2976foi sua intenção de colocar Supremo Tribunal Federal? STF.

2977

2978

2979**O SR. MIGUEL SCARCELLO (Entidades Ambientalista Região Norte - SOS**
2980**Amazônia)** – Eu acho que caso no futuro ou agora no momento, já que nós
2981fomos informados hoje que tem uma ação, uma Adin, têm várias, e que isso vai
2982permeiar vários e vários ambientes e vários coletivos, eu considero que o
2983Supremo seria importante ele ter conhecimento do nosso posicionamento aqui
2984dentro, do que nós defendemos, qual a nossa intenção a respeito dessa
2985questão. Bom, quanto ao texto, eu pessoalmente tive apoio de especialistas
2986dessa área e eles fundamentaram comigo, nós vimos que seria melhor isso.
2987Caso alguém possa melhor redigir ou suprir alguns dos considerandos, sem
2988perder a essência e sem deixar o embasamento necessário que o MMA acate
2989e o plenário acate, tudo bem. Eu também da minha parte mantenho, por
2990enquanto, caso alguém queira fazer sugestão de suprimir algum, e não deixe
2991capenga a proposta. Tudo bem.

2992

2993

2994**O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (MMA)** – Em discussão. Eu não vou
2995me conter e vou fazer uma segunda pergunta, Miguel. No código florestal
2996sempre tratam de proprietários e posseiros, até porque ele faz coerência com
2997aquilo que você colocou na outra moção, uma definição de imóvel que é
2998matrículas ou posses que define uma ou mais matrículas, ou uma ou mais
2999posses, definir o imóvel rural. Parece que aqui talvez fosse interessante colocar
3000proprietários rurais e posseiros.

3001

3002

30034 **O SR. MIGUEL SCARCELLO (Entidades Ambientalista Região Norte - SOS Amazônia)** – Concordo. Onde entraria aqui a sua sugestão?

3005

3006

3007**O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (MMA)** – No texto. Aqui. Publicado pela Presidência da República, conforme correção de multas aplicadas á proprietários rurais ou posseiros. Ou possuidores rurais.

3010

3011

3012**O SR. MIGUEL SCARCELLO (Entidades Ambientalista Região Norte - SOS Amazônia)** – Eu acho isso que não prejudica, melhora. Perfeito.

3014

3015

3016**O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (MMA)** – Porque fica coerente com a outra sua que na outra você está tratando de que a propriedade pode ter uma ou mais matrícula ou uma ou mais posso, desde que sejam contínuas do mesmo CPF ou do mesmo CNPJ.

3020

3021

3022**O SR. MIGUEL SCARCELLO (Entidades Ambientalista Região Norte - SOS Amazônia)** – O CAR também vem para regularizar essa situação em geral. Vai combinar com outros tipos de cadastro. Perfeito. Eu acho que complementa posseiros rurais.

3026

3027

3028**O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (MMA)** – Aí teria que ver no Novo Código Florestal se é possuidor. Então, proprietários ou possuidores rurais. Logo depois da palavra proprietário. Que fica coerente com texto do Código Florestal. E adequar a ementa.

3032

3033

3034**O SR. MIGUEL SCARCELLO (Entidades Ambientalista Região Norte - SOS Amazônia)** – No texto no cabeçalho. Qual a diferença?

3036

3037

3038(*Intervenção fora do Microfone. Inaudível*)

3039

3040

3041**O SR. MIGUEL SCARCELLO (Entidades Ambientalista Região Norte - SOS Amazônia)** – Perfeito. A publicação do Decreto.

3043

3044

3045**O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (MMA)** – Vamos tirar apoio à proposta e vamos colocar apoio à agilização da edição do Decreto tal.

3047

3048

3049**A SRª. ADRIANA SOBRAL BARBOSA MANDARINO (Diretora do DConama)** – Fazemos isso aqui porque depois de aprovado nós não temos autonomia para fazer nenhum tipo de ajuste. Então, do jeito que sai daqui tem que ser publicado porque terá sido aprovado.

3053

3054

3055 **O SR. MIGUEL SCARCELLO (Entidades Ambientalista Região Norte - SOS**
3056 **Amazônia)** – Eu fico grato porque é um documento nosso. Quando nós
3057 aprovarmos aqui nós estamos validando. Então, eu acho muito oportuno essa
3058 melhoria no documento.

3059

3060

3061 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (MMA)** – Tem mais alguma
3062 observação? Doutora Zilda.

3063

3064

3065 **A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO (MMA)** – Eu tiraria aqueles
3066 considerandos iniciais que falam da Constituição, quer dizer, a lei já foi
3067 aprovada com base na Constituição, senão assim não seria. Eu tiraria, me
3068 incomoda um pouco quando nós já nos atemos a Resoluções, citações legal
3069 muita extensa, eu acho que o texto fica muito cansativos. Então, na sequência
3070 logo após o destinatário, a primeira citação, cita a Constituição. Eu
3071 pressuponho que a lei foi aprovada atendendo o que está na Constituição.
3072 Então, essas citações mais genéricas, se o Miguel assim concordar, eu acho
3073 que nós poderíamos entrar mais objetivamente naquilo que quer. É agilidade
3074 para aprovação do Decreto. É isso que nós queremos. E aí se justifica alguma
3075 coisa. Só uma proposta para limpar um pouco o texto.

3076

3077

3078 **A SR^a. ADRIANA SOBRAL BARBOSA MANDARINO (Diretora do**
3079 **DConama)** – A Plenária concorda? Miguel?

3080

3081

3082 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (MMA)** – Doutor Miguel o senhor
3083 consideraria a proposta da Zilda?

3084

3085

3086 **O SR. MIGUEL SCARCELLO (Entidades Ambientalista Região Norte - SOS**
3087 **Amazônia)** – Eu agora como faço... É do coletivo, eu, da minha parte eu acho
3088 que o raciocínio da Doutora Zilda está correto. Acho que tem a ver. É
3089 pertinente. Teria que olhar com mais detalhe, mas a princípio já que a
3090 Constituição, está tudo com base na Constituição seria até um pouco
3091 redundante.

3092

3093

3094 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (MMA)** – Tiraríamos o segundo
3095 parágrafo que trata do artigo... Que especifica o Art. 225 basicamente. Os dois
3096 primeiros. Ok? Estamos prontos para votar. Então, vamos voltar para a
3097 ementa?

3098

3099

3100 *(Intervenção fora do Microfone. Inaudível)*

3101

3102

3103 **O SR. MIGUEL SCARCELLO (Entidades Ambientalista Região Norte - SOS**
3104 **Amazônia)** – Então em cima o título é quase que a cópia na íntegra. Deveria
3105 ser uma coisa... Umas duas linhas. Eu pensei dessa maneira, de fazer uma
3106 coisa sucinta no início e depois os detalhes no texto final. Eu quero até aqui
3107 parabenizar as orientações que D-Conama editou para publicação, para
3108 produção de uma moção. E isso de certa maneira já orientou a elaboração
3109 dessa e de fato ajudou bastante. Eu tentei seguir à risca, tanto que eu copieei o
3110 formato e coleí e na hora de imprimir apareceram alguns quadros que estavam
3111 ali no arquivo oculto.

3112

3113

3114 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (MMA)** – ok Robson? João? Posso ler
3115 a nova ementa? Apoio a legislação da edição de Decreto da Presidência da
3116 República, incumbindo ao Ministério do Meio Ambiente a definição da forma de
3117 Conversão de multas, conforme a lei 12. 651/12, contudo sem anistiar as
3118 propriedades ou posses rurais que desmataram até 22 de julho de 2008, dentro
3119 dos limites legais, porém sem autorização legal. Está ok agora Robson? João
3120 Paulo? Bom, então, seria essa redação apresentada com a exclusão desses
3121 dois considerandos que tratam especificamente da Constituição Federal. Com
3122 a nova ementa. E com a inclusão da palavra possuidor rural no final.

3123

3124

3125 **O SR. MÁRCIO FREITAS (Ibama)** – Eu fiquei em dúvida, ainda não consegui
3126 ler todos os considerandos, mas eu vi alguns que ali que ao meu ver fragilizam
3127 um pouco a proposta porque fala em segundo suposta... Poderia passar... ?

3128

3129

3130 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (MMA)** – Considerando que havia
3131 conforme noticiado pela mídia especializada...

3132

3133

3134 **O SR. MÁRCIO FREITAS (Ibama)** – Isso é complicado. Eu acho, quer dizer,
3135 conforme noticiado pela Mídia eu acho que é uma coisa que fragiliza. E a
3136 segunda é uma outra, uma aparente tendência. Eu acho que isso também
3137 fragiliza. Eu acho que tem que ser mais objetivo o texto e mais fundamentado o
3138 considerando, e não numa suposta manifestação, ou numa notícia de jornal.
3139 Então, aí não sei. A minha ideia seria suprimir esses dois considerandos, mas
3140 aí talvez nós fiquemos sem considerandos já que tiramos... Seria outra
3141 alternativa, mas é só a observação.

3142

3143

3144 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (MMA)** – A proposta do Márcio
3145 claramente seria exclusão desses dois considerandos. E o outro considerando,
3146 Miguel, trata da 6938 na íntegra, os Art. 2º inciso II, V, I, II, IV, III, IXC, então,
3147 também tem... Considerando que o meio ambiente... Se você for observar está
3148 fazendo citação toda a 6938. A proposta do Márcio foi retirar os dois
3149 considerandos que tratam segundo a sua boa colocação de que fragilizam a
3150 moção, que trata de conforme noticiado e aparente tendência. Seria a exclusão
3151 desses dois considerando e talvez prevaleça ou retorna essa a sugestão do

3152Doutor Monsanto de tirar todos os considerandos, na medida em que... Eu
3153estou tentando ver como o Miguel como propositor, como ele quer encaminhar.

3154

3155

3156**O SR. MIGUEL SCARCELLO (Entidades Ambientalista Região Norte - SOS**
3157**Amazônia)** – Eu gosto muito de vocês, sinceramente. Eu estou muito à
3158vontade. Eu fui orientado pelo roteiro que o D-Conama apresentou. Então, eu
3159fundamentei ao máximo, trouxe o máximo de elementos para justificar essa
3160proposta. Usei até da informação da mídia porque eu fiquei sabendo pela
3161mídia, é o que está na mídia hoje. Eu posso até no caso fundamentar e dizer o
3162e-mail tal, o jornal tal, a publicação tal que saiu no dia tal. De repente isso aí
3163não vai ficar avulso, eu ouvi... Se for porque eu acho que saiu de alguma
3164situação. Não tenho elementos e nós não temos elementos públicos de que
3165essa situação esteja acontecendo. Então, através da mídia, de um profissional
3166especializado de uma instituição que trabalha diretamente no
3167acompanhamento da regulamentação e da implementação do Código Florestal
3168e do CAR é que deu essa notícia. Então, tem elementos. Então, foi motivado
3169por causa disso. Eu acho que caberia até mudar um pouco ali porque, senão
3170eu não sabia disso. Esse é um ponto. Agora eu estou de acordo com a
3171segunda, considerando haver aparente... Isso é uma situação que é comentário
3172que eu acho que não tive nenhum mérito da proposta. Essa daí eu tirar mesmo.
3173Eu sugeriria manter aquela porque de fato foram através dessas informações
3174que eu fiquei sabendo. Eu posso até mencionar quais foram as fontes.

3175

3176

3177**O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (MMA)** – Tiramos mais um
3178considerando que é aquele da aparente tendência.

3179

3180

3181**O SR. MIGUEL SCARCELLO (Entidades Ambientalista Região Norte - SOS**
3182**Amazônia)** – Pode citar a fonte, o site amazonia.org, do dia 28 de fevereiro
3183deste ano. Eu acho que é a fundamentação que eu tenho.

3184

3185

3186**O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (MMA)** – Nós temos dois
3187encaminhamentos que o Monsanto... Nós poderíamos colocar em votação se
3188nós retiramos os consideramos ou se nós aprovamos com os considerandos já
3189excluídos aqueles que nós já excluímos.

3190

3191

3192**O SR. MIGUEL SCARCELLO (Entidades Ambientalista Região Norte - SOS**
3193**Amazônia)** – O outro site é o institutococioambiental.org. São dois. Na
3194verdade.

3195

3196

3197**O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (MMA)** – Mantém a sua proposta
3198Monsanto de tirar todos os considerandos? Mantém? Então, vamos colocar em
3199votação. A primeira votação é quem... A respeito dos considerandos. Quem é
3200favorável a retirada de todos os considerandos da moção apresentada pelo
3201SOS Amazônia, por favor, se manifeste. Vamos contar. 12. Quem é contrário à

3202retirada dos considerando, pela aprovação da forma como está. Venceu a
3203proposto de se retirar os considerandos. Ok? Agora, vamos entrar no mérito,
3204porque ainda tem texto, o texto ficou: esse Conselho Manifesta apoio à
3205agilização da edição de Decreto a ser publicado pela Presidência da Republica,
3206prevendo que as formas de conversão das multas aplicadas a proprietários ou
3207possuidores rurais, que tenham desmatado até 22 de julho de 2008, dentro dos
3208limites previstos pela lei, mas sem a exigida autorização do órgão ambiental,
3209sejam definidas pelo Ministério do Meio Ambiente, como também apoia que
3210estas multas não sejam convertidas em advertências e os proprietários não
3211sejam anistiados. Quem é favorável à moção com esses termos, por favor, se
3212manifeste. Contrários? Quem se abstém? Uma abstenção. Muito obrigado. Eu
3213vou passar a condução aqui de direito do Doutor Chico Gaetani, estou em
3214deslocando para a Federação de Agricultura de Minas Gerais para fazer uma
3215apresentação do CAR lá no seminário ambiental da Federação de Agricultura.
3216Muito obrigado. Valeu.

3217

3218

3219A SR^a. ADRIANA SOBRAL BARBOSA MANDARINO (Diretora do
3220DConama) – Nós vamos ler a próxima moção e eu seguiria a proposta
3221colocada pelo Deusdará, Miguel, se nós tivermos a mesma lógica nós já não
3222colocaríamos esses considerandos. Porque veja, o considerando ajuda a
3223situar, nesse caso são duas situações de amplo conhecimento. E eu achei
3224melhor eu ler os considerandos para depois no segundo momento nós
3225fazermos essa avaliação. Pode ser assim? Eu acho melhor. Só peço um pouco
3226de paciência porque são longo os considerandos. São os mesmo considerando
3227Miguel? Então, os da Constituição eu já não vou ler porque eles foram retirados
3228na anterior. Proposta de moção. Concordância com o texto da proposta de
3229instrução normativa do Ministério do Meio Ambiente que define o conceito de
3230propriedade rural na regulamentação do Código Florestal a exemplo da usada
3231pelo Incra. De antemão eu já imagino que vá haver a necessidade de
3232compatibilizar isso com o que está disposto lá ao final, porque é um texto que
3233não mantém coerência com que está ao final. Destinatário Palácio do Planalto,
3234seria Casa Civil da Presidência da República, já pode modificar ali, o Ministério
3235da Agricultura, Supremo Tribunal Federal, Ministério Público Federal. O
3236Conama no uso das atribuições, eu estou pulando o regramento, pulo o
3237primeiro considerando que ele tem a ver com a Constituição, pulo o segundo
3238que tem a ver com a Constituição. Passo a ler o terceiro. Considerando que a
3239Política Nacional do Meio Ambiente, conforme disposto na Lei nº 6. 938/81, tem
3240por objetivo a preservação... Também posso pular isso aqui. Aí começa o
3241considerando que te a ver com isso. Considerando que a Lei nº 12. 651/12, em
3242seu art. 29, criou o Cadastro Ambiental Rural, no âmbito do Sistema Nacional
3243de Sinima, registro público eletrônico de âmbito nacional, obrigatório para todos
3244os imóveis rurais, com a finalidade de integrar as informações ambientais das
3245propriedades e posses rurais, compondo base de dados para controle,
3246monitoramento, planejamento ambiental e econômico e combate ao
3247desmatamento. Considerando que o Decreto nº 7. 830/12, que dispôs sobre o
3248Sistema de Cadastro Ambiental Rural - Sicar, sobre o Cadastro Ambiental
3249Rural - CAR, e estabeleceu normas de caráter geral aos Programas de
3250Regularização Ambiental - PRA, de que trata a Lei nº 12. 651/12, previu, em
3251seu Art. 21, que ato do Ministro de Estado do Meio Ambiente estabelecerá a
3252data a partir da qual o CAR será considerado implantado para os fins do
3253disposto neste Decreto e detalhará as informações e os documentos
3254necessários à inscrição no CAR, ouvidos os Ministros de Estado da Agricultura,
3255Pecuária e Abastecimento e do Desenvolvimento Agrário. Considerando ter
3256sido elaborada no âmbito do Ministério do Meio Ambiente, conforme noticiado
3257pela mídia especializada no final do mês de fevereiro do corrente ano, minuta
3258de instrução normativa que cumprirá o disposto no Art. 21, do Decreto
3259supracitado; Considerando haver uma aparente divergência no tocante à
3260definição dos requisitos mínimos para inscrição no CAR, sobretudo no que se
3261refere à conceituação de imóvel rural, se devem ser levadas em consideração
3262as matrículas averbadas em cartório ou a continuidade física das propriedades
3263ou posses rurais; Considerando que, apesar de silente o Novo Código
3264Florestal, já existe no ordenamento jurídico brasileiro, mais especificamente na
3265Lei nº 4. 504/64, Estatuto da Terra, em seu art. 4º, I, bem como na Lei nº 8.
3266629/93, também em seu art. 4º, I, a definição de imóvel rural, qual seja: “o
3267prédio rústico de área contínua, qualquer que seja a sua localização, que se
3268destine ou possa se destinar à exploração agrícola, pecuária, extrativa vegetal,

3269florestal ou agroindustrial”. Considerando o entendimento pacífico do Supremo
3270Tribunal Federal de que o conceito de imóvel rural do art. 4º, I, do Estatuto da
3271Terra, contempla a unidade da exploração econômica do prédio rústico,
3272distanciando-se da noção de propriedade rural. Assim como, o registro público
3273prevalece nos estritos termos de seu conteúdo, revestido de presunção *iuris*
3274*tantum*. Não se podendo tomar cada parte ideal do condomínio, averbada no
3275registro imobiliário de forma abstrata, como propriedade distinta, para fins de
3276reforma agrária. Precedentes tais e tais. No mesmo sentido, precedentes tais.
3277Considerando ser urgente a consolidação do Novo Código Florestal, em
3278particular a efetiva implantação do Cadastro Ambiental Rural, que possibilitará,
3279no prazo máximo de dois anos, a regularização ambiental das mais de 5, 4
3280milhões de propriedades rurais do país; Considerando ser iniciativa que
3281permitirá a conservação e recuperação de áreas de APP e Reserva Legal,
3282favorecendo, dentre vários aspectos, a proteção, preservação e recuperação
3283dos recursos hídricos, bem como da biodiversidade do país; Com base no que
3284foi exposto Este Conselho manifesta apoio à agilização da edição de IN do
3285Ministério do Meio Ambiente, regulamentando o Código Florestal, contendo a
3286definição de imóvel rural, nos termos das Leis nº 4. 504/64 e nº 8. 629/93, que
3287vem sendo adotado pelo Incra, que diz que “imóvel rural é uma ou mais
3288propriedades ou posses rurais, contínuas, pertencente à mesma pessoa física
3289ou jurídica, de direito público ou privado, em regime individual ou comum, que
3290se destine ao uso econômico, à conservação e à preservação dos recursos
3291naturais renováveis”. A questão é vamos diminuir esses considerandos, a mesa
3292faz geral proposta porque nem para ler nós não conseguimos ler aqui. Miguel,
3293podemos fazer uma proposta de diminuição desses considerando? Então,
3294tiramos aqueles que dizem respeito à Constituição e tiramos o que diz respeito
3295à 6938. Eu sugiro também retirar aqueles que falam dos precedentes do
3296Supremo. Nós ficaríamos com um texto de moção enxuto, que é o que
3297interessa, dizendo que o que se quer é que a IN do Ministério do Meio
3298Ambiente contemple em sua definição o conceito de imóvel rural X. e aí
3299daríamos o conceito que se quer privilegiar. Seria... Porque nesse caso a
3300contextualização dica longa e nós não conseguimos chegar no que se quer.
3301Então, a intenção seria retirar, queria ouvir o Doutor Pedro da Consultoria
3302Jurídica.

3303

3304

3305(*Intervenção fora do Microfone. Inaudível*)

3306

3307

3308**A SRª. ADRIANA SOBRAL BARBOSA MANDARINO (Diretora do**
3309**DConama)** – Então, poderia sentar ali só para poder pontuando. O Danilo que
3310está fazendo a redação. Só esse considerando seria mantido, a Lei doze mil,
3311Código Florestal, no âmbito do Sinima, registro público eletrônico, esse
3312considerando permanece. Que é o que dá respaldo ao que se quer ao final.
3313Todo o restante sairia a aí a ementa seria adequada ao que está disposto ao
3314final que é o que se quer. Certo? Então, o final seria: manifesto apoio à
3315agilização da edição de In por parte o MMA, regulamentando o Código
3316Florestal, contendo a definição de imóvel rural, igualmente a que vem sendo
3317adotada pelo Incra, que diz que imóvel rural é tal. Pode parar no Incra, da

3318ementa, a ementa para no Incra. E no final, o que sequer o texto, aí descreve
3319qual é a definição utilizada pelo Incra. Está bem.

3320

3321

3322(*Intervenção fora do Microfone. Inaudível*)

3323

3324

3325**O SR. JOÃO PAULO (Conjur/MMA)** – A única questão é o seguinte, O
3326problema todo que é o problema de considerar imóvel a partir do número de
3327matrícula ou poder considerar várias matrículas desde que tenha uma mesmo
3328atividade agrícola, esse é um conceito do direito agrário adotado pelo código
3329florestal. Esse é o eixo que faz com que nós defendamos esse conceito. Então,
3330não sei se ficaríamos só com aquilo, mas em algum lugar deveria ter a citação
3331que não é somente a definição de imóvel adotada pelo Incra, mas é uma
3332definição de imóvel rural adotada pelo Incra, pela Lei 4. 504, do Estatuto da
3333Terra e pela Lei 8629/93. Mesmo que não seja colocado na ementa, mas em
3334algum momento deve estar isso no texto sem retirar. Não sei se não retirou em
3335algum considerando.

3336

3337

3338(*Intervenção fora do Microfone. Inaudível*)

3339

3340

3341**O SR. JOÃO PAULO (Conjur/MMA)** – Com certeza. O meu receio é só nós
3342verificarmos se não retiramos o considerando que fazia referência à 4. 504 e á
33438629.

3344

3345

3346**A SRª. ADRIANA SOBRAL BARBOSA MANDARINO (Diretora do**
3347**DConama)** – Eu acho que retirou, mas nós colocamos ao final, quando vem o
3348dispositivo do que a moção quer aí realmente diz, que seja adotado o conceito
3349contido na lei oito mil e tal, na outra lei o utilizado pelo Incra. E aí com isso se
3350encerra o que a moção quer. Então, realmente retirariam todos os
3351considerandos e no que se quer realmente o objeto da moção. Então, que esse
3352Conselho manifeste apoio... Vou tentar uma redação aqui. Taxa tudo. Incluindo
3353tudo. O Código Florestal não. Isso. A do Código Florestal permanece por causa
3354do CAR. Todos os outros considerandos saem e quando chega ao final, lá no
3355texto do que ela quer, aí vem, tira com base no que foi exposto. Esse Conselho
3356manifesta apoio à agilização da edição de IN do Ministério o Meio Ambiente,
3357regulamentando o Código Florestal contendo a definição de imóvel rural nos
3358termos, aí vem as duas leis, que não me lembro os número.

3359

3360

3361**O SR. JOÃO PAULO (Conjur/MMA)** – Lei 4504/64, Estatuto da Terra e Lei
33628629/93.

3363

3364

3365**A SRª. ADRIANA SOBRAL BARBOSA MANDARINO (Diretora do**
3366**DConama)** – Nos termos das leis número... Cujo conceito é adotado pelo
3367Incra? Seria isso? Cujo conceito vem sendo adotado pelo Incra... E aí

3368transcreve o que é, que diz que imóvel rural é uma ou mais propriedade e aí
3369cita exatamente do jeito que está aqui.

3370

3371

3372**O SR. BRUNO LÚCIO MOREIRA MANZOLILLO (FBCN)** – O conceito da
3373definição ficou um pouco redundante ou muito.

3374

3375

3376**A SR^a. ADRIANA SOBRAL BARBOSA MANDARINO (Diretora do**
3377**DConama)** – Então, tira o que? Tira o cujo conceito. Definição de imóvel que
3378vem sendo adotada pelo Incra que diz que imóvel rural é isso e aquilo. Está
3379bem assim? Podemos passar para votação então? Quem aprova esse texto de
3380moção nos termos em que foi escrito aqui coletivamente? Quem discorda
3381desse texto? Abstenções? Então, foi aprovado esse texto de moção.

3382

3383

3384**O SR. HILVÂNIO MARTINS (Fundação Icotrópica/ MT)** – Boa tarde a todos.
3385Só no conceito quando nós repetimos o que já está na outra fonte, lá na parte
3386final, que diz que imóvel rural, só para uma adequação, imóvel rural, aí abre
3387aspas. Essa aspa tem que ser lá no imóvel porque o imóvel já é parte do texto,
3388ele tem que conter aí, só por uma questão da adequação mesmo para ficar no
3389formato porque essa frase já está dentro da lei. A parte imóvel. É só isso.
3390Obrigado.

3391

3392

3393**A SR^a. ADRIANA SOBRAL BARBOSA MANDARINO (Diretora do**
3394**DConama)** – Feita essa correção, vamos conferir a ementa como ficou?
3395Manifesto apoio à agilização da edição de IN do MMA, regulamentando o
3396Código Florestal, contendo de imóvel rural igualmente a que vem sendo
3397adotada pelo Incra. Aprovado.

3398

3399

3400**O SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário-Executivo do Conama)** – Temos
3401dois informes pendentes, Doutor Márcio Freitas, relator de ambos. O primeiro
3402sobre a questão sobre o relatório der acompanham e avaliação do Proconve. O
3403segundo relacionado aos limites máximos de Chumbo, Cadmo e Mercúrio para
3404pilhas e baterias.

3405

3406

3407**O SR. MÁRCIO FREITAS (Ibama)** – Em relação ao primeiro informe, eu só
3408queria esclarecer que esse é um informe dado pelo Comissão de
3409Acompanhamento e Avaliação do Proconve, eu pediria para a Doutora Lúcia
3410que secretaria essa Comissão para que ele fizesse uma breve apresentação.

3411

3412

3413**A SR^a. LÚCIA GARCIA (Gerência de Qualidade do Ar)** – Boa tarde a todos.
3414Eu sou Lúcia Garcia, analista ambiental da Gerência de Qualidade do Ar,
3415Departamento de Qualidade Ambiental na Indústria. O informe, na verdade, é
3416para falar sobre o andamento da elaboração do relatório, que não foi finalizado
3417ainda. E a CAP teve um ano muito importante em 2013 e nós fizemos umas

3418mudanças estruturais no relatório, com mais colaborações dos membros da
3419ANP em relação à especificação de combustíveis. O Ibama e a Cetesb em
3420relação à homologação de veículos, enfim, nós estamos colocando
3421informações mais detalhadas este ano. E o relatório vai ser submetido à
3422apreciação da Câmara Técnica ainda no primeiro semestre, provavelmente de
34232014, conforme dita a 414/2009. É isso.

3424

3425

3426**O SR. MÁRCIO FREITAS (Ibama)** – Bom, obrigado, Doutora Lúcia. Só
3427lembrando que estamos cumprindo o prazo estabelecido pelo Conama. Será
3428submetido à Câmara Técnica de Qualidade Ambiental e Resíduos, ainda no
3429primeiro semestre. Em relação ao segundo informe, na verdade ele se refere a
3430um artigo da Resolução do Conama, o Art. 26 de pilhas e baterias, que
3431estabelece que as empresas deveriam proceder estudos visando a redução de
3432teores de contaminantes, em especial Cadmo, mercúrio e Chumbo, nas
3433baterias e que isso seria submetido ao Ibama e o Ibama teria que trazer esse
3434relatório aqui. Na verdade, a intenção desse informe é mais no sentido de dizer
3435que esses estudos não foram feitos, não foram submetidos ao Ibama, portanto,
3436é um alerta no sentido de que nós venhamos a proceder, que a indústria venha
3437proceder a esses estudos e apresente aqui. Nós sabemos que está havendo
3438uma mudança tecnológica, nós sabemos que nós estamos também no âmbito
3439de implantação da Política Nacional de Resíduos, e que isso de certa forma
3440interfere no próprio espírito da Resolução. Mas eu acho importante que nós
3441não deixemos esse item a descoberto. Era só esse informe que eu queria
3442fazer.

3443

3444

3445**O SR. WANDERLEY COELHO BAPTISTA (CNI)** – Boa tarde. Na verdade, é
3446só complementação. Eu conversei com o setor fabricante e ele tem
3447apresentado anualmente a composição, a análise de composição de pilhas que
3448são comercializadas no País. O que nós não fizemos e que vamos fazer é o
3449cumprimento formal, a formalização de um documento com estudo indicando a
3450não mais uso de componentes tóxicos em pilhas e baterias, eles não fazem
3451mais parte da constituição desses materiais. O que existe são traços, são
3452contaminações de matérias-primas em níveis de PPB e PPT e que nós
3453cumpriremos a determinação do Art. 26 de estar apresentando esse estudo ao
3454Ibama e trazendo essa informação aqui para a plenária no Conama. Isso será
3455feito em breve.

3456

3457

3458**O SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário-Executivo do Conama)** – Bom
3459pessoal, a pauta está encerrada, a reunião está encerrada, eu queria apenas
3460sugerir a todos que pensassem um pouco, nós vamos contatá-los nesse meio
3461tempo em relação a que nós temos três reuniões pela frente, esse ano ainda. O
3462*timing* é um *timing* importante do ponto de vista político, é um mandato que se
3463encerra, a Presidente pode ou não ser reeleita, a depender das eleições, mas
3464se vocês tiverem algumas ideias cuja haja uma premência maior a serem
3465incorporadas em curto prazo, eu peço que movam-se não apenas durante as
3466reuniões do Conama, mas nos períodos intermediário para que nós possamos
3467tomar as medidas cabíveis. Nós estamos tendo algumas mudanças no

3468Ministério, talvez tenhamos alguma aqui também no Conama. Eu peço que
3469vocês em qualquer caso de dúvida nos procure, nos acione diretamente para
3470que nós possamos dar sequência aos trabalhos. Muito obrigado a todos. Boa
3471tarde. E até a próxima.

3472

3473

3474(*Palmas!*)